

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

STELLA BIANCA FERREIRA MARIA

**REABERTURA POLÍTICA E MOVIMENTO NEGRO: A REVISTA/JORNAL TIÇÃO E A
CIRCULAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES NEGRAS PROMOVIDAS EM PORTO ALEGRE NOS
ANOS FINAIS DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1978-1980)**

Porto Alegre
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

STELLA BIANCA FERREIRA MARIA

**REABERTURA POLÍTICA E MOVIMENTO NEGRO: A REVISTA/JORNAL
TIÇÃO E A CIRCULAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES NEGRAS PROMOVIDAS
EM PORTO ALEGRE NOS ANOS FINAIS DA DITADURA CIVIL-MILITAR
(1978-1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História na área de concentração de História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientadora: Profa. Dra. Tatyana de Amaral Maia

Porto Alegre

2021

STELLA BIANCA FERREIRA MARIA

**REABERTURA POLÍTICA E MOVIMENTO NEGRO: A REVISTA/JORNAL
TIÇÃO E A CIRCULAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES NEGRAS PROMOVIDAS
EM PORTO ALEGRE NOS ANOS FINAIS DA DITADURA CIVIL-MILITAR
(1978-1980)**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre pelo
Programa de Pós- Graduação em História da
Escola de Humanidades da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Tatyana de A. Maia (PUCRS) - Orientadora

Prof. Dr. Amilcar A. Pereira (UFRJ)

Prof. Dr. Marcus Vinícius F. da Rosa (UFRGS)

Porto Alegre

2021

Ficha Catalográfica

M332r Maria, Stella Bianca Ferreira

Reabertura política e Movimento Negro : a revista/jornal Tição e a circulação das reivindicações negras promovidas em Porto alegre nos anos finais da ditadura civil-militar (1978-1980) / Stella Bianca Ferreira Maria. – 2021.

140 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Tatyana de Amaral Maia.

1. Movimento Negro. 2. Ditadura civil militar. 3. Imprensa Negra. I. Maia, Tatyana de Amaral. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

AGRADECIMENTOS

O ano pandêmico de 2020 trouxe situações e sentimentos que não eram esperados. Pandemia, distanciamento social, as relações pessoais e profissionais se mantiveram de forma online – modalidade que foi sempre uma segunda opção – e as notícias transmitidas no dia a dia não animam, pelo contrário nos deixam cada vez mais apreensivos. Porém, ao final deste ano ainda posso dizer que sou muito grata a diversas pessoas. Os agradecimentos são a parte mais informal de um trabalho acadêmico. Neste espaço podemos deixar a cientificidade de lado e depositar um pouco do afeto para aqueles que de diversas formas auxiliaram a construir esse trabalho. Sem mais delongas ofereço meus agradecimentos.

Agradeço à Silvia Barreto, minha mãe. Obrigada por sempre me incentivar a ler e através das palavras enxergar o mundo. Obrigada pelo auxílio financeiro na graduação para que eu pudesse finalizá-la sem precisar trabalhar 8 horas por dia. Sem esta etapa anterior, eu não estaria aqui e não poderia ser a primeira da família a obter ensino superior.

Agradeço à Maria Isabel Barreto, minha avó, (in memoriam). Sempre perguntando “tá indo pra escola?” quando eu dizia que tinha aula na pós graduação. Que dizia gostar de me perguntar as dúvidas nas palavras “porque eu tinha paciência”. Infelizmente, não viu a finalização deste trabalho e me deixou uma enorme saudade neste 2020 e nos próximos anos que virão. Obrigada pelo afeto, pela ajuda e pelas orações. Foste essencial para a pessoa que sou.

Agradeço à Comissão de Bolsas do Programa de Pós Graduação em História da PUCRS pelo crédito depositado nesta pesquisa, possibilitando sua produção e finalização. Igualmente agradeço à CAPES pelo investimento na pesquisa. E reafirmo a importância de se financiar pesquisas científicas no Brasil.

Agradeço à minha orientadora Tatyana Maia. Agradeço os conselhos, a convivência, a paciência e a confiança. Sua confiança na potencialidade do que estava sendo produzido possibilitou que esta dissertação pudesse ser finalizada.

Agradeço a banca avaliadora deste trabalho. Obrigada aos professores Amílcar Pereira e professor Marcus Vinícius da Rosa pela disponibilidade de lerem, avaliarem e pelas críticas. Agradeço principalmente, ao professor Marcus pelas conversas e auxílio bibliográfico.

Agradeço aos funcionários do Programa de Pós Graduação em História da PUCRS pela disponibilidade e ajuda em todos os problemas burocráticos que surgem. Agradeço também a todo o corpo docente e discente da Universidade pelo acolhimento e 3

ensinamentos. Agradeço principalmente, a Gabbiana Fonseca e Leonardo Fetter, amigos que transporam os espaços acadêmicos e com eles tive momentos de risadas, preocupações e conselhos.

Agradeço ao Renan Moraes. Obrigada pelo cuidado físico e mental que teve comigo. Abraços e carinho quando o desespero era grande; comida e água quando descuidava da sobrevivência básica virando madrugadas acordada. Obrigada por enfrentar comigo esse ano tão diferente, por estar ao meu lado mesmo nos piores dias (nos meus e nos teus). Obrigada por significar para mim a palavra “companheiro”.

Agradeço às amigas Vanessa Silva e Priscila Nunes. Mulheres negras, inteligentes, engraçadas e tantas elogios que poderiam se estender por uma página inteira. Uma dupla que se completa nas suas diferenças e tornam os momentos que passo com elas sempre inspiradores. A Priscila “me puxa para Terra” e a Vanessa “me lembra de voar”, mas sempre com organização! Essas mulheres foram pilares no afeto, nos conselhos, na aromaterapia e nas risadas. Obrigada por me permitirem viver com vocês. Vocês são potências e me fortalecem sempre.

Agradeço à Caroline e ao Alejandro, mais que amigos, friends. A distância e a pandemia nos impossibilitaram de ter um contato físico esse ano, mas vocês sempre se fizeram presentes. Amigos que já me acolheram nessa vida em diversos momentos e que eu só tenho que agradecer pela existência. Agradeço aos amigos que o espaço acadêmico me apresentou, mas que tenho certeza levarei para vida: ao Lucas, amigo querido, parceiro de nóias e pensamentos profundos só posso agradecer pela amizade e a ajuda na organização das referências bibliográficas neste trabalho; à Grazi e a Patrícia amigas “chiclas” com quem divido as risadas falando sobre Diva Depressão, obrigada por me apresentarem os meninos e pelo apoio tão importante nesse ano.

Agradeço ao Enrique. Professor e amigo. Ainda na graduação, nas tuas aulas em que despertei para essa temática tão importante. O trabalho que desenvolvemos me oportuniza crescer como historiadora e também como ser humano. Agradeço também à Suzana Lisboa, uma mulher incrível e inspiradora, que me permite compartilhar um pouco de sua vida de luta e por um mundo mais justo; obrigada por compartilhar tua existência comigo, és inspiração diariamente. Não posso deixar de agradecer aos colegas e amigos que dividem comigo os trabalhos, o conhecimento e o interesse pelo tema da ditadura: Amanda, Letícia, Vanessa, Rafael, Paulinha, Patrícia, Paola, Janaina, Bruno e Cristiane. Sou muito grata especialmente à Cristiane pela disponibilidade e cuidado ao ler este trabalho.

Agradeço à Meline e a Laís, pela amizade de sempre; ao Cassiano e a Vanessa, obrigada pelas visitinhas rápidas para deixar um pedaço de pizza e pelas palavras de incentivo; à Karoline e ao Guilherme por acompanharem mesmo que a distância esse trabalho; ao Rafael por compartilhar comigo as dificuldades da pós-graduação e me apresentar os vídeos maravilhosos da Wanessa Wolf (nossa gamer favorita); ao Jésus e à Cris, infelizmente a pandemia nos impossibilitou de nos vermos como eu desejava, porém sempre que os via traziam muita alegria para esse ano caótico. Obrigada, Jésus pela leitura dos textos, conselhos e elogios. Agradeço aos companheiros da “Salinha do Foco”: Mari, Vanessa, Maurício e Matheus. Juntos seguimos dando risadas e nos fortalecendo.

Por último, mas extremamente importantes pois sem suas existências este trabalho não poderia existir agradeço aos editores da Tição. Agradeço pela luta que empreenderam – e muitos ainda empreendem – mesmo que no período vigorasse uma ditadura. Agradeço a coragem, o esforço e a criação da Tição, pois, mais que um “objeto de estudo” este material é fruto e lembrança de uma luta histórica para que negros e negras possam viver de modo mais justo nesse país. Agradeço especialmente à Jeanice Ramos, Vera Daisy e Jones Lopes, três editores da revista/ jornal que conheci pessoalmente.

RESUMO

Esta pesquisa propõe analisar através da revista/jornal *Tição* o discurso produzido pelo Movimento Negro localizado na cidade de Porto Alegre/RS, nos anos finais da ditadura civil-militar, especificamente entre os anos de 1978 e 1980. O marco temporal proposto no trabalho se justifica pelo tempo de circulação que este material de comunicação possui, se constituindo por duas revistas, anuais em 1978 e 1979 respectivamente, e um jornal, no seu último ano de circulação, em 1980.

Através da *Tição* investigamos o debate proposto por esta organização negra localizada no sul do Brasil; assim como também investigamos os debates que eram consenso entre as diversas organizações negras espalhadas por todo território brasileiro.

Pela compreensão de que o movimento negro não se constitui enquanto um bloco homogêneo, mas se identifica pela sua preocupação basilar sobre a questão racial, procuramos compreender como o processo de “resistência democrática”, na qual se inclui os movimentos negros, se constituía para além da grande frente negra nacional, o MNU. Buscamos, portanto, demonstrar a existência de um movimento negro na cidade de Porto Alegre desde a década de 1970, como também intencionamos manifestar, através dos documentos produzidos pelos órgãos repressivos, o monitoramento que ocorria sobre o material e seus editores, assim como refletir sobre as considerações deixadas em seus leitores e nos editores que a produziram.

Palavras-chave: Movimento Negro; *Tição*; Imprensa Negra; Ditadura civil-militar.

ABSTRACT

This research proposes to analyze through the magazine / newspaper *Tição* the discourse produced by the Black Movement located in the city of Porto Alegre / RS, in the final years of the civil-military dictatorship, specifically between the years of 1978 and 1980. The proposed time frame in the work is justified by the circulation time that this communication material has, constituting two magazines, annual in 1978 and 1979 respectively, and a newspaper, in its last year of circulation, in 1980.

Through *Tição* we investigate the debate proposed by this black organization located in the south of Brazil; as well as we also investigated the debates that were consensus among the diverse black organizations spread throughout Brazilian territory.

By understanding that the black movement is not constituted as a homogeneous bloc, but is identified by its basic concern on the racial issue, we seek to understand how the process of “democratic resistance”, which includes black movements, was constituted beyond of the great black national front, the MNU. We therefore seek to demonstrate the existence of a black movement in the city of Porto Alegre since the 1970s, as we also intend to manifest, through the documents produced by Organs repressive organs, the monitoring that occurred on the material and its editors, as well as reflect on the considerations left to its readers and the editors who produced it.

Keywords: Black Movement; *Tição*; Black Press; civil-military dictatorship.

LISTA DE SIGLAS

ABI –Associação Brasileira de Imprensa

AI –Ato Institucional

ARENA –Aliança Renovadora Nacional

CBA –Comitê Brasileiro pela Anistia

CODI –Centro de Operações de Defesa

DBCI – Divisão Central de Informações

DCI -Divisão Central de Informações

DIR – Departamento de Informação e Registro

DOI –Destacamento de Operações e Informação

DSN - Doutrina de Segurança Nacional

MDB –Movimento Democrático Brasileiro

MFPA –Movimento Feminino Pela Anistia

MNCDR – Movimento Nacional Contra Discriminação Racial

MNU- Movimento Negro Unificado

OAB –Ordem dos Advogados do Brasil

OBAN –Operação Bandeirantes

SCI – Serviço Centralizado de Informação

SNI –Serviço Nacional de Informação

SOPS – Seção de Ordem Política Social

SUMÁRIO

Introdução.....	10
1. As imprensas e o contexto social e político que cercam a <i>Tição</i>	21
1.1 – A Imprensa Negra no Brasil: o “Homem de Cor” quer falar.....	22
1.1.1 – As manifestações iniciais	22
1.1.2 – Breve regaste historiográfico sobre a Imprensa Negra no Brasil.....	24
1.1.3 Imprensa Negra no Rio Grande do Sul	29
1.1.4 Intercâmbios e dificuldades.....	31
1.2 A Imprensa Alternativa.....	32
1.2.1 Os jornais da imprensa negra e alternativa nos anos 70.....	36
1.2.2 O fim da imprensa alternativa	41
1.3 Contexto da Ditadura civil-militar: os anos 70	43
1.3.1 O esgotamento político e os novos movimentos sociais: a nova forma de fazer política.....	49
2. <i>Tição</i> e o Movimento Negro: o ressurgimento do Movimento Negro contemporâneo e a análise da revista/jornal	57
2.1 Movimento Negro no Brasil e a busca pela democracia política.....	58
2.2 <i>Tição</i> : o ressurgimento da imprensa negra no Rio Grande do Sul	67
2.2.1 As revistas e a revista/jornal <i>Tição</i>	73
3. A revista/Jornal <i>Tição</i> : o monitoramento do Estado e sua atuação organizada de resistência à ditadura e luta antirracista.	88
3.1 A ditadura de SN e seu aparato de informação	89
3.2 O sistema de informação.....	91
3.3 Movimento Negro e a vigilância do SNI	97
3.4 A <i>Tição</i> sob vigilância	101
3.5 A recepção da comunidade através do material epistolar	107
3.5.1 Do privado ao público: cartas do leitor na Revista <i>Tição</i>	108
3.6 Os editores marcados pela <i>Tição</i>	116
Conclusão	126
Referências	130

Introdução

A história do Movimento Negro se constitui como um movimento popular na história brasileira desde proclamada a abolição da escravatura, em 1888, permanecendo até os dias atuais. A perspectiva de temporalização proposta por Domingues (2007)¹, será a base organizativa de como observaremos o Movimento Negro pós-abolição. Contudo, salientamos que nesta dissertação também serão considerados os movimentos de resistência, de luta emancipatória e racial anteriores a data do 13 de maio. Portanto, consideramos que esse movimento marcado pelo debate racial teve fases anteriores ao período denominado como Movimento Negro, ressurgido na década de 1970, e que será nosso enfoque de estudo. Anteriores a ele portanto, apresentasse um longo processo de lutas pela liberdade e posteriormente apresentam-se “a primeira fase” do Movimento Negro (1889-1937) e a “segunda fase” do Movimento Negro (1945-1964)².

A então “nova República” que iniciaria seu projeto político em 1889 com um grande contingente de “novos cidadãos” que, em sua maioria, até o ano anterior estavam hierarquizados na condição de população escravizada. O fim da escravidão no Brasil se concretizou principalmente pela luta empreendida pela população negra liberta e escravizada. Levantes, quilombos, revoltas nas senzalas...de diversos modos buscava-se a liberdade. A monarquia, já enfraquecida politicamente perante a oligarquia, proclama oficialmente o fim da escravidão e encerra, de certa forma, a principal batalha que os descendentes afro-brasileiros diásporos já lutavam há anos. Assim fica instituído que a partir de 13 de maio de 1888 não existe mais pessoas em condições legais de escravização no Brasil. Porém, no dia 14 de maio esse contingente populacional se encontrou sem qualquer amparo da República ou qualquer plano de políticas afirmativas que pudessem promover a inclusão de negros e negras em uma sociedade que se constituiu em bases ideologicamente racistas. Ou seja, o projeto político era novo, assim como se configurava uma nova organização social e a República esquecia essa população que sofreu por anos processos de desumanização e a escravização dos seus corpos.

Os primeiros movimentos raciais logo após a abolição se caracterizam pelas tentativas de inclusão do negro na sociedade. Através de clubes e organizações negras

¹ Sobre essa organização temporal do Movimento Negro citada neste trabalho ver DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo. Nº23. Pg. 100 – 122. 2007.

² Insiro a nomenclatura definida por Petrônio Domingues, designando em seu trabalho a “primeira fase”, “segunda fase”, “terceira fase” do Movimento Negro. As aspas são de autoria da autora dessa dissertação e foram utilizadas pela compreensão, neste trabalho, de que existiram movimentos (não necessariamente organizados) que anterior à data de 1888 já empreendiam ações em prol da população negra brasileira.

que não se apresentavam explicitamente como políticas, os negros letrados e inseridos em uma certa classe social se preocupavam em atuar de forma pedagógica para introdução social de seus “irmãos de cor”. Nesse período também circulam impressos pensados por negros e com enfoque primordial em alcançar as necessidades da população negra. Este tipo de material não era uma novidade, pois anterior à 1888 já circulavam materiais escritos pela chamada imprensa negra.

Posteriormente, a esses primeiros anos de Movimento negro e de circulação da imprensa negra, nos anos 30 surge a maior representação política de negros até então. A Frente Negra Brasileira (FNB) se apresentou como um partido político, tornando público reivindicações que denunciavam a exclusão da população negra na sociedade brasileira. Divergências políticas marcaram esse movimento que se cada vez mais demonstrava um discurso político alinhado ao integralismo brasileiro. Esse partido acabou por não eleger nenhum político negro durante sua existência³, contudo marcou a história política negra ao ser considerada como o primeiro partido negro e também se fez presente na construção da imprensa negra ao construir o jornal “Voz da Raça”, seu jornal que era porta voz das políticas do partido. Seu fim é marcado pela instalação do Estado Novo, em 1937, por Getúlio Vargas.

A segunda fase do Movimento Negro considerado entre os anos 1945 até 1964, o que se percebe é isolamento político do Movimento Negro, porém diversas organizações que se apresentavam com o cunho cultural construíram essa segunda fase. O maior representante dessas organizações foi o Teatro Experimental do Negro, liderado pelo intelectual Abdias Nascimento. Assim, como o movimento se apresentou com diversas organizações culturais a imprensa apresentou um certo avanço sobre as questões que atingiam o debate negro e a sua forma de integração na sociedade brasileira.

Com o golpe civil-militar em 1964 – que culminou na instalação de um regime ditatorial – o Movimento Negro se viu desarticulado, principalmente nos primeiros anos de ditadura, apresentando um governo militarizado e com apoio de setores civis durante a sua existência de 21 anos. A partir de 1964 até o final oficial da política ditatorial, em 1985, todos os movimentos sociais que apresentavam alguma resistência contra o regime instalado foram perseguidos e profundamente afetados pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN) – que dava a base ideológica para o Estado - e pelo Terrorismo de Estado

³ Surgido no ano de 1931, a FNB teve seus planos de lançar candidaturas negras ceifados pelo golpe do Estado Novo, promovido por Getúlio Vargas, em 1937, que fechou todos os partidos políticos e associações políticas no país. O Estado Novo só chegaria ao fim em 1946.

(TDE) impostos pelo governo brasileiro. Porém, em meados da década de 1970, o ditador Ernesto Geisel – quarto general a assumir como poder máximo da ditadura – apresentou um projeto de liberalização “lenta, gradual e segura” que teoricamente culminaria com a entrega do controle estatal de volta às mãos dos civis. Devido a um grande e já aparente desgaste econômico e social do ditadura este projeto foi reafirmado pelo seu sucessor o general – ditador João Figueiredo, que declarou que “faria deste país uma democracia”. Com este contexto de reabertura e dito afrouxamento das forças repressivas ressurgem as organizações pertencentes ao Movimento Negro, assim como se organizam diversos outros movimentos sociais.

Com o fortalecimento das organizações políticas ligadas ao Movimento Negro no cenário brasileiro nasce uma representação nacional dessas forças que já se organizavam regionalmente desde o início da década, com o marco da criação do Movimento Contra a Discriminação Racial (MCDR), que posteriormente viria a ser simplificado pela nomenclatura de Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978. Como já apontado, após 1964 com a perseguição e repressão política, ocorre a desmobilização e o aniquilamento dos movimentos sociais brasileiros e consequentemente suas táticas de mobilização e de resistência também foram enfraquecidas e silenciadas. Por isso, é apontado um hiato de produção na imprensa negra de 1964 até o meados dos anos 70, consequência do recrudescimento da repressão e censura aos jornalistas, militantes e ativistas dos movimentos sociais, assim como a criminalização sobre o debate racial no Brasil, sob vistas de se enquadrar como uma ameaça à Segurança Nacional brasileira. Contudo, o ressurgimento e a rearticulação do Movimento Negro possibilitou que essa imprensa obtivesse forças para reaparecer no cenário político, social e cultural.

Saliento nesse momento que para fins de produzir uma melhor explicação didática, e também organizativa, será utilizada a metodologia explicativa através de temporalizações lineares que serão amparadas nos estudos de diversos autores. Sabe-se que os acontecimentos históricos, assim como suas causas e consequências, não são de forma alguma lineares e produzem múltiplas outras linhas temporais. Não pretende-se simplificar os processos históricos, mas devido a essa citada complexidade de começos, recomenços e rupturas por vezes prezaremos pela linearidade na tentativa de serem melhores compreendidos os fatos e acontecimentos citados nessa dissertação.

Apresentado o contexto histórico em que esta dissertação está inserida trabalhamos a revista-jornal *Tição* dentro do conceito de imprensa negra. Através, principalmente, dos estudos feitos pela historiadora Ana Flávia Magalhães (2006)

conhecemos os registros dos primeiros impressos feito por negros que pensavam a população negra no Brasil. Fazendo o um recorte geográfico voltado para o Rio Grande do Sul, as teses dos historiadores Melina Kleinert Perussatto (2018) e José Antônio dos Santos (2011) também se farão essenciais para conhecermos especificamente sobre a imprensa negra gaúcha . Para além disso, a revista\jornal *Tição* nesta dissertação é analisada como um método de resistência e de prática política para a divulgação do protesto negro contemporâneo.

Apresentando brevemente o objeto de pesquisa desse trabalho, a revista/jornal *Tição* teve suas triagens nos respectivos anos de 1978, 1979 e 1980. Através das suas publicações, os militantes negros expuseram questões raciais que eram apresentadas como dilemas historicamente sociais e políticos da população negra. O questionamento norteador na utilização desse material, e de outros escritos, é procurar compreender de que forma estes militantes negros colocavam suas demandas em esfera pública, mesmo possuindo um regime que se configurava como repressivo. Com este material de comunicação procuramos demonstrar como a imprensa negra pode ser considerada um exemplo de ação de resistência. O conceito de resistência utilizado neste trabalho converge com a noção de “resistência democrática” apresentado pelo historiador Marcos Napolitano (2011). O autor expõe que foi a partir dos anos de 1973-1975, após anunciado o processo de liberalização pelo ditador Ernesto Geisel, que o conceito de resistência passa a ter ao seu lado o adjetivo permanente de “democrática”(NAPOLITANO, 2011, p.42). É salientado que o termo “resistência democrática” não se apresentou somente a partir dos anos 70, desde os primeiros anos do golpe de 1964 ela já existia no palco político, porém sua consagração “como uma chave-universal da memória da resistência *tout court*” e que abrigaria uma grande frente ampla que se posicionava contrária ao governo de ditadura, se consolidou a partir de meados da década de 1970. Portanto, para Napolitano:

“Neste processo, o sentido da palavra “resistência” consolidou-se no vocabulário político e na memória como sinônimo de tática de conquista das liberdades democráticas, permitindo a recomposição do conjunto das oposições ao regime, liberais e esquerda, esgarçadas na segunda metade dos anos 1960, por conta do apoio massivo dos primeiros anos ao golpe”. (NAPOLITANO, 2011, p.42)

Especificamnete neste período, a imprensa negra ao propor questionar o mito de democracia racial, a violência policial e as condições de racismo e de desigualdade racial da população negra dentro do Brasil que deveria se apresentar como uma “pacífica e unida nação” demonstra também que os militantes negros faziam um claro afrontamento e

questionamento ao estado de repressão presente. Portanto, a pesquisa apresentada além de se propor a conhecer mais profundamente a imprensa negra nacional, se dedica também a conhecer sobre a imprensa negra organizada no Rio Grande do Sul a partir da segunda metade da década de 1970. Através da publicação da *Tição* e dos seus conteúdos que discutiam demandas negras, procura-se conhecer e debater os discursos de reivindicação e as demandas do protesto negro dentro do período de ditadura civil militar no Brasil.

Logo, este trabalho possui como norte questionador as formas como as demandas e a produção dos militantes foram produzidas dentro do Movimento Negro contemporâneo, principalmente no Rio Grande do Sul. Para isso, essas manifestações são contextualizadas dentro do quadro de resistência à ditadura de Segurança Nacional brasileira (1964-1985) debatendo além das desigualdades econômicas, aprofundadas com a política do período, a exposição de denúncias contra a “democracia racial” considerada como característica basilar que constituía a “unificada” nação brasileira. Outro questionamento que norteia essa dissertação é compreender como os intelectuais negros que se dedicaram a produzir seus escritos e reivindicações puderam ser vistos pela repressão como um movimento perigoso e ameaçador contra a estabilidade do Estado durante a ditadura de Segurança Nacional e o período de Terrorismo de Estado.

Além disso, este trabalho ambiciona contribuir para os estudos sobre a militância negra dentro do período ditatorial. Temática relegada pela historiografia brasileira de forma geral, ao tratarmos da ditadura civil militar poucas as vezes são mencionadas a existência do movimento negro. Por isso, há impossibilidade de conhecimento sobre esse movimento ao se consultar livros clássicos sobre o tema, e nem mesmo é possível conhecer sobre sua existência e atuação ao consultar documentos oficiais que se propõem a ser materiais de reparação e de busca sobre a memória ao período repressivo como o dossiê produzido pela Comissão da Verdade no Brasil. Essa lacuna historiográfica demonstra o enorme silenciamento que ainda recai sobre movimentos que se propõem a realizar um debate racializado e propositivo contra as estruturas que mantêm as desigualdades nacionais. Por isso, afirmamos que as epistemologias produzidas pelas negras e negros no Brasil sofre, ainda hoje, além de um processo de silenciamento, uma prática de desmemorialização da luta negra, ou seja, um processo em que suas produções sofrem um espitemicídio, conceito apresentado pela filósofa brasileira Sueli Carneiro.

Falta a historiografia brasileira uma valorização da história e da cultura dos afro-brasileiros e africanos que aqui construíram trajetórias, próprias e coletivas, contribuindo

para além da questão econômica, na construção historiográfica, social, cultural e memorialística da formação brasileira. A apontada escassez de produções e conhecimentos científicos que resgatem e valorizem a história negra é uma falha profunda na busca por um crescimento social igualitário e por uma verdadeira luta antirracista. A produção de conhecimentos sobre a população negra nos possibilita construir uma educação que possibilite dar “o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como [garantir] igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.”⁴ (alteração da autora)

Este trabalho também se justifica pois, apesar de uma produção ampla sobre a historiografia da ditadura brasileira, a participação dos negros dentro desse período de repressão institucionalizada ainda é incipiente na produção do período. Diversas fontes que atestam a participação de militantes negros que foram resistentes ao período repressivo, mas em pouquíssimos momentos é possível reconhecê-los contextualizados e identificados enquanto militantes engajados com as demandas do Movimento Negro. Em sua maioria os militantes publicamente conhecidos se enquadram no perfil: homens, de ascendência caucasiana e portadores de certo grau elevado de instrução (muitas vezes formação universitária). Ao refletir sobre essas características que permeiam constantemente os estudos sobre militantes opositores à ditadura brasileira, podemos afirmar que ainda persiste na produção acadêmica um esvaziamento sobre o discurso racial. Primeiramente, não o incorporando dentro das problemáticas históricas que devem ser debatidas e resolvidas para um verdadeiro avanço democrático, e em segundo lugar consequentemente produzindo uma desvalorização das complexidades existentes ao colocarmos a raça como fator estruturante na perpetuação de dominações e desigualdades. Além disso, é importante salientarmos e contextualizarmos que no Brasil a maioria populacional é negra, segundo o IBGE⁵, o que causa ainda mais a gravidade sobre o apagamento histórico que temos em relação à militância negra. No Brasil, apesar de ainda manter em diversos momentos discursos que reafirmam uma suposta democracia racial, na prática diária possuímos um racismo estrutural que atinge a população negra

⁴ Texto disponível nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/488171>

⁵ O percentual de negros brasileiros (pretos e pardos) 54% é apresentado pelo Dados do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2020. Esse número destaca que mais que a metade da população brasileira se declara como negra. Fonte: < <https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/>>

em diversos âmbitos tanto econômicos como políticos e sociais.

A implantação de medidas repressivas executadas pelos agentes da ditadura como o Terrorismo de Estado (TDE) foi uma prática que atingiu a diversos setores da população, que se encontravam muitas vezes em estado de letargia, apatia e medo. A constituição de 1988 cimentou o fim do período repressivo, que já não existia mais desde a posse do primeiro presidente civil, José Sarney, em 1985. Contudo, algumas estruturas institucionais perpetuam a mentalidade repressiva e de violência. A violência policial, por exemplo, é uma perpetuação de repressão sobre a população negra que data antes da ditadura civil militar, porém em sua existência atingiu métodos e práticas que foram aperfeiçoadas e que reverberam na população pobre e, principalmente, negra até os dias de hoje. Estudos sobre a população negra⁶ e notícias jornalísticas⁷ confirmam essa exposição e demonstram que diversas ações violentas das polícias militares e civis dos estados brasileiros mantêm práticas que muito se assemelham a citada prática de terrorismo, principalmente dentro de regiões mais pobres e marginalizadas, onde por uma questão histórica a grande maioria populacional é negra.

Dessa forma, essa dissertação, diante deste quadro apresentado procura contribuir com a produção historiográfica sobre a militância negra dentro do período da ditadura de Segurança Nacional. Pretende-se com o trabalho proposto possibilitar a produção de conhecimento sobre a história do negro, não somente entre o período ditatorial de 1964 a 1985, mas que, independente do período político que se encontre o país, busca formas de resistência contra a dominação vigente, apresentando diversas formas de resistência e buscando constantemente a cidadania plena como sujeito político dentro do Estado

⁶Campanhas são apresentadas na tentativa de denúncia a violência contra a população negra: Campanha da Anistia Internacional Brasil “Jovem Negro Vivo”: <https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>; A campanha proposta pela ONU, em 2017, “Vidas Negras”: <https://vidasnegras.nacoesunidas.org/>. O Atlas da Violência é um estudo produzido pelo FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) em parceria com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Em 2020 concluiu que o assassinato de pessoas negras cresceu 11,5% enquanto os demais grupos raciais apresentavam decréscimo de 13%. Fonte: < <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-27/numero-de-homicidios-de-pessoas-negras-cresce-115-em-onze-anos-o-dos-demas-cai-13.html> >

⁷ Reúno alguns casos que tiveram maior expressão na mídia para reforçar o argumento exposto acima. Nos casos apresentados todas as vítimas são negras e periféricas.

Caso Amarildo da Silva: <<http://www.ebc.com.br/noticias/colaborativo/2013/07/amarildo-presente>>; <<http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2017/07/14/caso-amarildo-quatro-anos-depois>>;

Caso Cláudia da Silva: <<https://www.geledes.org.br/tag/claudia-silva-ferreira/>>;

Caso Rafael Braga: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/08/04/caso-rafael-braga-escancara-seletividade-e-racismo-do-judiciario-no-brasil/>>;

Citamos também o caso da vereadora da cidade do Rio de Janeiro, Marielle Franco, defensora dos direitos humanos foi assassinada em 14 de março de 2018, em um atentado ao carro que a transportava. Junto com Marielle, o motorista Anderson Gomes, condutor do veículo, também faleceu. “Quem mandou matar Marielle Franco?” se tornou uma questão até hoje não respondida mais de 31 meses após o ocorrido.

brasileiro.

Utilizamos uma vasta bibliografia sobre a ditadura civil militar de modo geral, dentre alguns citamos: o livro clássico de Maria Helena Moreira Alves, *Estado e oposição* (1964-1984); o trabalho de René Armand Dreifuss, *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*; Carlos Fico. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*, o livro organizado por Jorge Luiz Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado, *O Brasil republicano. Livro 4, O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX* e o trabalho de Maria Paula Nascimento Araújo, *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Como apontado os trabalhos de Melina Kleinert Perussatto, a tese “*Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 c. 1911)*” e a tese de José Antônio dos Santos intitulada “*Prisioneiros da história: trajetória intelectuais na imprensa negra meridional*”, foram essenciais para conhecermos os primeiros escritos produzidos em solo gaúcho. Assim como os trabalhos de Enrique Serra Padrós e Alessandra Gasparoto Gente de menos – nos caminhos e descaminhos da abertura no Brasil (1974 - 1985), e o trabalho sobre a Anistia no Rio Grande do Sul de Carla Simone Rodeghero, com o artigo “*Para uma história da luta pela anistia o caso do Rio Grande do Sul (1974-1979)*”, foram textos norteadores para compreensão das lutas reivindicatórias a partir da segunda metade da década de 1970 no Rio Grande do Sul. Ressaltamos que procuramos evidenciar estudos produzidos por intelectuais negros que se dedicaram a pensar as condições da população negra no Brasil. Autores como Clóvis Moura, Joel Rufino, Lélia Gonzalez, entre outros contribuem de forma substancial para o aprofundamento da dissertação. Os estudos produzidos principalmente por Flávia Rios sobre as questões de raça e política também contribuem para que possamos racializar a política nas questões apresentadas sobre a ditadura civil militar.

Dentre as fontes que serão utilizadas para a constituição deste trabalho estão os documentos pertencentes ao site do Arquivo Nacional. Sua busca se deu através do mecanismo de “busca simples” utilizando os termos “Movimento Negro” e “Tição”, utilizando a delimitação temporal de 1964 a 1985 pela plataforma online Sistema do Arquivo Nacional (SIAN). Desta pesquisa, foram selecionados oito documentos que além de se constituírem por ter a temática do Movimento Negro também em algum momento citavam a Tição. Além disso, foram utilizados materiais epistolares disponibilizados pela jornalista Vera Daisy Barcellos, jornalista responsável e editora da revista *Tiçã* nos seus

dois primeiros números. Algumas cartas se apresentam editadas na sessão de “Cartas” do segundo exemplar da revista, porém outras apresentam conteúdo que até o momento se encontrava em âmbito privado. Produzindo pela perspectiva de uma renovação sobre o tratamento do político, proposto por René Rémond, além de intencionalizar contribuir com a construção de memórias silenciadas e invisibilizadas serão utilizadas material produzido através da metodologia da História Oral. As entrevistas, que também constituem esse material de fonte, foram produzidas por alguns militantes negros que estiveram ativamente envolvidos com a militância negra e com a construção da revista/jornal. Três entrevistas se apresentam com caráter inédito pois foram produzidas para essa pesquisa, outros relatos orais que apareceram no trabalho foram utilizadas devido a importância do testemunho, mas não produzidas especialmente para essa dissertação e nem pela pesquisadora do trabalho. As entrevistas concedidas foram produzidas por pesquisas institucionais, assim como para outros trabalhos de pesquisa acadêmica.

Essa dissertação se organiza em três capítulos. O primeiro capítulo se caracteriza por apresentar um conteúdo de contextualização e enquadramento historiográfico. A intencionalidade é apresentar e compreender a imprensa negra brasileira. Desde os primeiros registros desse material perpassando pelos momentos históricos em que ela se mostrou atuante até os anos de 1970. Apresenta-se também a imprensa negra gaúcha e sua existência no Rio Grande do Sul, principalmente com o jornal “*O Exemplo*” e “*O Alvorada*”, da cidade de Porto Alegre e da cidade de Pelotas, respectivamente. Com isso, procuramos apresentar a perspectiva em que classificamos a *Tição* dentro dos estudos historiográficos da imprensa negra no Brasil. Seguidamente apresentamos a Imprensa Alternativa que marcou sua existência a partir da década de 1970, mais fortemente na segunda metade dessa década, no período de ditadura civil militar. A imprensa alternativa se apresentou como uma possibilidade de militantes e novos movimentos sociais tornar público seus discursos reivindicatórios. A apresentação dessa imprensa se dá, para que além de compreendermos o período de sua existência, conhecermos seus objetivos, sua forma de organização e sua circulação. Logo, são apresentados os contextos sociais e políticos que está localizado esse trabalho, apresentando as características da ditadura favorecendo a discussão sobre as questões econômicas e o aprofundamento da desigualdade social que atingiu um grande contingente da população negra e que se apresentou como uma das demandas prioritárias do debate negro. Por fim, é trabalhado os Novos Movimentos Sociais, procurando apresentar alguns estudos propostos pelas ciências sociais que se dedicaram a analisar essas novas organizações que surgiu na

América Latina, neste trabalho especificamente no Brasil em um contexto de processo de liberalização política.

O segundo capítulo se dedica a conhecer as especificidades e as demandas de reivindicação, a partir do governo do general Ernesto Geisel, pelo Movimento Negro no Brasil e no Rio Grande do Sul. É apresentado a construção da organização nacional negra, o MNU, como também é compreendido o movimento negro como uma luta racializada em suas multiplicidades de divergências, das formas de debate e de construção de uma luta antirracista. Procuramos compreender a luta negra para além de uma questão puramente de busca de identidade, e por isso a introduzimos dentro dos movimentos de resistência à ditadura na luta pela abertura política. Após conhecermos mais profundamente as ideologias que norteavam o movimento negro de forma geral será aprofundado a análise sobre o objeto principal dessa dissertação, a revista/jornal *Tição*. Conheceremos brevemente sobre o Grupo Palmares, organização negra de Porto Alegre que antecede a *Tição* e que possui diversas similaridades na construção do discurso, além de comporem trajetórias de diversos militantes negros que compuseram os dois grupos. Consequentemente é explorado os aspectos editoriais de ambas revistas e do jornal, e compreenderemos os debates propostos pelos militantes negros gaúchos através deste material de comunicação.

O último capítulo se propõe a conhecer as representações construídas sobre a *Tição* pelos olhares externos, dos leitores e da repressão, também internos, pelos militantes que a constituíram. É através de um corpo documental disponível também pelo Arquivo Nacional pelo site do SIAN, que teremos acesso a relatórios produzidos pelo SNI sobre os movimentos negros, e, mais especificamente sobre a circulação da *Tição*. Inicialmente explicaremos como se organizava as estruturas repressivas da ditadura brasileira e de que forma eram praticados os monitoramentos e a produção de informações sobre a população civil. Logo será aprofundado através da documentação disponível e utilizando como referência o trabalho de dissertação de Karin Sant'anna Kossling, “As Lutas Anti-racistas de Afro-descendentes sob a Vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)”, como se exercia a repressão sobre o Movimento Negro e a percepção que os documentos oficiais e os militares possuíam sobre as organizações negras que surgiram dentro de uma virada social que propiciou o surgimento de tantos outros movimentos de reivindicatórios. Por último, nesse subcapítulo que trata da repressão e da representação criada pelos órgãos repressivos, observamos como os agentes do SNI perceberam e quais as representações tiveram sobre a existência e circulação da *Tição*. Dando continuidade ao

capítulo utilizaremos de um conjunto de cartas publicadas pela revista e também alguns escritos de conteúdo privado para percebermos a representatividade exercida por esse material de comunicação sobre seus leitores, as opiniões que surgiram de terceiros após leitura do conteúdo e a repercussão positiva ou não. Além disso, pelas cartas notamos e salientamos a existência de um associativismo negro que produzem redes de sociabilidade com a revista, assim como o interesse de trocas intelectuais.

1. As impressas e o contexto social e político que cercam a *Tição*

Este capítulo tem o propósito de apresentar brevemente a trajetória da imprensa negra brasileira, espaço de estudo que se insere o objeto de pesquisa escolhido para a dissertação. O estudo retoma a imprensa negra desde antes do processo de abolição, percorrendo as décadas em que os jornais foram publicados e o discurso que desejavam expor à sociedade, demonstrando a importância que este veículo de comunicação possui na trajetória do movimento negro. A imprensa negra também surge enquanto uma das várias possibilidades de associativismo negro, fortalecendo as redes de solidariedade entre pessoas negras em diversas épocas históricas

esses distintos agrupamentos construíram projetos por meio dos quais as pessoas se sentiam parte de um mesmo grupo e se identificavam mutuamente, forjaram solidariedades fluidas e contingenciais, (re)inventaram tradições que alimentavam suas práticas sociais, estabeleceram diálogos entre si e com as agências do Estado e da sociedade civil, enfrentaram contradições em diferentes circunstâncias históricas, sem contudo deixarem de proclamar os interesses sociopolíticos e direitos civis dos “homens de cor” na esfera pública. (DOMINGUES, 2014, p. 271)

Assumindo esta definição de associativismo se torna essencial para compreendermos a importância da imprensa negra - como um potencial condutor do protesto negro - conhecermos a sua construção. Além disso, o estudo da imprensa negra pode se configurar como uma estratégia de formação da memória de negros e negras que constroem a história brasileira. Por esta técnica, esta imprensa buscou, e busca, a inclusão principalmente de narrativas negras e a construção de uma identidade racial positiva que quebre com os signos de representação racista construídos em período escravocrata e que reforçam o racismo estrutural até os dias de hoje.

Também se faz necessário conhecermos o contexto nacional em que se estará inserido essa revista/ jornal. Para isso, serão apresentadas as características da imprensa alternativa que marca a década de 1970 se inserindo como uma possibilidade política dos grupos de resistência. Brevemente também serão expostos outros jornais que compuseram a imprensa negra neste período. Além disso, examinaremos principalmente a questão econômica da ditadura civil militar a partir do “milagre econômico”. A produção dessa análise se justifica para que possamos compreender algumas questões que farão eclodir, a partir de 1974 os chamados “Novos Movimentos Sociais”⁸. O enfoque

⁸ É utilizado nesta dissertação o conceito trabalhado por Maria da Glória Gohn que observa nos movimentos sociais a mobilidade e organicidade de existência mesmo em estruturas e organizações que não se configuram tradicionalmente como espaços políticos e sociais. Pela ação inovadora de propor novas possibilidades de organização e de questionar estruturas consolidadas se configuram como principais motivadores de mudanças sociais.

dado a questão econômica não intenciona menosprezar o caráter violento e repressivo do regime. Contudo nos possibilita avançar para além das questões de Terrorismo de Estado, mecanismo extremamente de repressivo e de implementação do medo contra a população civil que foi utilizado pelos governos ditatoriais, e nos auxilia a compreender que apesar de o “milagre econômico” ter efetivamente ocorrido não se configura como um período de “anos de ouro” para todos os estratos sociais.

Essa perspectiva auxiliará compreender também a indignação de diversos grupos sociais que surgiram nos anos posteriores ao processo de “liberalização” e que buscavam, além da abertura política, melhores condições de vida enquanto cidadãos. Olharemos para estes movimentos procurando conhecer suas características e como se inseriam dentro de um contexto nacional e internacional de mudanças.

A intencionalidade desse capítulo são de nos possibilitar, na sequência, conhecer o movimento negro contemporâneo que se insere como um movimento de resistência frente ao governo ditatorial; e também auxiliar na análise da revista/jornal *Tição* para assim percebemos o amadurecimento, as diferenças e as semelhanças do protesto negro no início do século e a partir das últimas três décadas. Portanto, se pretende olhar o Movimento Negro para além de sua representação na memória coletiva sobre a resistência democrática. Para além de sua existência dentro dos Novos Movimentos Sociais e da influência que obteve pelos movimentos de direitos civis dos EUA e dos movimentos de libertação dos países africanos, o Movimento Negro também ressurgiu incentivado pelos protestos negros que já ocorriam a séculos na história do Brasil.

1.1 – A Imprensa Negra no Brasil : o “Homem de Cor”

1.1.1 – As manifestações iniciais

Assim como se percebem as alterações nas formas de operação e atuação das opressões raciais em corpos considerados subjugados, ao longo dos séculos são modificados dialeticamente as formas como se desenvolvem as resistências a esse racismo. Se antes do século XX o africano ou descendente diásporo negro⁹, marcado pelo

As categorias básicas desse paradigma [Novos Movimentos Sociais] são: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política etc. Os conceitos e noções analíticas criadas são: identidade coletiva, representações coletivas, micropolítica do poder, política de grupos sociais, solidariedade, redes sociais, impactos das interações políticas etc. (GOHN, 1997, p.15) (alteração da autora)

⁹ A diáspora para além dos atos de imigração forçada ocorridas com africanos que foram retirados de seus países e continente, para serem escravizados em outros continentes, principalmente o americano, também se configura pela produção de identidade e de novos saberes produzidos a partir dessa ação. Nesta nova

fenotípico da negritude, sofria com o racismo biológico no decorrer dos anos esta teoria mostrou-se desvalida, e a violência racial apresentou novos aspectos de discriminação, porém, possuindo a mesma potencialidade principalmente nos âmbitos sociais, políticos, econômicos e psicológicos. Já não benéfico aos interesses dos grupos da elite brasileira¹⁰, que buscavam a partir da Primeira República que se instauraria em 1989 a “ordem e o progresso” do Brasil, condições sociais instáveis de turbulências, revoltas e levantes oriundos da população negra livre marginalizada e/ou escravizada¹¹ que vivia o cotidiano do período escravocrata. Portanto, concorda-se com o intelectual revolucionário e médico psiquiatra Frantz Fanon quando este ao pensar a questão cultural sob as consequências da colonização¹² expõe que “o racismo vulgar na sua forma biológica corresponde ao período de exploração brutal dos braços e das pernas do homem. A perfeição dos meios de produção provoca fatalmente a camuflagem das técnicas de exploração do homem, logo das formas do racismo.” (1956, p.82).

Por isso, dentre as diversas formas de reivindicações e de expressões negras que existiram - e existem - no histórico de lutas raciais no Brasil, neste capítulo o enfoque da pesquisa se voltará para a chamada imprensa negra. Esta imprensa se caracteriza por confecção de materiais de comunicação voltados para a população negra que possuem o papel, não apenas de informar, mas de também divulgar pensamentos, produções literárias e de fortalecer protestos negros. Este veículo de comunicação - que pode se apresentar como jornal, revista e atualmente também se expandindo para os meios virtuais - voltado para os interesses da população negra e com direcionamento do seu discurso para os mesmos, dentro dos estudos de pós- abolição - é chamada de imprensa negra, para assim diferenciá-la da grande imprensa tradicional.

A intencionalidade desta exposição não é uma apresentação aprofundada da elaboração destes jornais impressos ou uma análise minuciosa sobre as obras literárias dos mesmos. A investigação que se faz presente nesta dissertação é uma breve exposição desta imprensa na ocupação de diversos espaços sociais e políticos, em variados períodos

configuração que estes africanos e seus descendentes estão inseridos, entre tensões e negociações, novas formas de identidade são reconstruídas.

¹⁰ Sobre a preocupação dos grupos de elite, inclusive de grupos abolicionistas, para que a população negra pudesse “ser educada” e não mais uma fonte de “problema” no processo de cidadania brasileira ver: Cap. III e Cap. IV in AZEVEDO, Ana Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco; o negro no imaginário das elites – século XIX*. RJ: Paz e Terra, 1987.

¹¹ Para conhecer diversos momentos de revolta que a população negra protagonizou ainda no período escravagista consultar: MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

¹² O artigo “Racismo e Cultura” foi apresentado por Frantz Fanon no I.º Congresso dos Escritores e Artistas Negros em Paris, em 1956. Posteriormente foi incluído no livro *Os Condenados da Terra* do mesmo autor.

históricos. Compreendendo o protagonismo dos jornais negros no entendimento exposto na dissertação de Ana Flávia Magalhães Pinto¹³, é reafirmando a importância desses jornais, que passaram a existir ainda ao final do século XIX, explicitando e reforçando a luta empreendida pelos negros para produzirem “uma fala própria” e tornarem-na “pública”, além de uma clara demonstração da construção de um “esforço coletivo de controlar os códigos da dominação e subvertê-los.” (PINTO, 2006).

1.1.2 – Breve regaste historiográfico sobre a Imprensa Negra no Brasil

Os primeiros estudos dedicados à imprensa negra no Brasil foram realizados pelo pesquisador francês Roger Bastide, que se dedicou a descortinar a imprensa negra paulista nos anos de 1915 a 1945. Além de Bastide, posteriormente outros pesquisadores se voltaram para esta imprensa “pouco conhecida e não incluída nos programas das escolas de comunicação como um capítulo a ser estudado e interpretado...” (MOURA, 2002, p.5). Clóvis Moura¹⁴ e Miriam Ferrara são importantes nomes quando se busca estudar mais profundamente sobre imprensa negra, e principalmente a imprensa negra paulistana¹⁵. Ferrara que avança com seu estudo até a década de 1960, tendo seu limite em 1963, e baseando-se nos clássicos estudos sobre imprensa negra de Bastide propõe uma esquematização temporal para designar seus momentos temporais como primeiro, segundo e terceiro período. Para a autora, o primeiro período se estabelece entre os anos de 1915 a 1923 e se caracteriza pela tentativa dos jornais de realizar um processo de integração do negro na sociedade brasileira. O segundo período entre 1924 a 1937, atingindo seu ápice em 1931 com a organização política Frente Negra Brasileira, e tem

¹³O trabalho de Magalhães se insere nos estudos de pós-abolição e é uma referência para estudos da imprensa negra nos primeiros anos republicanos. Nesta dissertação, a pesquisadora apresenta, sistematiza, e analisa oito jornais negros publicados no século XIX e demonstra que o conteúdo por eles apresentados eram protestos e discursos antirracistas que reivindicavam os prometidos direitos democráticos da Primeira República. Ver: PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura a tinta fresca: a imprensa negra no século XIX**. Dissertação de Mestrado (História). Brasília, UNB, 2006.

¹⁴Clóvis Steiger de Assis Moura, conhecido como Clóvis Moura, nasceu em 1925, em Amarante, no Piauí. Intelectual de vertente marxista nos anos 1970 teve expressiva militância junto ao movimento negro. Produziu importantes obras sociológicas e históricas sobre os negros no Brasil.

¹⁵Para conhecer mais profundamente a imprensa negra paulista, até os anos de 1963, ver: BASTIDE, Roger. **A imprensa negra do Estado de São Paulo**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Boletim CXXI. Sociologia nº2. Estudos Afro-Brasileiros, 2º série, 1951; FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915 -1963)**. São Paulo, FFLCH/USP. Dissertação de Mestrado, 1981. Antropologia n.13, 1986; GOMES, Flávio. Imprimindo idéias: jornais e associações in **Negros e Política (1888 -1937)**. Jorge Zahar, 2005, p.27-43; MOURA, Clóvis. “A Imprensa negra em São Paulo”. In: **Imprensa Negra. Estudo crítico de Clóvis Moura**. Legendas Miriam Nicolau Ferrara. São Paulo: Imprensa Oficial, Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2002, Edição fac-similar; MOURA, Clóvis. III- A imprensa negra em São Paulo in. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988, p.204 -217.

como marco final a instalação da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas em 1937. O terceiro período, que acontece após a volta para o regime democrático em 1945, se estende até 1963. Este período é caracterizado como um momento em que ocorreram maiores protestos e reivindicações políticas dos negros (MOURA, 2002, p. 8). Esta temporalização brevemente apresentada será utilizada de estrutura basilar para compreensão das apresentações dos jornais nas páginas seguintes deste trabalho. A escolha por esta metodologia justifica-se pelo avanço cronológico até a década de 1960, e também porque a autora contempla em seu trabalho jornais de outros estados, além do estado de São Paulo. Contudo, há a necessidade de ressaltar que serão apresentados jornais anteriores a data marcada por Ferrara como primeiro período, em 1915. Contudo, as características destas produções não diferem do conteúdo apresentado ainda no início do século XX, por isso datas anteriores a proposta por Miriam Ferrara também serão incluídas dentro das características do primeiro período neste trabalho.

O exercício da imprensa só foi oficializado no Brasil a partir de 1808 e, segundo Ana Flávia Magalhães Pinto (2006), os primeiros registros sobre periódicos da imprensa negra se darão ainda em fase anterior à abolição. O primeiro registro apresentado por Magalhães, ainda em 14 de setembro de 1833, é o pasquim *O Homem de Cór*. Realizado em uma tipografia no Rio de Janeiro, sob a autoria de Francisco de Paula Brito (1809 – 1861) este jornal era produzido por um homem negro com temáticas que pensavam a população negra livre, liberta ou que ainda estava condição de escravidão. Seus primeiros números demonstram debates sobre a inserção do negro na sociedade, os impedimentos e as barreiras enfrentadas pelo preconceito de cor. Outros pasquins também registrados são *O Homem - realidade constitucional ou dissolução social* (1876), *A Pátria - orgam dos homens de cór* (1889) e o *Treze de Maio* (1888); todos esses datados antes da instalação da República em 1989. A criação destes jornais naquele momento “ficaram mais restritas à parcela livre e liberta, ainda que mantidos certos laços com as pessoas escravizadas.” (PINTO, 2006, p.20)

Após instaurado o regime republicano e nas primeiras décadas do século XX alguns pasquins citados pela historiografia incluem *O Progresso - orgam dos homens de cór* (1899), *A Pátria* (1899), *A Redenção* (1899), *O Baluarte* (1903), *O Menelick* (1915), *O Combate* (1912), *O Patrocínio* (1913), o *Getulino* (1923) *O Clarim D’Alvorada* (1924) (PINTO, 2006; MOURA, 1988; CARVALHO, 2009; GOMES, 1988). Destaque para a presença de dois pasquins criados no Rio Grande do Sul: *O Exemplo* (1892) na capital Porto Alegre e *A Alvorada* (1907) na cidade de Pelotas. Nas duas primeiras décadas do

século XX, os jornais, de forma geral, se caracterizam pela atuação de uma função pedagógica e por ser uma ferramenta de instrução para a população negra. De denúncias sobre o preconceito racial até a dedicação de uma moralização considerada mais puritana, os jornais da imprensa negra atendiam ao “universo da comunidade negra”. Em suas páginas se encontram “as festas, aniversários, acontecimentos sociais, lá está o intelectual negro fazendo poesias, lá estão os protestos contra o preconceito de cor e a marginalização do negro. Nessa trajetória refletem-se as inquietações da comunidade e lá se encontram os conselhos para o negro ascender social e culturalmente, procurando igualar-se ao branco.” (MOURA, 1988, p.205). Portanto, os jornais da imprensa negra se dedicavam às temáticas de “assuntos negros” que majoritariamente não se faziam presente e nem eram do interesse da grande imprensa e da população branca.

Este espaço também se configurava por ser marcado pela presença de sujeitos que eram letrados e alfabetizados, algo atípico na população negra logo após a abolição. A educação formal, por isso, se apresentava como um componente de extrema importância para a ascensão social e o comportamento incentivado para os negros era de se adotar uma “atitude integralista politicamente passiva com a qual os mulatos e negros procuravam demonstrar que a cor era a única diferença entre eles e a elite branca, sem qualquer implicação moral ou cultural.” (GUIMARÃES, 2004, p.274). Na questão cultural um comportamento mais rígido era esperado e, por conta disso, apareciam fortes críticas ao alcoolismo e as práticas relacionadas à boêmia. Os clubes negros também se destacavam como um espaço influente da sociabilidade entre a população negra, e nesses espaços os jornais negros, nesses primeiros anos, utilizavam desta influência para promover a circulação de seus materiais. Flávio Gomes destaca que “o diálogo travado entre clubes, jornais e sociedade em torno de uma “moral” própria da “classe de cor” - a partir do comportamento de “irmãos” nos salões - que fomentou o surgimento de novos periódicos. (GOMES, 1988, p. 39). Portanto, utilizando de espaços de sociabilidade negra os jornais da imprensa negra, com uma atuação educativa, se comportavam como portadores e manuais de valores culturais e morais para a integração dos negros na nova sociedade republicana.

Se os primeiros anos da imprensa negra foram marcados por essa disposição pedagógica e de integração social é a partir da segunda fase da imprensa negra que o caráter educacional dará espaço a discursos marcados por um avanço de politização e reivindicação do discurso que denunciava a condição de “cidadão de segunda classe” dos negros. Marcados como os grandes jornais dessa época estão *O Clarim da Alvorada*

(1924) e o *A Voz da Raça* (1931). O pasquim *O Clarim da Alvorada* é destacado como um importante material de influência do meio negro na sua época. Fundado por José Correia Leite e Jayme Aguiar, ficou sendo o mais representativo jornal negro até o aparecimento de *A Voz da Raça*. Este jornal, *Clarim da Alvorada*, passa a circular em 1924, inicialmente pela cidade de São Paulo atingindo circulação também em outros estados. E sua última publicação circulou - marcada por diversas interrupções e fases - em 1940. O periódico *A Voz da Raça* que levava o subtítulo *Orgão oficial da Frente Negra*, foi criado em 1933 e trazia em sua primeira capa os objetivos de sua circulação. Deixava explícito que seu interesse maior era promover e divulgar os ideais da Frente Negra Brasileira (FNB), movimento político liderado por negros e surgido em 16 de setembro de 1931. Como afirma Muniz Sodré, politicamente favorável ao governo Vargas, este movimento

[...] apesar do tom de protesto racial, o horizonte político é integralista, voltado para o aprimoramento escolarizado da consciência, a fim de melhor acomodar-se à sociedade branca com todos os seus valores. E não era para menos: assim como a Ação Integralista Brasileira, à qual estavam ligadas algumas de suas facções, a Frente Negra pauta-se pelos princípios fascistas do nacionalismo, catolicismo e autoritarismo. Socialmente excluído, o indivíduo negro aspirava tão-só igualdade econômica e política, acompanhada do respeito racial. “Revolução dentro da ordem”, eis como o sociólogo Florestan Fernandes definiu o movimento.” (SODRÉ, 1999, p.240)

Com o avanço do governo autoritário de Getúlio Vargas e a implantação da ditadura do Estado Novo se extingue esse segundo ciclo de periódicos negros. E somente a partir de 1945, com a volta do governo democrático, que se registra uma nova circulação de jornais da imprensa negra. Ferrara (1981) destaca que a partir dessa fase é possível considerar que “inicia-se o terceiro período da imprensa negra.” Em São Paulo, são destaques os pasquins *Alvorada* (1945) e *Novo Horizonte* (1946/8), *Notícias do Ébano* (1957), *O Multirão* (1958), *Níger* (1960) e também a revista *Senzala* (1946). No Rio de Janeiro se destacam *Quilombo* (1948), *O Redenção* (1950) e *A Voz da Negritude* (1952).

Importante conhecermos, mesmo que brevemente, o jornal *Quilombo*, publicado sob a coordenação do intelectual negro Abdias Nascimento. Este jornal se circunscreve com grande importância e relevância, não apenas pela participação de Abdias Nascimento, mas por publicar em suas páginas uma diversidade de debates com heterogêneos profissionais consagrados no mundo acadêmico e intelectual. A educação da população negra ainda aparecia como uma preocupação primordial e o jornal se empenhava em divulgar iniciativas educacionais tanto no Rio de Janeiro como os que ocorriam em outros estados brasileiros. A temática educacional era uma constante e se

fazia presente em quase todos os números da publicação. Elisa Nascimento reforça este dado afirmando que de “todos os números do *Quilombo*, com a única exceção do nº2, trazem notícias, reportagens ou comentários sobre a questão do ensino, da educação e/ou iniciativas de educação comunitária” (NASCIMENTO, E. 2003, p. 292). A publicação também ganha destaque pelo espaço que disponibilizava para que pudesse ser debatido as condições e vivências da mulher negra. Com a coluna intitulada “*Fala a mulher*” e possuindo como interlocutora deste diálogo Maria de Lourdes Valle do Nascimento ambicionava-se um diálogo direcionado para com as leitoras negras. Os dois primeiros parágrafos desta coluna na sua data de estreia já demonstravam a preocupação de Maria Nascimento na comunicação com outras mulheres negras:

DESTA coluna conversarei com minhas patrícias de côr. Discutiremos nossos problemas, minhas patrícias, com a simplicidade de verdadeiras irmãs e amigas que se amam. E mesmo quando o debate se tornar por ventura mais acalorado, nunca deveremos perder a serenidade. Na maneira de falar e de agir revelamos condições de seres humanos ou procedimento inconsciente de irracionais. Vamos, pois, conversar e atuar como pessoas que só não estão mais integradas neste século de civilização e progresso por falta de oportunidades. Oportunidades que doravante lutaremos por conseguir. Solicito a minhas amigas que me escrevam. Sem se importarem com erros de gramática, que isto aqui não é Academia de Letras e sim uma tribuna democrática para discussão de idéias e problemas nossos. (Jornal *Quilombo*, Teatro Experimental do Negro, Rio de Janeiro, ano I, n.1, dez/1948.)

Outro tema que merece destaque pelo espaço que ocupava no jornal é a discussão sobre a temática da Negritude. Seguindo o intercâmbio de ideias que aconteciam desde os inícios do século XX e demonstrando vinculação com as discussões internacionais que ocorriam em outros movimentos raciais fora do Brasil, o jornal *Quilombo* publicou o ensaio “*Orfeu Negro*” de Jean Paul Sartre, além de trazer artigos de Roger Bastide e uma crítica de Nestor R. Ortiz Oderigo. Além do debate mais global sobre a Negritude problematiza a situação da negritude brasileira com uma coluna intitulada “Democracia Racial”¹⁶. O autor de estreia nesta coluna foi o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, responsável pela teorização sobre a construção do próprio termo que dava nome à coluna em seu livro *Casa Grande e Senzala*. Esta postura adotada pelo *Quilombo* é vista por

¹⁶ Segundo Guimarães (2001), entre os anos de 1930 até a instauração do governo ditatorial em 1964, o que vigorava era um chamado “pacto populista” ou “pacto nacional-desenvolvimentista”. Neste contexto, o movimento negro se organizava pela integração social do negro à sociedade ambicionando a democracia racial enquanto um “ideal a ser atingido”. O Estado, por sua vez, adotava uma política de “integração em termos simbólicos”, promovendo uma cultura nacional mestiça, incorporando elementos da cultura negra enquanto elementos nacionais. Para aprofundar sobre as mudanças de perspectiva do movimento negro diante da democracia racial, ver: GUIMARÃES, Antônio Sérgio. “Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito”. Novos Estudos Cebrap, XX (61): 147-162. São Paulo, 2001.

alguns pesquisadores como uma tentativa do jornal de apresentar um espaço com pluralidade de “idéias, propostas e representações de intelectuais negros (negros e brancos) e ativistas negros a respeito da população afro-brasileira dos anos de 1940 e 1950 (ROSA apud Cunha, p. 291)

O jornal teve duração até o ano de 1950 e atuou como um porta-voz de comunicação do Teatro Experimental do Negro (TEN) e um campo para a valorização do povo negro no Brasil.

Os últimos registros sobre imprensa negra se darão no ano de 1965, com o jornal *O Alvorada* da cidade de Pelotas, no sul do Brasil. Esta publicação circulou desde 1907 e permaneceu até meados da década de 1960, com algumas interrupções na trajetória. Desta forma, é o jornal da imprensa negra de maior longevidade. Mais uma vez é interrompida a trajetória dos jornais negros, um ano após a ocorrência do golpe de 1964. Comandado pelos militares e com o apoio de alguns setores civis¹⁷ este período reprimiu e desmobilizou não apenas a imprensa negra e seu protesto como diversas formas de expressão e liberdades no país.

1.1.3 Imprensa Negra no Rio Grande do Sul

Voltamos aos anos iniciais da república para olharmos os jornais da imprensa negra gaúcha tendo como maiores destaques “*O Exemplo*” (1902 - 1931) e “*A Alvorada*” (1907 -1965), impressos nas cidades de Porto Alegre e de Pelotas respectivamente. Contudo, não são os únicos jornais, além do *Tição* feito ao final da década de 1970, que neste estado circularam e deixaram registros. José Antônio dos Santos em seu trabalho de tese se dedica a conhecer o processo de inserção e mobilidade dos intelectuais negros gaúchos que se dedicaram à imprensa negra e resgata alguns exemplares de pasquins menos conhecidos pela historiografia¹⁸. Com seu trabalho temos o registro de “*O Astro - Orgão Crítico, Humorístico e Literário*” realizado na cidade de Cachoeira do Sul, com a primeira impressão registrada na data de 13 de maio de 1927 e com data final exatamente um ano após a primeira edição; Em Rio Grande, o jornal “*A Hora - Hebdomadário Literário, Noticioso e Crítico*” teve circulação do ano de 1917 a 1934; “*A Liberdade*”

¹⁷ Perspectiva apresentada primeiramente, em 1981, por René Dreifuss em sua tese de doutorado, posteriormente transformada no clássico livro: *1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*.

¹⁸ José Antônio dos Santos apresenta este esforço de resgate de jornais da imprensa negra no Rio Grande do Sul em sua tese de doutorado. Ver: SANTOS, José Antônio. *Prisioneiros da história: Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

jornal que se fez presente na cidade de Bagé no ano de 1919 e a partir de 1921 as publicações passam a serem feitas na capital até o ano de 1925 quando não se tem mais registro de sua existência; em Porto Alegre encontrou-se o registro do pasquim “*A Tesoura - Crítico, Humorístico e Noticioso*” com atividade entre os anos de 1924 e 1925; e por último, Santos também registra “*O Succo - Órgão Crítico, Humorístico e Noticioso*” que circulava quinzenalmente entre os anos de 1922 a 1925.

Todos esses jornais conjuntamente com “*O Exemplo*” e “*A Alvorada*” são considerados por Santos como “a imprensa negra sul-rio-grandense”. Para o autor existem cinco características em comum para assim defini-los. Entre as similaridades são apontados a identidade negra ou a proximidade de com o meio por quem era fundado, o principal público alvo dessas publicações serem os negros, a defesa das questões negras e o associativismo negro presente neste meio, além do reconhecimento e identificação com o mundo negro que os jornais pertencentes a grande imprensa os atribuíam. (SANTOS, 2011, p. 108)

Não diferenciando-se das temáticas já expostas sobre a imprensa negra no Brasil, segundo Santos

Todos os jornais da imprensa negra sul-rio-grandense foram fundados menos de quarenta anos depois da Abolição, e boa parte dos redatores teve experiências ou conheciam, por intermédio dos parentes e amigos, como havia sido aquele período. Eles sabiam das dificuldades que os escravizados haviam sofrido e viviam momentos plenos de esperanças para o futuro. As temáticas voltadas para a educação, moralidade e ao combate ao preconceito e à discriminação praticamente não variaram nos anos de 1892 a 1930. Os jornalistas continuaram produzindo textos que remetiam aos problemas sociais e às relações raciais durante todo aquele período. (SANTOS, 2011, p.137)

É reforçado a importância do jornal “*O Exemplo*” impresso na cidade Porto Alegre e que teve expressiva circulação. Apesar de suas diversas fases¹⁹, este material permanece na história da imprensa gaúcha e dos negros gaúchos. Teve como um dos seus guardiões o poeta Oliveira Silveira que viria a compor o Tição mais de 40 anos depois e ainda é uma relevante fonte e objeto de estudo para pesquisas que procurem conhecer a imprensa negra gaúcha.

¹⁹ Sobre as fases do jornal “*O Exemplo*” e sobre a imprensa negra do Rio Grande do Sul ver: PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade:** educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal *O Exemplo* de Porto Alegre (c. 1892 - c. 1911). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. SANTOS, José Antônio dos. **Raio ou “A Intellectuais negros”** e imprensa, Pelotas (1907-1957). Rio de Janeiro, 2000. (Dissertação de mestrado em História). Dep.UFF. SANTOS, José Antônio. **Prisioneiros da História:** trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011

1.1.4 Intercâmbios e dificuldades

Os discursos promovidos por estes jornais não se restringiram a circular apenas em território nacional. As trocas intelectuais e a existência de uma rede de comunicação e sociabilidade é fato conhecido entre pesquisadores e serviu como meio de fortalecimento e trocas de ideias entre as duas nações. Paul Gilroy ao apresentar essa rede e denominá-las de Atlântico Negro²⁰ demonstra como acontece essas comunicações internacionais entre o continente africano e os descendentes diásporos no continente da América. Amílcar Araújo Pereira se debruça especificamente no estudo da imprensa negra entre o Brasil e os Estados Unidos²¹, demonstrando as relações que se efetuavam, como ocorria entre os brasileiros e os norte-americanos negros os pensamentos sobre suas condições após seus processos de abolição e as consequências da colonização que atingiu de norte ao sul da América. Segundo Pereira

A partir dos anos de 1920 e 1930, a circulação de informações na diáspora negra se ampliou, e podemos verificar objetivamente essa circulação, por exemplo, na imprensa negra do Brasil e dos Estados Unidos na primeira metade do século XX, onde ocorreram, inclusive, intercâmbios entre jornais dessa imprensa negra nos dois países (PEREIRA, 2009, p. 111)

A organização FNB teve destaque em jornais negros norte-americanos como no jornal norte-americano *Chicago Defender* que referenciava a luta por direitos civis empreendidos pela organização brasileira. Compara-se com a situação do negro estadunidense utilizando como inspiração e exemplo as mobilizações de negros brasileiros. Esta troca cultural e intelectual era mútua. Assim como o jornal *Chicago Defender* enxergava a FNB como um referencial, os negros brasileiros inspiram-se em referências norte-americanas. Pereira traz em seu texto um depoimento de José Correia Leite, que assim diz:

(...) Nós fizemos uma seção dentro d'O Clarim d' Alvorada com o título "Mundo Negro", que era justamente o título do jornal que o Marcus Garvey tinha nos Estados Unidos: "The Negro World". (...) O movimento garveyista entre nós ficou restrito, mas serviu para tirar certa dubiedade do que nós estávamos fazendo. (...) As ideias do Marcus Garvey vieram reforçar as nossas. Com elas nós criamos mais convicção de que estávamos certos. Fomos descobrindo a maneira sutil do preconceito brasileiro, a maneira de como a gente era discriminado (Leite, 1992: 77,78, 80 e 81 apud PEREIRA, 2009, p. 120)

²⁰ GILROY, Paul. O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de estudos Afro-Asiáticos, 2001. 432 p.

²¹ PEREIRA, Amílcar A. O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

Durante os anos posteriores é apontado um perceptível distanciamento dessa relação entre os jornais examinados tendo fim dos registros a partir de 1961, concomitante com o período em que a luta por direitos civis da população negra se encontrava em grande efervescência nos Estados Unidos.

Apesar desta circulação até mesmo no exterior, a existência dos jornais negros foi marcada por diversas dificuldades tanto de origem financeira quanto no alcance e circulação entre a população. Sem atingir o grande público, mesmo entre a comunidade negra, e tendo por marca a existência por curtos períodos de duração estes jornais sofreram para manter sua subsistência por diversos motivos que somente a questão financeira não explica por si. A estrutura racista que está imbricada no Brasil auxilia também a compreender e explicar as dificuldades encontradas por estes intelectuais negros que se dedicavam a produção destes tipográficos. Clóvis Moura discursa sobre a invisibilidade e apagamento da literatura negra na história cultural brasileira e afirma que “o monopólio da cultura no Brasil, o monopólio do saber é também o monopólio do poder” (p. 187). Logo os discursos, as problematizações e os pensamentos de intelectuais negros e negras destituídos de qualquer poder financeiro ou de influência não foram considerados como uma literatura ou produção cultural válida o suficiente para ser absorvida como uma importante contribuição na construção do ser brasileiro. Sendo desta forma marginalizado a “assuntos de negros” e encontrando dificuldades para a sua manutenção assim como para sua circulação.

1.2 A Imprensa Alternativa

Mesmo com a existência de uma censura prévia à imprensa²², da cooperação e estado de conformidade de muitos dirigentes dos grandes jornais, na década de 1970 passa a circular em bancas de jornais, em pequenos grupos de organização clandestina, em espaços que se mobilizam contra a ditadura, materiais de publicação que se constituíam, na sua maioria, em formato de tabloide e levavam conteúdos contestadores da situação brasileiro e do poder militar que comandava de forma autoritária, desde o golpe de 1964, o país. Realizando um movimento contrário ao da chamada “grande imprensa”²³, a imprensa alternativa se destaca pelo seu posicionamento como oposição ao discurso

²² A censura prévia foi legalizada com a promulgação do Decreto-Lei nº 1077, em 26 de janeiro de 1970.

²³ O termo “grande imprensa” é utilizado para definir os jornais de grande circulação no Brasil. Devido ao seu caráter mais empresarial, se distingue de forma explícita dos jornais da imprensa alternativa. Para aprofundamento do tema sobre a grande imprensa ver: SODRÉ, N. A Grande Imprensa. In: SODRÉ, Nelson. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 251 - 389.

oficial e institucional. Os grandes jornais naquele momento atuavam como interlocutores de um discurso institucional, além de promoverem o enaltecimento do plano econômico da época, conhecido como “milagre econômico”²⁴, que posteriormente viria a ser alvo de fortes críticas.

Autores que se dedicam à esta temática, como Flávio Aguiar e Bernardo Kucinski, lembram que a imprensa alternativa surgida neste período de repressão institucional não foi um acontecimento inédito na história brasileira. Aguiar (2012) retrospectiva o surgimento da imprensa alternativa no Brasil ainda ao século 19, quando o país sob um regime colonial. Segundo o autor, “a própria imprensa brasileira começou com um alternativo, o Correio Braziliense, fundado por Hipólito José da Costa em 1808, em Londres, entre outras coisas para lutar pela independência do nosso então futuro país” (AGUIAR, 2012, p.107). Resgatar historicamente a presença de jornais alternativos é o que também faz o jornalista Bernardo Kucinski, apresentando os jornais desde o período da regência até os jornais anarquistas de operários entre os anos de 1880 a 1920. Considera, deste modo, três momentos de imprensa alternativa no Brasil sendo a última, a imprensa alternativa da década de 1970, como uma “sucessora da imprensa panfletária dos pasquins e da imprensa anarquista, na função social de criação de um espaço público reflexo, contra- hegemônico.” (KUCINSKI, 1991, p.10). Os autores, ao realizarem essas breves retomadas históricas sobre a existência de uma imprensa alternativa anterior aos anos de 1970, demonstram que este movimento, apesar de não ser um acontecimento inédito, não deixou de possuir suas próprias características e terem protagonismo em sua época.

Outro trabalho sobre a pesquisa referente à imprensa alternativa é o livro da historiadora Maria Paula Nascimento Araújo, *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Nesta produção a autora possui o cuidado de não correlacionar a chamada Imprensa Alternativa apenas a uma esquerda alternativa de forma geral, pois, mesmo a esquerda tradicional fez grande uso deste tipo de tipografia. (ARAÚJO, 2000). Por tanto, explica a autora que a imprensa alternativa era uma alternativa à imprensa oficial, à chamada “grande imprensa”, que na época não assumia uma postura claramente de oposição ao regime. Já a esquerda alternativa, como vimos, pretendia ser uma alternativa à esquerda tradicional, mais especificamente ao PCB.” (ARAÚJO, 2000, p.131).

²⁴ Para aprofundamento da temática consultar: KUSHNIR, Beatriz. Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988. São Paulo: Boitempo: FAPESP, 2004.

Mesmo com uma diversidade de grupos com perspectivas e demandas diferentes dentro desta imprensa havia aspectos e características que os uniam: como uma política ideológica contrária à ditadura e o desejo desses grupos por mudanças estruturais na sociedade, podendo delas participarem como protagonistas. Dentre suas marcas é apontado os questionamentos ao regime ditatorial e a busca pela restauração de um regime democrático. Se destacava também pelas constantes denúncias de violações aos direitos humanos e pelas violências promovidas pelo Estado, além de buscar se construir como um espaço de expressão e de possibilidade para protagonismo de diversas transformações sociais. Por essa razão, ela acaba por reunir os mais diversos tipos de boletins informativos como os jornais de esquerda mais voltados à política tradicional, as revistas de contracultura e também as publicações de movimentos sociais que surgiram em meados dos anos de 1970. (ARAÚJO, 2000)

Logo é possível compreender a existência de uma multiplicidade de conteúdos presentes na imprensa alternativa e o quanto ela foi um recurso de luta reivindicatória de diversas esferas políticas e sociais. Portanto, a imprensa alternativa não apresentava somente um discurso ideológico e apenas um modo de experienciar e vivenciar o contexto da época, mas, pelo contrário, trazia protagonismo à diversos grupos sociais. Não sendo uma imprensa de grupos homogêneos acabava por produzir diversos discursos. Kucinski aponta que essa nova forma de resistência, surgida após aniquilados os grupos de esquerda que fizeram resistência pela ação direta, possibilitou revelar novos personagens sociais e políticos. E que estes “protagonizaram em suas páginas os movimentos populares de reivindicações e de protesto e discutiam os temas clássicos das esquerdas, como o do caminho da revolução brasileira e as táticas e estratégias de oposição durante o longo processo de abertura”. (KUCINSKI, 1999, p.5)

Para compreender as intencionalidades e as formas de construção das manifestações desses periódicos alternativos, o jornalista classifica a imprensa alternativa em duas grandes classes: as de “jornais alternativos políticos” e as de “jornais alternativos de raízes existencialistas”. Quanto aos jornais alternativos políticos, o autor explica que estes estavam alinhados à uma “valorização do nacional e do popular dos anos de 1950 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos de 1960” (KUCINSKI, 1999, p.5). Afirma que para esses jornais havia uma constante preocupação com a economia do país, mesmo quando o “milagre econômico” brasileiro parecia benéfico. Percebe nos conteúdos produzidos por este setor a preocupação com as diferenças sociais, historicamente presentes na sociedade brasileira, e como a política autoritária do Estado

não as amenizou, mas ao contrário, as ampliou. Já nos “jornais alternativos de raízes existencialistas”, se apresentavam com um alinhamento mais próximos aos movimentos de contracultura dos Estados Unidos. Nesses boletins, as críticas estão mais focadas aos costumes cotidianos na sociedade da época e a busca por uma ruptura cultural dessa mesma sociedade que criticavam. A maior investida, como afirma Kucinski, se evidenciava “contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média.” (KUCINSKI, 199, p.6) O fato de não apresentarem como prioridade um discurso politicamente militante não os isentava de se apresentarem como uma oposição, e de assumirem uma postura crítica e oposição ao governo ditatorial.

Bernardo Kucinski, que também fez parte desta imprensa alternativa da década de 1970, apresenta uma pesquisa basilar sobre este campo. Seu trabalho consta com inúmeras informações acerca deste universo tipográfico, e são citados diversos jornais alternativos que existiram na década de 1970 e na década de 1980. Contudo, apontamos que em seu trabalho não há menções sobre a imprensa negra e, consequentemente, aos jornais negros. Já a pesquisadora Maria Paula Araújo (2000) apresenta em seu trabalho uma descoberta maior sobre a diversidade cultural e social que fez parte na construção desses jornais. A autora também estrutura os jornais por categorias e organiza a imprensa alternativa como “os jornais de imprensa feministas, imprensa negra, imprensa gay, publicações ligadas à causa indígena e jornais vinculados às organizações de esquerda” dividindo-os em “jornais de esquerda”, “revistas de contracultura” e “publicações de movimentos sociais”. (ARAÚJO, 2000, p. 113) Para a autora, as publicações produzidas pelos movimentos sociais, diferentemente das apresentadas pela esquerda tradicional, eram majoritariamente produzidas por militantes que estavam inseridos dentro do conceito de novos movimentos sociais. Sem estarem inseridos em organizações tradicionalmente políticas ou terem frentes partidárias como bússola ideológica para uma diretriz editorial “esses movimentos criavam seus próprios jornais, que funcionavam não apenas como porta-vozes de seus interesses e posições, mas que na maioria das vezes representavam o principal espaço de organização de seus militantes e de formulação de sua política e de sua visão de mundo.” (ARAÚJO, 2000, p. 29) Assim, a ocorrência da imprensa alternativa se demonstrou mais do que somente um recurso político de manifestação de uma esquerda partidária sufocada pelos aparatos repressivos; ela se tornou um dispositivo fundamental para que diversos grupos e minorias sociais pudessem buscar por suas demandas e pudesse expô-las à sociedade.

A imprensa alternativa se apresenta como de extrema relevância - não somente para organizações políticas partidárias - como também para aqueles que buscavam o reconhecimento de sua existência política e a conquista de seus direitos como cidadãos. Dessa forma, é notável que é a partir da segunda metade da década de 1970, “jornais ligados às diversas correntes do movimento negro” passaram a circular em certos espaços e foram de grande expressividade e espaço para o protesto negro. Estes jornais “representaram um renascer do movimento negro no Brasil (após a repressão indiscriminada dos primeiros anos de regime militar) e espelharam os principais debates e pontos de conflito dentro desse movimento”. (ARAÚJO, 2000, p.19)

1.2.1 Os jornais da imprensa negra e alternativa nos anos 70

Especificamente os anos de 1977 e 1978 podem ser considerados datas de renascimento da imprensa negra no Brasil. Nesses dois anos, diversos periódicos da imprensa negra surgiram e circularam deixando seus registros na historiografia. Os jornais encontrados para esta pesquisa foram: *Sinba* (Rio de Janeiro em 1977), *Jornegro* (São Paulo, 1978); *Árvore das Palavras* (São Paulo, 1978); a coluna *Afro-Latino-América* do jornal *Versus* (São Paulo, 1977); *Nêgo* (Bahia, 1980) e *Tição* (Porto Alegre, 1978). Estes jornais apesar de pertencerem a grupos negros ou pessoas ligadas à luta negra diferenciavam-se entre si no conteúdo apresentado. Demonstrando que o ressurgimento do Movimento Negro não estava constituído de uma única vertente ideológica e nem de uma única prática de mobilização. Apesar de já termos visto que antes mesmo da década de 1980 discursos de denúncia sobre preconceito de cor e com viés político já existiam em diversos jornais é reforçado o caráter político desses “novos” jornais da imprensa negra no contexto da ditadura que nas palavras de Muniz Sodré

[...] os pequenos jornais que começaram a aparecer um pouco por toda parte refletiam em geral as linhas ideológicas e emocionais do “Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MNU)”, que pretendia desmontar o mito da democracia racial brasileira e montar estratégias anti-racistas. Esvanecem-se os discursos reivindicativos e pedagógicos, as preocupações com ordenamento familiar e formação profissional, dando lugar a enunciados de denúncia do preconceito de cor, análises da consciência discriminatória, a informações históricas sobre colonialismo e escravidão, a esparsos juízos afirmativos de identidade negra que procuram resgatar os valores políticos das lutas anti-coloniais na África. (SODRÉ, 1998, p.1)

Explicitado o caráter desses jornais com um conteúdo mais militante e discursos antirracistas conheceremos brevemente alguns dos mais importantes jornais da imprensa negra neste período. Iniciando com o jornal *Sinba*, este periódico foi realizado por um

grupo de jovens estudantes negros que se apresentavam sem filiação política (ARAÚJO, 2000, p.171). Divergindo da influência estadunidense que era inspiração para muitas organizações negras no Brasil e da influência da União Soviética que inspirou muitos jovens dos movimentos marxistas a Sociedade de Intercâmbio Brasil- África (SINBA) buscou como referência cultural e de mobilização política as lutas anticoloniais do continente africano. O cientista político estadunidense Michael George Hanchard aponta essa divergência ao analisar duas instituições cariocas que surgiram ao final dos anos 70.

No Rio de Janeiro, as duas organizações mais destacadas que surgiram na década de 1970 foram a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA) e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN). Eles foram fundados em 1976 e 1975, respectivamente. Embora as duas organizações tenham emergido dos mesmos debates grupais da Universidade Cândido Mendes, em Ipanema, sua existência refletiu o aparecimento de divergências e cisões, dentro do movimento, com respeito às afinidades táticas e ideológicas [...] a SINBA era considerado o grupo mais africanista, enquanto o IPCN era retratado (um tanto depreciativamente, em alguns círculos do movimento) como mais americanista [...] (Hanchard in. Figueirêdo, 2016, p. 84)

Primeiramente, em 1976, como uma organização e no ano seguinte lançando a primeira edição do seu jornal homônimo, o jornal *Sinba*, surgiu com a intencionalidade de discutir o movimento negro e se inspirou nos processos de libertação de coloniais dos países africanos. Buscavam em autores revolucionários oriundos da África como Agostinho Neto, Samora Machel e Amílcar Cabral, em pensadores anticoloniais como Frantz Fanon, direções para pensar um percurso possível a fim de acabar com o racismo e as consequências estruturais que esta opressão operava - e ainda opera - no Brasil. O jornal *Sinba* para tanto buscava “organizar-se a partir de uma África não ancestral e de uma conjuntura vitimada por guerras, pela opressão colonialista e lutas e sonhos de libertação”. (SILVA, 2009, p.204). É possível notar esta diretriz desde o primeiro número do jornal que tinha entre seus textos, um breve artigo com o título “*O que é a África?*”. Nesta publicação os autores procuravam desmistificar a África ancestral, como eles apontam muitas vezes presente na mentalidade brasileira, deslocando a importância do continente também para a contemporaneidade.

Falar de África como terra de nossos escravos, mãe do nosso folclore, e outros lugares comuns, é tentar manter uma imagem completamente superada no tempo. E no entanto, é a única que ocorre aos mais bem informados brasileiros.

[...]

...Se cultural, étnica e historicamente temos tantas afinidades, se geograficamente somos tão próximos, climaticamente tão parecidos; se no

campo econômico muito podemos realizar, porque ainda estamos tão mal informados e preconceituosos com relação a África? Porque quase tudo desconhecemos sobre sua História recente, sobre povos, das suas conquistas, enfim de sua atualidade? (*Sinba*, Ano I, nº1, RJ, 1977, p.5)

Assim como visto nos outros jornais de imprensa negra e também como uma característica própria da imprensa alternativa do período ditatorial, o jornal teve uma distribuição irregular com a primeira edição em julho de 1977, voltando a circular dois anos depois em 1979, com seu último número de publicação registrado no ano de 1980. Era composto por oito páginas, impressas em preto e branco. E trazia debates e problematizações que conectavam os acontecimentos que estavam ocorrendo na África ao Brasil.²⁵ Se preocupavam e deixavam explícita essa preocupação com o debate que o movimento negro estava fazendo com a população brasileira e, principalmente, a população negra. Em um artigo chegam a divisar os interesses de algumas organizações dividindo-os como “negro de casa grande” e “negro do eito”²⁶. Outra demonstração da preocupação de que o debate sobre o racismo fosse acessível e não relegado a uma parcela de intelectuais é a coluna “Definições de termos”. Neste espaço alguns termos como “discriminação racial”, “burocracia” e “elitismo” foram definidas em uma linguagem acessível e em poucas palavras para os leitores.

Também, em 1977, o jornal *Versus*²⁷ passa a publicar a coluna “*Afro-Latino-América*”. O jornal que inicialmente possuía uma inspiração cultural-existencial foi fundado em 1975, em São Paulo, por Marcos Faerman. (Kucinski, 1999, p.69) Inicialmente mais culturalista foi ampliando suas referências e olhares para a América Latina, o que acabou atraindo ativistas que participavam do movimento político clandestino Liga Operária que viria a se tornar posteriormente no Convergência Socialista (Kucinski (1999); Rios). Como apresenta a Fundação Perseu Abramo “A seção Afro-Latino-América foi editada por uma geração de jornalistas, estudantes e ativistas antirracistas que àquela época resistiu à ditadura militar empunhando a bandeira do

²⁵ Este assunto é mais profundamente explorado em: SILVA, Joselina da. *Jornal SINBA: a África na construção identitária brasileira dos anos 1970*, in. PEREIRA, Amaury M; Silva, Joselina da (orgs.). *O Movimento Negro Brasileiro - escritos sobre os sentidos de ...* p. 184-205.

²⁶ SINBA, Rio de Janeiro, ano I, n.1, Jul. 1977.p. 3

²⁷ Para conhecer mais sobre a revista *Versus* ver: KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003, 441p. Flávia Rios se dedica a analisar na revista *Versus* a coluna Afro-Latino-América. Em sua análise aprofunda-se as questões raciais e socialistas que a coluna apresenta. Para conhecimento ver: RIOS, Flávia Mateus. *Elite Negra no Brasil: A influência dos EUA na política antirracista do Brasil*. Tese (Doutorado). Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014; RIOS, Flávia Mateus. *Red and black*. In **Lutas Sociais**. São Paulo. V. 19.2015.

combate ao racismo para desmistificar a ideologia oficial do mito da democracia racial no Brasil (p.1)”. Inicialmente a *Versus* não possuía um espaço reservado para a temática negra, porém, a partir de 1977 esta coluna começou a ser publicada durando até o fim da circulação da revista em 1979. Com uma vertente socialista²⁸ teve como primeiro tema para o artigo a mulher negra, “*Em defesa da dignidade das mulheres negras na sociedade racista*”, da jornalista Neusa Maria Pereira. As referências intelectuais que aparecem nessas colunas incluíam figuras internacionais e nacionais como Jean Paul Sartre, Florestan Fernandes e Clóvis Moura.

Árvore das palavras se apresentava como um jornal que buscava uma linguagem mais simples para falar sobre racismo. Foi organizado por jovens militantes negros que segundo Flávio Jorge Rodrigues da Silva, em seu depoimento ao CPDOC, era mimeografado de forma clandestina dentro da universidade e distribuído de forma informal.

...o Astrogildo pedia para a gente xerocar no Centro Acadêmico da faculdade de economia, para o grupo da Liga Operária, e que era distribuído em bailes aqui em São Paulo. Na época, a gente xerocava quinhentos exemplares, e tudo em pedaços. A gente ia no final de semana ou à noite - isso não era público -, xerocava, eu dava para o Astrogildo e ele passava para o pessoal.” (in. CPDOC, p. 164)

Lembrado também por Jamu Minka, o nome dado ao jornal “alude à tradição africana de se reunir sob as árvores de baobá para ouvir a palavra dos mais velhos.”. Pela circulação informal não existe uma data marco para o fim do jornal, sendo apontado entre o final de 1978 e o começo de 1979. Rafael Pinto lembra que ao lançamento do MNU, os organizadores do “*Árvore*” se dedicaram à militância organizada da nova organização. (Relato Rafael Pinto - fundadores do MNU)

Já o *Jornegro* se mostrava como um representante de um grupo mais organizado. Inicialmente era publicado pela Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo (Feabesp), uma entidade criada por diversas organizações negras de São Paulo. Com a ida da maioria de jornalistas e militantes negros para a coluna *Afro-Latino-América*, os membros que compuseram a construção do *Jornegro* eram, em sua maioria, universitários. A distribuição era feita por assinatura - inclusive com incentivo dessa ação dentro das páginas do jornal -, e vendas em locais que havia grande circulação de pessoas negras, além de, por meio de outras organizações circular nos demais estados do país. Seu primeiro editorial assim se apresentava para os novos leitores:

Editorial

Este é um jornal da comunidade, é nosso portanto. Suas páginas estão abertas a todos os leitores para críticas, sugestões, participação em debates propostos, enfim, para qualquer tipo de colaboração.

[...]

Este jornal nasceu da necessidade de termos um órgão que divulgue nossos assuntos e onde possamos debater nossos problemas a partir do nosso ponto de vista e do interesse da comunidade afro-brasileira. Não mais podemos ficar à mercê da indústria da cultura, que nos transformou em objeto, folclorizou nossa cultura, fazendo-a um simples produto de consumo.” (JORNEGRO, março, 1978, p.2)

A partir do segundo ano de circulação, especificamente na edição de número 6 do ano de 1979, seu edital expõe as dificuldades enfrentadas para a circulação e a realização do jornal. A partir deste número é notável que a apresentação do jornal se tornou mais simples e conseqüentemente mais barata.

AO LEITOR

A partir deste número você passará a receber o seu JORNEGRO com grande modificação na roupagem. Isto, porém, não afetará o seu conteúdo, que como sempre, enfocará assuntos de interesse da comunidade. Nesse sentido, as mudanças serão em busca de tornar o JORNEGRO cada vez mais próximo de você, dos interesses e problemas da comunidade.

Tais mudanças na fisionomia, contudo, foram absolutamente necessárias para a sobrevivência do jornal, inclusive com maior regularidade em sua publicação. Sabemos todos, e já dissemos muitas vezes através destas páginas, das dificuldades que sofre um jornal com as características do Jornegro. (JORNEGRO, nº6, ano II, 1979, p.1)

Depois de um tempo descrito como “um longo e tenebroso inverno”, o jornal voltou a circular e com a edição ano III, nº9 publicado em 1980, ele passa a ser publicado pelo Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan), após a extinção da Feabesp. A circulação do *Jornegro* está registrada até o ano de 1981, totalizando, com os momentos de interrupção, 3 anos de duração.

Em 1981, circula um boletim informativo do MNU baiano com uma média de 8 páginas. O *Nêgo* publicou com este nome até 1987 quando passou a ser responsabilidade do MNU nacional. Enquanto teve o nome de *Nêgo* publicou 11 números, com um caráter de periódico regional e distribuição de 3 mil exemplares²⁹. O jornal também apresentava

²⁹ Ver mais informações sobre o jornal *Nêgo* em: SALOMÃO, René Santos. Que imprensa é essa? Os jornais negros de Salvador na década de 1980. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Comunicação, UFBA, Bahia, 2013.

dificuldades financeiras e para circulação, o que ocasionou uma periodicidade irregular. Nas suas primeiras edições, como afirma Souza

Do número 1 ao número 5 predominam as discussões de questões mais ligadas às culturas de origem africana e ao desejo explícito de conscientização da comunidade negra no tocante ao mito da democracia racial brasileira e à importância de se resgatarem os fatos históricos que possam contribuir para o desenho de uma história do negro que se constitua em motivo de orgulho de sua participação na construção do país. (Em Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU, Florentina Souza, p. 205 in SANTOS, 2013, p.40)

Com temáticas diversas que também se encontravam presentes em outros jornais negros, *Nêgo* acabou por fazer um movimento contrário ao que parecia o destino dos jornais da imprensa negra. Sua desarticulação e fim não se deu após o renascimento do MNU, mas pelo contrário o MNU nacional ampliou seu poder de circulação ao tê-lo como boletim informativo representante a partir de 1987. O fim da sua circulação se deu apenas em 1990.

1.2.2 O fim da imprensa alternativa

Contudo, apesar de grande relevância estas produções tipográficas possuíam certa efemeridade de circulação. Devido a variados problemas, que percorriam desde a debilidade financeira até as divergências políticas e discordância de opinião, terminavam por ocorrer rupturas entre aqueles que se dedicavam às publicações. A adversidade financeira era um dos pontos mais delicados para a manutenção dos jornais e revistas alternativos. A pouca - ou quase nenhuma - renda publicitária, a dificuldade de circulação do material, os gastos para a produção, além de o retorno monetário das vendas resultar em valores que não cobriam a própria produção faziam com que esta imprensa não conseguisse manter uma lucratividade necessária para um exercício mais longilíneo. Mesmo os jornais que alcançaram grande projeção, como os jornais *O'Pasquim* ou o *Movimento*, este mesmo padrão se manteve.

Além de tudo, esta não era a única contrariedade que dificultava uma estabilidade mais longilínea das publicações. Posicionamentos e divergências políticas acabavam por provocar cisões entre os grupos. Por ser um espaço plural que tanto jornalistas, intelectuais e militantes utilizavam como um ambiente de manifestação e comunicação nem sempre os discursos eram um uníssono. O mesmo acontecia nas publicações de movimentos sociais que congregavam pessoas de trajetórias heterogêneas e com diversas expectativas e perspectivas diferentes.

Apesar das dificuldades apresentadas, as censuras e repressões é possível afirmar que a imprensa alternativa resistia positivamente e era um elemento de resistência presente até o início dos anos 80, quando teve início o seu fim. Kucinski se dedica a esse fato ao salientar que

Como se tivesse ocorrido um cataclisma, quase todos os jornais alternativos que circulavam entre 1977 e 1979 deixaram de existir a partir de 1980-1981. Desde os grandes alternativos nacionais surgidos ainda em 1975, até os basistas, da última geração, voltados aos movimentos populares e à reportagem, desapareceram, independentemente da natureza de sua articulação, da qualidade do projeto, do acerto ou do insucesso de suas propostas editoriais e soluções operacionais.

Os sobreviventes, O PASQUIM, Resistência e EM TEMPO, haviam se divorciado do padrão alternativo. (KUCINSKI, 1991, p. 94)

É importante salientar novamente que o trabalho de Bernardo Kucinski, apesar de essencial, não abrange de forma aprofundada os movimentos sociais e a sua imprensa. Por isso, ao afirmar que a partir de 1980 -1981 os jornais alternativos deixaram de existir não corresponde com a realidade vasta e diversa da época³⁰. Porém, nota-se que os jornais alternativos iniciaram seu processo de desaparecimento a partir de 1980 e já ao final da ditadura civil militar, em 1985, não havendo mais registros de jornais ou revistas pertencentes da imprensa alternativa. Alguns pelo seu fim definitivo, outros por mudanças de editoração, alterando o foco das publicações.

As justificativas para tal fenômeno não pode ser respondida de uma única forma. Os problemas que explicariam o fim da imprensa alternativa, segundo Kucinski, seriam múltiplos e de diferentes naturezas. É citado tanto seus problemas internos quanto os fatores externos combinados à pressão do Estado, os atentados com bombas em bancas de jornais, a abertura de novos espaços de atuação política e jornalística. Também é apontado a adaptação sofrida pela grande imprensa e o impacto esta mudança teve no meio alternativo. Reivindicações que antes existiam apenas como temática da imprensa alternativa - com o processo de reabertura política e cada vez menos censura institucional - passaram a ser pautas também dos grandes jornais. Fato este que retirou campo e protagonismo da tipografia alternativa que atuava fora do modo empresarial e não conseguia fazer concorrência frente a estes grandes jornais bem mais profissionalizados.

³⁰ O trabalho de Maria Paula N. Araújo, *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*, são utilizados exemplares do jornal *Mulherio* datados nos meses de julho e agosto de 1983, porém, ao analisar apenas os da chamada jornais de esquerda política a afirmação de Kucinski se torna mais verossímil.

O ponto central, apontado por diversos autores, é que a redemocratização brasileira marcou o término da imprensa alternativa.

1.3 Contexto da Ditadura civil-militar: os anos 70

No ano de 1970, era possível ouvir pelas ruas pessoas entoando a marchinha “Pra Frente Brasil”³¹, a população se empolgava assistindo à seleção brasileira de futebol se tornar campeã da Copa do Mundo, trazendo do México a taça do tricampeonato. O momento de euforia não era alcançado apenas pelo futebol, também no plano econômico o Brasil aparentava um excelente desempenho. O projeto modernizador avançava, e esta expansão econômica, chamada de “milagre econômico” (1967-1973), alcançava altas taxas de crescimento encaminhando o país para um “Estado industrial moderno”. Entretanto, também são marcas do final da década de 1960 e dos primeiros anos de 1970 os chamados “anos de chumbo”. O período de 1969-1973, que abrangeu os governos dos ditadores Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974), leva esta nomenclatura por ser o momento em que ocorreram as mais violentas repressões políticas e sociais se comparado com outros períodos da ditadura brasileira.

Por duas décadas o Brasil teve como governantes, eleitos de forma indireta, ou seja, sem participação do voto popular, ditadores das Forças Armadas que ocupavam as altas patentes de generais do Exército. Acrescenta-se que, ao longo desses vinte e um anos em que vigorou a ditadura no Brasil (1964-1985), sua orientação ideológica foi composta pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Neste trabalho serão explorados alguns

³¹ A marchinha “Pra Frente, Brasil” foi composta com letra do jornalista Miguel Gustavo e musicada por Raul de Souza. Vencedora de um concurso, a canção buscava reforçar a euforia e a união do povo brasileiro. Alcançou o *status* de ser utilizada como o hino que embalava a campanha futebolística da seleção brasileira, e foi utilizada também em benefício do governo que naqueles anos atingia seu ápice repressivo com o ditador Emílio Médici. Assim dizia a música:

Noventa milhões em ação/Pra frente Brasil, /Do meu coração... /Todos juntos vamos, /Pra frente Brasil, /Salve a Seleção! /De repente /É aquela corrente pra frente, /Parece que todo o Brasil deu a mão... /Todos ligados na mesma emoção... (Pra Frente Brasil, Miguel Gustavo, 1970).

Sua letra e ritmo, marcaram profundamente o imaginário brasileiro durante a ditadura no Brasil. Recentemente, em maio de 2020, a ex-secretária da cultura, Regina Duarte, relembrou, e cantou, a canção com saudosismo à ditadura e menosprezo a todas as violações e mortes ocorridas no período, proferindo a infame frase: “*Não era bom quando a gente cantava isso?*”. Sobre o uso da canção enquanto um dispositivo para identidade brasileira ver: MORAES, Nayara; PANIAGO, Maria. Música, Discurso, Dispositivo, Identidade nacional e Ditadura militar no Brasil: “Pra Frente Brasil”. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: Cultura, sociedade e poder. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. IV Congresso Internacional de História: - Anais Eletrônicos. Jataí: Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí, 2014. Link (206). Disponível em : <http://www.congressohistoriajatai.org/2014/anais2014.html> ; para comprovação sobre o momento de exaltação à ditadura feita pela ex-secretária da Cultura a matéria jornalística está disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/relembre-a-historia-de-pra-frente-brasil-desenterrada-por-regina-duarte/>

aspectos que compuseram a Doutrina, porém não pretende-se realizar um amplo debate sobre o tema³².

Ocorrem ainda hoje discussões entre os pesquisadores - que se dedicam a investigar o golpe de 1964 e suas consequências - sobre as variadas nomenclaturas que deveriam ser designadas para esse período. Novamente é salientando que não existe a intencionalidade de adentrar nesse campo de debate historiográfico³³ e compreende-se que sua base ideológica está calcada na DSN, como afirmado no parágrafo anterior. Contudo, também é inegável que o golpe contra insurgente contou com atores de setores civis elitizados, em toda a sua duração, e principalmente em seus primeiros anos. Por isso, neste trabalho será adotado a designação “ditadura civil-militar”, mas sem deixar de problematizar quais os interesses e a que classes de civis está sendo referida.

É sabido que certa porcentagem da população civil era favorável à intervenção que interromperia o projeto político reformista, em 1963, proposto pelo presidente João Goulart. Demonstrações de apoio populares como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”³⁴ realizada em 19 de março de 1964, e que posteriormente efetivada a ação do golpe continuaram indo às ruas, como a “Marcha da Vitória”, são fatos que não podem ser ignorados³⁵. No entanto, apesar deste apoio civil “mais popular”, que em certa medida

³² Para um conhecimento mais aprofundado sobre o tema consultar: ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). 5ªed. Petrópolis: Vozes, 1989; BORGES, Nilson de. "A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares", in J. Ferreira e L. de A. N. Delgado (orgs.), O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX In O Brasil Republicano. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, vol. 4.; COMBLIN, Joseph. A Ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. ; PADRÓS, Enrique. Como el Uruguay no Hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. 2005. 2 v. 875 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

³³ Para conhecer sobre os debates historiográficos propostos e construídos ao longo dos anos, ver: JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 -251, jan./mar. 2018.; NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**. V. 8, n. 15 esp., nov. 2015, p. 9-44.

³⁴ Segundo verbete do CPDOC: esta marcha fez parte de um movimento que se consistiu em uma série de manifestações em reposta ao comício, do então, presidente João Goulart. Eram organizados por setores eclesiásticos e por entidades femininas. O estopim para o surgimento desse movimento foi a apresentação do programa de reformas de base de Jango. Se constituía por diversos setores da classe média e por aqueles que temiam “perigo comunista”. Nessas manifestações se posicionavam favoráveis à deposição do presidente da República. Disponível em:

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus

³⁵ O artigo de Carlos Fico intitulado “*Prezada Censura*”: cartas ao regime militar apresenta ao longo do texto cartas de cidadãos comuns que se dirigiam à Divisão de Censura e Diversões Públicas. É possível notar durante a análise do historiador que diversas pessoas eram favoráveis a aplicação de censura em diversos âmbitos culturais como, por exemplo, programas de televisão. Ver em: FICO, Carlos. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-286, Dec. 2002 . Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2237-101X003005011>>

auxiliou a dar estabilidade e legitimidade aos primeiros dias após a deposição de João Goulart, a articulação política que efetivamente executou o movimento de contra insurgência era composta pelas Forças Armadas conjuntamente com grupos civis elitizados que detinham poder sobre a política brasileira (DREYFUS, 1981). Entre os participantes articuladores, René Dreyfus (1981) aponta para os grupos que atuaram ativamente para a construção do regime, e que podem ser vistos como coprotagonistas do golpe. Entre eles é apontado: a Escola Superior de Guerra (ESG) que incorporou dentro do Brasil a ideologia e as práticas que dominavam as ideias políticas estadunidense construídas dentro do contexto geopolítico da Guerra Fria; ainda são incluídos os Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais juntamente com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática conhecidos como o complexo político-militar IPES/IBAD, além de contar com uma classe *intelligentsia* empresarial.

A cientista política Maria Helena Moreira Alves (1984) ao se dedicar à análise da ditadura brasileira conclui designá-la como uma Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND). Diferenciando-a assim da forma como se organizarão outras SN, que ocorrerão em países latino-americanos durante os anos seguintes. Esta diferenciação acrescentando o conceito de “desenvolvimento” ocorreu devido à especificidade brasileira de possuir uma forte “ligação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa. (ALVES, 1984, p.33). Portanto, o plano político golpista mais do que promover a “pacificação social” e empreender o combate ao comunismo, assumiu “a função de partido da burguesia, manobrando a sociedade civil, através da censura, da repressão e do terrorismo estatal, para promover os interesses da elite dominante, assegurando-lhe condições de supremacia em face do social.” (BORGES, 2003, p.21). Ao tratar como se deram as Seguranças Nacionais entre os diversos regimes latino-americanos, o historiador Enrique Padrós aponta as semelhanças entre eles, e se denota que o Estado brasileiro ditatorial encontra alinhamento com outras ditaduras em diversos aspectos. Dessa forma, expõe Padrós (2007) que

Os regimes de SN (pese as singularidades de cada Estado nacional) forma o instrumento de reenquadramento dessas sociedades fortemente mobilizadas. Apesar da exposição do protagonismo militar e de certa autonomização conjuntural do mesmo, tais regimes representaram os interesses da fração burguesa que, hegemônica em termos internos, estava vinculada ao capital internacional como associada subordinada. Em termos econômicos, as ditaduras consolidaram, como características gerais, a internacionalização da economia, a aplicação das receitas do FMI e do Banco Mundial, o crescimento do endividamento externo, a concentração de renda e a exploração das “vantagens comparativas” (sobretudo a baixa remuneração da força de trabalho). (PADRÓS, 2007, p.44)

É de grande importância compreendermos o caráter econômico modernizador que concomitantemente se desenvolvia com um governo ditatorial, socialmente excludente e que agia repressivamente sob as bases do Terrorismo de Estado³⁶. Rodrigo Patto Sá Motta (2014), ao dedicar os estudos para as universidades públicas e os impactos da ditadura civil militar sobre esta esfera, utiliza o conceito de “modernização conservadora autoritária”. Concordamos com o autor quando ele aponta que

...o propósito modernizador se concentrava na perspectiva econômica e administrativa, com vistas ao crescimento, à aceleração da industrialização e à melhoria da máquina estatal. Já o projeto autoritário-conservador se pautava em manter os segmentos subalternos excluídos, especialmente como atores políticos, bem como em combater as ideias e os agentes da esquerda - por vezes qualquer tipo de vanguarda - nos campos da política e da cultura, defendendo valores tradicionais como pátria, família e religião, incluindo a moral cristã. (MOTTA, 2014, p.15)

O desenvolvimento econômico também está presente na análise de Renato Ortiz, no artigo “*Revisitando o tempo dos militares*”. O pesquisador, corroborando com as perspectivas já apresentadas, elucida a orientação econômica da época enquanto modernizadora e atribui, como consequência das práticas adotadas, a consolidação do capitalismo tardio no Brasil. Para Ortiz:

A ditadura militar foi modernizadora. Isso a distingue dos regimes autoritários no Cone Sul. Há desenvolvimento acelerado da economia durante o “milagre econômico”, intensa industrialização e urbanização da sociedade brasileira, reorganização do Estado, a emergência de uma tecnocracia que dinamiza e regula as forças produtivas, enfim, um conjunto de medidas que aprofundam a consolidação do que se denominava capitalismo tardio. (ORTIZ, 2014, p.68)

A partir das leituras expostas concluímos que os interesses econômicos do golpe se alinhavam aos interesses da classe oligárquica, dos grandes empresários e dos tecnocratas. Ou seja, a política da ditadura civil-militar independentemente do investimento que promoveu em algumas áreas, e apesar de ser intitulada pelas Forças Armadas enquanto uma “revolução”, não ambicionava provocar mudanças estruturais na sociedade brasileira. Reforçava, na verdade, as desigualdades sociais pré-existentes e através das bases da DSN e do TDE assegurava-se, através da vigilância e da repressão, - além dos crimes de desaparecimento e assassinato - de que não haveria ameaças que pudessem subverter esta lógica.

Outro dado importante que compõe o cenário ditatorial brasileiro foi o aumento da desigualdade social. A expansão da economia, por consequência, acarretou um crescimento urbano nas grandes cidades. Pela primeira vez a população rural se tornava

³⁶ O sistema de repressão será tratado no capítulo 3.

inferior a população urbana, e as grandes cidades apresentaram um crescimento vertiginoso (LUNA; KLEIN, 2014). As políticas de incentivos às indústrias aliado às práticas repressivas contra os trabalhadores, como a proibição de sindicatos, produziu um aumento industrial em território brasileiro. No entanto, este crescimento e desenvolvimento que aparentemente conduzia o “Brasil para frente” não atingiu a todos os brasileiros. Para algumas classes da sociedade o cotidiano presente se apresentava com a política de arrocho salarial e os percalços da exclusão social. Segundo Luna e Klein (2014), o desenvolvimento econômico escancarou as problemáticas e as desigualdades sociais brasileiras

... pois as pessoas com nível educacional mais elevado e os brancos tiveram inicialmente mais oportunidade de ascensão social que os negros e as pessoas com mais baixo nível educacional. Essa intensificação da desigualdade também se refletia nas disparidades regionais. Enquanto em algumas regiões ocorriam avanços significativos nos níveis de riqueza, saúde e educação, o mesmo não ocorria no Norte e no Nordeste, o que ampliava as diferenças sociais e regionais já existentes. (LUNA; KLEIN, 2014, p.39)

Também nas questões trabalhistas os autores explanam as condições e as dificuldades enfrentadas. A repressão do Estado, frente a qualquer movimento que se contrapusesse a situação brasileira, é uma das causas apontadas para que essas políticas desfavoráveis atingissem aos trabalhadores sem a possibilidade destes promoverem qualquer movimento de organização contestatória ou medida de amortecimento³⁷. Conforme Luna e Klein (2014, p.57)

Também ocorreram diversas mudanças na área trabalhista. A mais importante foi a nova legislação salarial, com impacto direto sobre os reajustes de salário e a própria distribuição de renda. Até então, os salários eram reajustados anualmente, para compensar a inflação do período. A nova legislação corrigia-os segundo uma fórmula que considerava não só a inflação passada, mas também sua previsão para os doze meses seguintes. Como a inflação futura era sistematicamente subestimada, a nova legislação provocou perda salarial sistemática, com perversos efeitos distributivos. A redução deliberada dos salários reais, o chamado “arrocho salarial”, restringiu tanto a demanda agregada quanto os custos da mão de obra para a iniciativa privada. A legislação, introduzida num regime extremamente repressivo (que abrangia o controle das atividades sindicais), provocou perda significativa nos salários reais e foi uma das principais causas do sucesso do programa de estabilização. O salário mínimo anual médio real, por exemplo, reduziu-se de um índice 100 em 1964 para 82 em 1977...

³⁷ Entre os anos de 1966 a 1968 houveram tentativas de mobilização do movimento sindical e do movimento estudantil. As greves de Contagem (MG) e Osasco (SP) são marcadas como as últimas manifestações realizadas pelo movimento sindical. Também 1968 é marcado pela Passeata dos Cem Mil, ocorrida no centro do Rio de Janeiro. Protestos já aconteciam desde a morte do secundarista Edson Luís de Lima Souto, assassinado em março daquele ano, em uma manifestação dentro de um restaurante universitário. O protesto ocorria em decorrência do aumento no valor das refeições. A Passeata dos Cem Mil, organizada pelo movimento estudantil, ocorrida em 26 de junho, contou com diversos setores da sociedade, como intelectuais e artistas. Ao final daquele ano, em 13 de dezembro, seria decretado o AI-5, aumentando a repressão e exterminando as possibilidades de qualquer manifestação política contra o regime.

Portanto, a década de 1970 inicia marcando a alta econômica brasileira como também o momento mais repressivo contra os cidadãos. O desenvolvimento econômico provocou a consolidação da classe média e promoveu uma nova elite industrial; bem como é marcado por esses anos a expansão da sociedade de consumo e o fortalecimento da concentração de renda de uma pequena porcentagem de pessoas, consolidando, desta forma, o capitalismo moderno (ALVES, 1987; LUNA; KLEIN, 2014; SILVA, 2007). O projeto econômico estava focado no desenvolvimento das grandes indústrias como “a indústria petroquímica, da química fina, dos eletrônicos, além de uma espantosa rede de obras públicas de infra-estrutura - rodovias, pontes, melhorias dos portos e aeroportos, além da indústria bélica. (SILVA, 2003, p.259). O governo do ditador Geisel, iniciado em 1974, marca também grandes investimentos como a “construção das hidrelétricas como Itaipu e Tucuruí, redes de transmissão de energia, o Proálcool, o Acordo Nuclear com a Alemanha, além da consolidação da indústria bélica no país...” (SILVA, 2003, p.259).

Logo, o desenvolvimento nacional promovido pela ditadura civil-militar claramente não possuía caráter socialmente progressivo para as classes mais pobres e assalariadas ou se pretendia democrático, apesar dos esforços propagandísticos das Forças Armadas para apresentar o contrário. O golpe civil-militar, além das bases que compõem a DSN, teve como sua agenda política garantir a expansão econômica dentro do sistema capitalista e conservar as estruturas de classe historicamente marcadas pela desigualdade social no Brasil. Marcos Napolitano aponta este reforço da exclusão social aprofundada a partir do golpe de 1964 e afirma que

O golpismo de direita, liberal ou autoritária, nunca aceitou o voto popular, o nacionalismo econômico, a agenda distributiva, a presença dos movimentos sociais de trabalhadores. A tudo isso, chamava de populismo e subversão. Enfim, o golpismo da direita nunca aceitou a presença de massas seja como eleitoras ou como ativistas de movimentos sociais, na Quarta República brasileira, a “República de 46”. O golpe de 1964 não foi apenas contra um governo, mas foi contra um regime, contra uma elite em formação, contra um projeto de sociedade, ainda que este fosse politicamente vago. (NAPOLITANO, 2014, “O carnaval das direitas: o golpe civil-militar”)

O controle repressivo e os contextos internos e externos despertavam cada vez mais, nos setores civis, desaprovações frente ao Estado ditatorial brasileiro. O “milagre econômico” que era valorizado pelo governo militar, sendo utilizado como tema de propagandas políticas e que obtinha destaque na grande imprensa acabou por se mostrar um “gigante com pés de barro”. As primeiras demonstrações de fragilidade econômica iniciaram com a crise do petróleo, em 1973, e suas consequências seriam sentidas

principalmente pela população com baixo poder de aquisição ao longo dos anos, avançando até o período em que já havia sido retomado o governo democrático. A política econômica já apresentada, que se dedicava à expansão de crédito e ao consumo de bens duráveis, além de não ser autossuficiente e possuir dependência frente aos produtos de importação foram fatores que levaram o Brasil a maior dívida externa da sua história. (ALVES, 1987; LUNA; KLEIN, 2014)

Em 1974, o general-ditador Ernesto Geisel assume o governo substituindo o general-ditador Emílio Médici. Após anos de forte repressão ancorados pelo Ato Institucional Nº5 (AI-5), o governo de Geisel diante do quadro crescente de desaprovação e deslegitimação do regime promove uma “política de distensão”. Uma liberalização que se pretendia cuidadosa. No entanto, diversas mudanças políticas e sociais tencionaram esse processo que se pretendia lento e sem influência popular. Os ressurgimentos de movimentos sociais e de base, a vitória política do partido de oposição moderada MDB contra o partido aliado da ditadura ARENA, em 1974, são algumas das situações que demonstravam que a cultura do medo e do silêncio começava a perder no campo político para a vontade dos cidadãos de serem ouvidos e de reivindicarem um novo Estado que pudesse ser democrático.

1.3.1 O esgotamento político e os novos movimentos sociais: a nova forma de fazer política

Como citado anteriormente, o final da década de 60 e o início dos anos 70 foram marcados no Brasil como um período de forte repressão. O Estado utilizou suas estruturas repressivas atingindo o seu auge com o AI-5, e uma das consequências mais profundas desse período foi que “quase todas as organizações de luta armada criadas entre 1966 a 1969 desapareceram durante os primeiros anos da década de 70, desbaratadas pelos órgãos de repressão política do governo militar ou dissolvidas por seus próprios militantes, que não encontravam mais caminho de ação política possível através delas.” (ARAÚJO, 2000, p.98). Além da luta armada, em 1968, greves sindicais e manifestações organizadas pelo movimento estudantil, mas que era composta por uma diversidade de civis, demonstraram que para alguns setores da sociedade o governo ditatorial não era legitimado. O Estado respondeu com mais repressão decretando o AI-5. A partir de então, estava declarado que a violação dos direitos humanos era institucionalizada no Brasil com o argumento de “segurança nacional”. Dessa forma, a

luta armada foi completamente desmantelada pelos órgãos de vigilância e dizimada pelos órgãos de repressão. E as manifestações civis novamente silenciadas.

Da dramática derrota da luta armada surgiram, ainda na década de 70, análises e diagnósticos que procuravam compreender os fatos recentes. A dedicação a essa temática se deu tanto no campo acadêmico como também em forma de testemunho dos militantes sobreviventes. A busca pelas causas da derrota e do extermínio físico e político - que teve como sequelas para a história brasileira mortes e desaparecimentos de militantes até hoje não esclarecidos³⁸ - foram permeadas por críticas às organizações clandestinas e os seus métodos; assim como os militantes que fizeram parte deste processo produziram sua autocritica sobre suas organizações e suas práticas³⁹. Contudo, ainda que se analise criticamente os desacertos da luta armada neste período, um fato inegável para que ocorresse o fim desta utopia armada foram as ações de TDE promovida pelos órgãos de repressão.

Os indícios de que os rumos da ditadura que já durava 10 anos, em 1974, começariam a mudar foram percebidos quando

O General Ernesto Geisel, líder da facção em 1973 (sic), alterou o slogan governamental “desenvolvimento com segurança”, dando mais ênfase a uma política de institucionalização. (...) Este modelo de lenta liberalização deveria “distender” a sociedade mediante renovado empenho de abertura controlada, com negociações entre o Estado e grupos-chave da elite oposicionista. (MOREIRA, 1987, p.178) [alteração da autora]

Ainda que não fosse o encerramento do regime, o Estado mostrava-se cada vez mais enfraquecido perante a aceitação da sociedade. Essa fase de distensão política é vista por Moreira (1984) como o início da terceira etapa da institucionalização do Estado. Para Araújo (2002), a partir da posse de Geisel e do processo de distensão política acontece um marco dentro da história da ditadura civil-militar. O contexto externo, como a crise

³⁸ ALMEIDA, Criméia de Schmidt; LISBÔA, Suzana Keniger; TELES, Janaina de Almeida e TELES, Maria Amélia de Almeida (Orgs.). Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). Comissão de Familiares e Desaparecidos Políticos, IEVE – Instituto de Estudos sobre a Violência de Estado; São Paulo: IEVE/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2009. 772p. 2º edição.

³⁹ Sobre alguns trabalhos realizados: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Estruturas e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável? In: 1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura Militar e Resistência no Brasil, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004; GORENDER, J. Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada, 2. ed., São Paulo, Ática, 1987. 286p; REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro*: os comunistas no Brasil. São Paulo, Brasília: Brasiliense, CNPq, 1990; GORENDER, J. Era o golpe de 64 inevitável? In: TOLEDO, C. N. de. (Org.) 1964: *visões críticas do golpe*: democracia e reformas no populismo. São Paulo: Unicamp, 1997; ROLLEMBERG, Denise. “Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; TAPAJÓS, Renato. Em câmara lenta. 2.ed. São Paulo: Alfa:Ômega, 1977.

do petróleo, escancarou as fragilidades políticas do governo, o aumento da dívida externa e as políticas de arrocho salarial que atingiam aos trabalhadores e trabalhadoras que viam aumento apenas nas taxas de inflação criava descontentamento, além de no campo social começarem a surgir as primeiras denúncias sobre os crimes de violação dos direitos humanos. Com o processo de recessão econômica mais cidadãos, principalmente dos setores médios, começaram a se ver atingidos pelo governo militar. As tensões sociais, políticas e econômicas aumentavam dia a dia, e, como consequência, percebe-se o aumento da pressão popular por reformas políticas.

É entre os anos de 1974 a 1979 que se percebe também o fortalecimento político do partido de oposição MDB. As eleições de 1974 iniciaram mudanças no cenário político e MDB, o único partido permitido de oposição, alcançou uma expressiva vitória política contra a ARENA, partido do regime, aumentando sua representação dentro do Congresso Nacional. A vitória sobre o partido da ARENA, e consequentemente a resposta de insatisfação popular para o governo ditatorial, demonstrava que os primeiros passos para o fim da ditadura civil-militar começavam a se construir. Portanto, após o extermínio de organizações clandestinas armadas e o fracasso de suas estratégias, ocorreram atos de autocriticas dentro dos grupos de esquerda que reavaliou seus rumos, suas ideologias e suas práticas tentando, dessa forma, se renovar politicamente e para continuar fazendo resistência política. Dentro desse processo de reavaliação e reorganização surgem movimentos de base que projetam novos sujeitos políticos que irão compor o que viria a ser conhecido como “Novos Movimentos Sociais”.

A partir da segunda metade do século XX, a historiografia assinala um movimento de diversos processos ditatoriais ocorrendo em países latino-americanos. Essa onda repressiva se configurou, em geral, por silenciamento e/ou tentativas de extermínio de organizações políticas de caráter revolucionários ou progressistas. Contudo, de forma dialética, também é apontado que ao final da década de 1970 e o começo da década de 1980, novas coletividades sociais se apresentam no cenário político. Traziam em seus discursos a luta por governos democráticos e denunciavam as violências e as violações de direitos humanos dos Estados repressores. No Brasil, esses movimentos sociais se apresentaram no cenário político de “distensão” e tencionaram a construção de um projeto democrático que fosse amplo e participativo. Portanto, ousavam em buscar um modelo democrático que até então nunca havia sido experienciado na história brasileira, que é marcada por um caráter oligárquica de poder e excludente socialmente. É apontado por Maria Gohn (2004), que América Latina, de modo geral, possui um “histórico de uma

sociedade civil e Estado marcado por períodos de regras autoritários”, o que, para a autora, explica a relação peculiar latino-americana com os processos democráticos, pois o que empreendem as sociedades latino-americanas não são a retomada de seus direitos civis, políticos e sociais, “mas de uma regulamentação da civilidade e da cidadania” (GOHN, 2004, p. 224).

O inédito desses movimentos são suas bases de alicerce que já não sustentavam suas ideologias pela macroestrutura e pelas estruturas externas que anteriormente eram as diretrizes da grande maioria dos grupos de esquerda. Nesta nova configuração que se apresenta, os grupos têm como característica a descentralização e coletividade, buscando uma alternativa à própria esquerda tradicional. A diretriz de ideologia é substituída pela busca identitária. Essas organizações introduzem práticas que possibilitam abrir novos espaços públicos para se fazer política, e procuram enfrentamentos que possam acontecer pelas vias da legalidade. Abandonando métodos de resistência, como a clandestinidade, rompem com a esquerda armada dos primeiros anos do golpe de 1964 e seguem novas ações que eram marcadas pela rejeição à violência direta e a valorização da alteridade entre os indivíduos. (ALVES, 1987; ARAÚJO, 2000; GOHN, 2004; SADER, 1998)

Estes movimentos políticos também chamados como “movimento de minorias políticas” ou “movimentos da diferença” (ARAÚJO, 2000, p.97), atualizam as análises promovidas pelos cientistas sociais. Pois trazem a singularidade de rompimento com a relação tradicional da política e, principalmente, com a cultura política ortodoxa do marxismo. Por isso, se alicerçam nas diferenças subjetivas, nas diversas formas de expressão e nas demandas específicas de cada grupo social. Substituem, por conseguinte, conceitos de totalidade e de universalidade da forma como eram concebidas na corrente marxista. E, como denota Araújo “em meados da década de 70, a totalidade e a universalidade foram substituídas pela valorização do específico e da fragmentação”. (ARAÚJO, 2000, p 109.)

Emir Sader (1988) ao tratar desses movimentos surgidos a partir dos anos 70, os intitula de “sujeito coletivo”, pois devido a sua autonomia, estes sujeitos tomam “nas mãos as decisões que afetam suas condições de existência” (SADER, 1988, p.311), e constroem suas próprias práticas passando a politizar espaços, anteriormente concebidos apenas como cotidianos ou apolíticos. Esses ambientes são usados para a construção de suas identidades próprias, tornando políticas as relações pessoais, construindo signos e linguagens específicas. Os protestos passam a contemplar estas especificidades ímpares, possibilitando que a reflexão sobre a democracia e o aprofundamento do debate não se dê

apenas no campo político, mas o estendendo por todas as esferas que compõe as suas sociabilidades. Portanto, a partir dessas práticas e desse modo de se organizar politicamente, as minorias sociais se incluem em espaços políticos, lugar que são historicamente excluídos, e procurando expandir a perspectiva democrática e reformular a cultura política nacional buscando direitos sociais, coletivos e cidadania coletiva (GOHN, 2004).

Essa nova perspectiva política não foi um acontecimento isolado da América Latina ou do Brasil. O ano de 1968, chamado por Zuenir Ventura como “o ano que nunca acabou”⁴⁰, teve grande influência nos acontecimentos posteriores de forma mundial. Nesse marcante ano diversos movimentos de protestos e grupos mobilizados politicamente surgem ao redor do mundo. Na França, as “Revoltas de Maio de 1968; nos Estados Unidos, após anos de luta pelos direitos civis da população negra Martin Luther King Jr. é assassinado; a antiga Tchecoslováquia (hoje República Tcheca) e a “Primavera de Praga”.; no Brasil, ocorre a passeata dos Cem Mil. Percebe-se que foi um ano extremamente marcante para a história dos movimentos sociais e Marcelo Ridenti observa que “o movimento de maio inaugurava novo estilo de ação e manifestação, fora de partidos ou sindicatos, recusando qualquer tipo de tutela política, embora estivessem muito ativos no movimento pequenos grupos de esquerda...” (RIDENTI, p.144/145)

Outra observação de feita pelo autor é interessante para pensarmos esse movimento explosivo de acontecimentos mundiais em 1968. Trazendo a expressão “aldeia global”, do sociólogo Marshall McLuhan, procura por esta perspectiva compreender a ligação global entre que ocorria entre os acontecimentos. Segundo Ridenti

A rápida difusão das notícias pela aldeia global pode ser considerada um dos aspectos para compreender a generalização internacional de eventos como os protestos estudantis de Paris ou a Guerra do Vietnã. A influência da televisão na França, no Brasil e em outros países, seria maior nos anos 70, mas já era considerável no fim da década de 1960. Nos EUA, ela já era enorme em 1968. (RIDENTI, 2000, p.156)

Nota-se na fala de militantes que viriam a compor o movimento negro contemporâneo - que terá suas ideias aprofundadas nas páginas seguintes - o quanto esta circulação de notícias e de pensamentos realmente ocorria e fizeram parte de suas construções políticas. Oliveira Silveira cita como fato marcante em 1968 a morte do pastor Martin Luther King Jr. e a poesia que dedicou a ele. O escritor gaúcho assim relata em entrevista:

⁴⁰ VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. 2a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

“...quando Luther King é assassinado em 1968, eu público um poema sobre ele. Eu acho que o poema foi feito logo no dia seguinte da morte dele. Ele foi publicado logo depois, dois, três dias depois da morte dele, no jornal aqui em Porto Alegre.

(...)

Eu não lembro do poema, mas o título é *Requiém para Luther King*. Começa assim: “Martin Luther King Júnior. Mártir Luther King Júnior...” Então é um poema que foi muito saudado. E isso é ano de 1968, mesmo ano em que eu público Poemas Regionais, e que já existe um poema a respeito de negro ...” (SILVEIRA, Oliveira. Entrevista concedida a Amílcar Pereira em Porto Alegre, RS, para o Projeto História do Movimento Negro no Brasil)

Portanto, os acontecimentos mundiais e internos, já apresentado anteriormente, são de grande importância e impulsionamento para esses novos movimentos sociais que surgiriam no Brasil. O projeto de “distensão” política anunciado não ambicionava o fim imediato do regime ditatorial e nem que a partir desta abertura ocorresse um processo revolucionário. Pelo contrário, o que se desejava era “o desenvolvimento de novos mecanismos que permitissem a formação de estruturas duradouras de representação como base de sustentação do poder do Estado de Segurança Nacional.” (ALVES, 1987, p. 178) Contudo, a sociedade demonstrava o desejo de um processo político de abertura diferente do planejado pelo governo militar. Este processo possibilitou a entrada de perspectivas de classes anteriormente excluídas e profundamente prejudicadas pelas políticas da aplicadas na ditadura civil-militar.

Gohn (2004) novamente é utilizada para pensarmos a cultura política autoritária que se construiu na América Latina, e relembra o forte histórico de possuímos em nossos governos “elites políticas como representantes dos interesses econômicos e estas [se encontram] subordinadas ao grande capital internacional. (p.224). Portanto, os momentos verdadeiramente democráticos são escassos na história latino-americana, se considerarmos a política democrática enquanto um espaço de “reunião de todos aqueles que constituem a sociedade numa forma de organização política aberta ao seu aperfeiçoamento dá aos cidadãos um novo sentido da comunidade, não excluindo ninguém, por princípio, dos assuntos públicos.” (ROSENFELD, p.31/32). Logo, as experiências democráticas não fazem parte de nossa cultura política apresentando grande fragilidade enquanto um processo político. Mas mesmo não tendo a experiência concreta e prática de uma democracia participativa, percebe-se a formação de movimentos sendo construídos por trabalhadores, setores da classe popular e por minorias sociais que

desejavam se tornar sujeitos ativos do processo de abertura democrática. E, além de possuírem participação, tencionavam para que se construísse um discurso democrático que alcançasse suas subjetividades, identidades e demandas, historicamente excluídas, na nova agenda política brasileira.

Nesse momento se destacam as organizações de base como associações de moradores, os clubes de mães da periferia em São Paulo, as CEBs e as pastorais ligadas à Igreja Católica e a Teoria de Libertação. Os movimentos considerados de minorias sociais são principalmente o Movimento Negro, o Movimento de Mulheres e os movimentos ligados a causa LGBTs. O movimento estudantil e o novo movimento sindical que desde 1968 sofriam com as medidas repressivas, ganharam forças e com ideias renovadas e a mudança no quadro político demonstram sua força na rua novamente. Importante apontar que tanto no ambiente urbano, como no ambiente rural, este novo movimento sindical teve grande impacto para a luta do operariado. A frente das grandes greves promovidas ao final dos anos de 1970, como as greves do ABC na cidade de São Paulo, esse novo movimento sindical se destacaria pela autonomia política e afastamento da política “paternalista” com os patrões como era acusada anteriormente. No meio rural cita-se o Movimento dos Sem Terra que retoma a luta pela terra e pela reforma agrária, discussões reprimidas pelo golpe civil militar de 1964. (ALVES, 1987; ARAUJO, 2000; SADER 1988).

Outra marcante característica que será apontada sobre esses novos movimentos era a grande desconfiança e o distanciamento que procuravam ter das instituições políticas e dos sistemas políticos tradicionais. Valorizavam sua autonomia própria, possuindo novas lógicas de organização política. Abdica-se da designação da figura de um líder que deveria cumprir o papel de guiar ideologicamente a organização e comandar a construção do projeto político, assim como seus métodos e seus discursos.

Entretanto, apesar da relevância e do protagonismo que esses novos movimentos sociais terão, eles não aniquilaram as formas tradicionais de política. Sader (1988) observa que, na verdade, essa nova perspectiva política acrescentou e enriqueceu o cenário político, mas não eliminou as outras formas de políticas formais já existentes. Sader alega que “os movimentos sociais não substituem os partidos nem podem cancelar as formas de representação política. Mas estes já não cobrem todo o espaço da política e perdem sua substância na medida em que não dão conta dessa nova realidade” (SADER, p. 313).

Logo, não era uma exclusão da política tradicional. Era uma nova forma de fazer resistência à ditadura civil-militar possibilitando múltiplas falas. Assim, o momento se torna marcado pela união da esquerda com os movimentos de base. E o objetivo dessa frente ampla que era construída com discursos diversos era “configurar uma luta política que aumentasse as margens da legalidade no país” (ARAÚJO, 2004, p.245) e pudesse finalmente pôr fim ao governo ditatorial e seus processos de repressão e exclusão política a que a população estava submetida a tantos anos.

Após observamos o contexto em que estava inserido o ressurgimento do Movimento Negro e do nascimento da Tição avançamos para observar ambos. Na tentativa de compreender quais as demandas e os discursos raciais que negros e negras se dedicaram a promover no Brasil, quais os objetivos da criação do MNU em 1978. Assim como observar quais os debates construídos pela Tição serão os questionamentos norteadores que pretendemos investigar no segundo capítulo.

2. Tição e o Movimento Negro: o ressurgimento do Movimento Negro contemporâneo e a análise da revista/jornal

Este capítulo se inicia apresentando as especificidades que compõem o movimento negro contemporâneo, que ressurgiu politicamente se configurando como um dos tantos movimentos de resistência depois de declarado o processo de “distensão política”. Adota-se a nomenclatura de “movimento negro contemporâneo” para assim fazer a diferenciação entre os movimentos negros que se organizaram antes da década de 1970. Este movimento diferencia-se também por estar presente dentro de um contexto de Segurança Nacional sob um governo ditatorial e ainda de intensa repressão. O movimento negro contemporâneo ao expor as demandas essenciais que o Estado não atendia, na verdade, fortalecendo uma lógica de manutenção de antigas estruturas excludentes, se insere nos chamados “novos movimentos sociais”. Logo, além de ser um recurso de luta negra no contexto de ditadura está incluído dentro dos grupos de resistência ao Estado no contexto de ditadura.

Compreende-se por movimento negro as considerações apresentadas por Amílcar Pereira, que percebe esta organização racial em suas múltiplas esferas de mobilização, dizendo considerar

... o movimento negro organizado como um movimento social que tem como particularidade a atuação em relação à questão racial. Sua formação é complexa e engloba o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais etc.; o que faz da diversidade e pluralidade características desse movimento social.” (PEREIRA, p. 81)

Portanto, apesar do enfoque se dar neste primeiro momento sobre o Movimento Negro Unificado (MNU), surgido em 1978, salienta-se que diversas organizações políticas e culturais já existiam e resistiam.

Posteriormente, conheceremos de forma mais aprofundada a revista/ jornal Tição. Este material se apresenta como um dispositivo reivindicatório do movimento negro do Rio Grande do Sul, especificamente da cidade de Porto Alegre. Através da análise deste material procuremos conhecer e compreender algumas especificidades e demandas que circulavam entre os militantes negros. Procurando “ouvir” os relatos de alguns participantes da Tição e expondo algumas matérias que compuseram este material de comunicação, busca-se investigar o protesto negro no Rio Grande do Sul, compreendendo-o também dentro de um contexto nacional e internacional mais amplo.

2.1 Movimento Negro no Brasil e a busca pela democracia política

As páginas anteriores se dedicaram a apresentar o contexto político e social em que estava inserido a revitalização do movimento negro. Este movimento ressurgiu com novas demandas e se diferenciava em características dos outros movimentos negros que haviam surgido em épocas anteriores. Assim, como apresentado sobre os novos movimentos sociais, o movimento negro contemporâneo se caracterizou pela busca de uma identidade racial positiva, pelo resgate da história negra brasileira, além de se inserir na ampla frente pela luta democrática contra o regime ditatorial.

Entre as diferenças apresentadas percebe-se o fim de um discurso assimilacionista, que tinha como proposta um processo de integração passiva da população negra na sociedade brasileira, a inserção do protesto negro em uma luta de caráter nacional e a racialização em seu discurso político. Eram apontadas como principais pautas: a luta contra o mito da democracia racial e a construção de uma identidade positiva da negritude. A questão educacional voltada para a revisão sobre a história do negro no Brasil já era uma pauta que apresenta continuidade com os movimentos negros anteriores, ressurgindo também nos anos 70.

Antes de adentrarmos nas especificidades apresentadas pelo Movimento Negro, resgato o debate que expõe a pluralidade de manifestações que compõem esse movimento (PEREIRA, 2010; GONZALES, 1982). A nomenclatura “movimento negro” possui inúmeras complexidades, pois o Movimento Negro não se apresenta como um bloco homogêneo (assim como outros movimentos sociais também não são). Como afirma Lélia Gonzalez, fala-se em movimento negro para que se possa pontuar e assinalar a sua especificidade basilar, que é a luta negra e o sujeito negro, contudo “nesse movimento, cuja especificidade é o significante negro, existem divergências mais ou menos fundas, quanto ao modo de articulação dessa especificidade.” (1982, p. 19). Portanto, ao falar do acontecimento e das ações do Movimento Negro Unificado (MNU) se estará tratando de uma entidade de caráter nacional que procurou abranger as pautas que circulavam dentro das diversas organizações negras regionais que surgiam em todo o Brasil – como, por exemplo, da incorporação da luta pelo 20 de novembro, que foi proposto pioneiramente em 1971, pelo Grupo Palmares de Porto Alegre - mas, não se estarão sendo traduzidas todas as práticas e todos os métodos dos grupos negros que (re)surgiram neste período. Essa pluralidade dentro “dos movimentos negros” demonstra a autonomia presente no movimento (como era característico da época), e também denota, de forma

positiva, que ocorriam circulações de ideias e redes de comunicação entre os militantes negros por todo o Brasil. Uma rede que se perceberá pelos jornais da imprensa negra da época que demonstram entre as matérias essas vinculações. Portanto, neste trabalho é utilizado a nomenclatura movimento negro para se referir as diversas manifestações sociais, políticas e culturais realizadas por negros e negras no Brasil.

Como retomada, manifestava-se novamente a preocupação com a inserção da população negra na educação e a proposta de uma revisão historiográfica sobre o negro. A escolha pela exaltação do líder negro Zumbi e pelo Quilombo dos Palmares como símbolos de uma experiência republicana democrática e pelo exemplo de protagonismo negro na construção da nação brasileira expõe que a preocupação com a luta democrática também estava inserida. Como afirma Nilma Lino Gomes, a reivindicação pela área educacional e que ela atingisse a população negra aparece dentro do movimento negro desde meados do século XX:

Ao estudarmos as formas de organização dos negros após a Abolição da Escravatura e depois da Proclamação da República, a literatura nos mostra que, desde meados do século XX, a educação já era considerada espaço prioritário de ação e de reivindicação. Quanto mais a população negra liberta passava a figurar na história com o status político de cidadão (por mais abstrato que tal situação se configurasse no contexto da desigualdade racial construída pós abolição), mais os negros se organizavam e reivindicavam escolas que incluíssem sua história e sua cultura. (2011, p.136)

O que se apresenta como “novo” protesto negro primeiramente será enfocado através da luta pela destruição do mito da democracia racial. Como afirma Hélio Santos, podemos compreender a contradição da dita democracia racial ao observarmos que no Brasil o posicionamento foi de ser “o último país cristão a abolir a escravidão e o primeiro a se proclamar uma democracia racial” (SANTOS in. ANDREWS, 1991, p. 27). Essa ideologia, anteriormente ainda sem levar o conceito político de democracia, é remontada para o século XIX com a formação da Primeira República e os novos arranjos sociais pós-abolição. A ideia de um país enquanto “paraíso étnico” advém das descrições de viajantes estrangeiros e de brasileiros que descreviam “a suavidade da escravidão brasileira e o grande alcance das oportunidades de prosperidade e mobilidade social para negros e mestiços livres.” (ANDREWS, 1991, p. 15). Contudo, foi a partir dos anos 30 que com a dedicação de pesquisadores que objetivavam trilhar caminhos de desenvolvimento para o Brasil - mas que não abandonaram seus preconceitos oriundos do racismo estrutural brasileiro – que este conceito, alcançando o status de um dos mitos na construção de uma identidade nacional, recebeu seu entendimento mais completo e coerente. Gilberto Freyre

é apontado como o maior pensador desta concepção ao pensar o mulato – aquele que é miscigenado, fruto das violências sexuais contra as escravizadas pretas ou resultado de um processo de branqueamento brasileiro – apresentava-se enquanto o projeto brasileiro “mais tangível” e a “conclusiva expressão da democracia racial”. (ANDREWS, 1991)

Portanto, o discurso apresentado pelo conceito de democracia racial é divulgado como se no Brasil prevalecesse as igualdades raciais, possuindo os grupos racializados, como pretos e mulatos, as mesmas condições e possibilidades dos grupos compostos por brancos para ascender economicamente ou para a promoção de sua mobilidade social. Este discurso torna-se, dessa forma, uma das narrativas de construção de nacionalidade brasileira mais desmobilizadoras para a luta negra. Pois, com este entendimento se reforça uma ideia despossuída de qualquer análise histórica sobre o processo de escravização de negros e negras em território brasileiro, e procura apagar o abandono da Primeira República a estes “cidadãos” no pós- Abolição, que trazem consequências econômicas e sociais até hoje. Afinal, se o negro “não chegou lá” foi porque não empreendeu esforços suficientes para tal, afinal no Brasil não existem barreiras que impeçam sua ascensão econômica e/ou social. Ademais, é acusado de desmobilizador contra possibilidades de reivindicações raciais, pois, ao se aceitar este cenário apresentado pela democracia racial as questões trazidas pelo Movimento Negro tornam-se um “problema do negro”, retirando de toda a sociedade brasileira o compromisso de combater essa desigualdade. Andrews (1991), explica também o perigo de aceitar tal discurso e com isso termos situações que poderiam ser consideradas como “racismo às avessas”:

A democracia racial obstrui ainda mais tais mobilizações mediante a promoção de um consenso nacional de que, uma vez que o Brasil é de fato uma sociedade racialmente igualitária, não existe base legítima para protesto ou reclamação. De fato, tais protestos são vistos como uma ameaça direta à altamente valorizada harmonia racial do Brasil, e são denunciados como “racismo às avessas”. (Andrews, p.22)

A concepção crítica atual que se tem sobre a democracia racial foi construída somente a partir da segunda metade do século XX. Guimarães expõe, ao falar sobre a Frente Negra Brasileira (FNB), como ainda nos anos 30 a ideia de que prevalecia condições igualitárias entre brancos e negros era latente:

Em sua “Mensagem aos Negros Americanos”, Manoel Passos (1942), presidente da União Nacional dos Homens de Cor, prefere, por exemplo, salientar o abandono a que está relegada a população negra, sua falta de instrução e seus costumes arcaicos, como responsáveis pela situação de “degenerescência” dos negros. Até mesmo o “preconceito de cor”, de que se ressentem os negros, é parcialmente atribuído à fraqueza moral das populações negras (GUIMARÃES, p.15)

A partir de TEN, em 1945, é que se iniciará, ainda que de forma muito vagarosa, um processo de questionamento desta concepção racial brasileira. Contudo, “a reversão será lenta” e por isso, o protesto presente no TEN será baseado em uma integração dos negros no espaço brasileiro.

Os questionamentos sobre como se dava as relações raciais no Brasil ganharam destaque, principalmente, partir dos estudos dedicados às questões raciais no Brasil, patrocinadas pela Unesco, na década de 1950. Segundo Andrews (1997), esse foi um dos fatores precursores para a contestação de igualdade racial brasileira.

... uma série de projetos de pesquisa sobre as relações raciais brasileiras, realizada por eruditos brasileiros, norte-americanos e franceses durante o início dos anos 50, sob os auspícios da recém-criada Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (Unesco). Em resposta aos recentes horrores do nazismo e do holocausto, a Unesco adotara, como parte de sua missão institucional, o combate ao racismo em todo o mundo. A democracia racial brasileira parecia oferecer uma alternativa particularmente promissora a tal racismo; num esforço de compreender como o igualitarismo racial havia ocorrido no Brasil e como funcionava na prática, a Divisão de Ciências Sociais da Unesco comissionou equipes de pesquisa nas duas principais cidades do Sudeste industrializado – Rio de Janeiro e São Paulo – e em várias pequenas cidades de Minas Gerais, e nos estados nordestinos da Bahia e de Pernambuco. Como freqüentemente acontece com uma pesquisa, os resultados não foram os esperados. Todas as equipes constataram elevados níveis de desigualdade entre as populações branca e não-branca, além de fortes evidências de atitudes e estereótipos racistas. (ANDREWS, 1997, p.100/101)

Contudo, pesquisas que se dedicavam à população negra e as relações étnico-raciais não se datam desse período. Diversos trabalhos sobre estas temáticas já circulavam, inclusive no meio acadêmico, porém dificilmente circulavam fora de grupos específicos de pesquisadores ou de grupos mais intelectualizados. Citamos alguns nomes como Guerreiro Ramos e Abdias Nascimento, intelectuais negros, assim como posteriormente o sociólogo Florestan Fernandes - que fez parte do projeto Unesco – o empenho em colocar em xeque a concepção de igualdade racial brasileira que aparecia tão concretamente no imaginário, mas tão intocável materialmente na prática do cotidiano.

As circunstâncias do golpe de 1964, que como Lélia Gonzalez aponta “implicaria na desarticulação das elites intelectuais negras, de um lado, e no processo de integração das entidades de massa numa perspectiva capitalista, de outro.” (GONZALEZ, 1982, p. 10), silenciou as organizações políticas negras e o debate racial que, mesmo que de forma muito pontual, acontecia no país. O intelectual Abdias do Nascimento, por exemplo, recorreu ao autoexílio em 1968 devido à repressão e acabou desenvolvendo sua militância

e denúncia racial no exterior⁴¹. Pesquisadores que se dedicavam à temática racial como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, entre outros, sofreram com aposentadorias compulsórias das universidades federais.

Contudo, as mudanças ocorridas no contexto político-social a partir de 1974 fortaleceriam essas lutas que se encontravam silenciadas. Organizações negras se rearticularam em todo o país. Em Porto Alegre, além do Grupo Palmares, em 1974 surge o Grupo Afro- Sul, que utilizava a cultura como projeto de construção identitária.⁴² Essa pluralidade de organizações, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, acabariam por criar um grande ato, em 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Nascia naquele dia o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). Em seu primeiro ato, assinavam diversas organizações negras. Fato que demonstra que o movimento negro já acontecia de forma autônoma antes de 1978. Segundo o relato de Lélia Gonzalez (1982) compunham o movimento nessa primeira fase: Câmara de Comércio Afro Brasileira, Centro de Arte e Cultura Negra, Associação Recreativa Jovem Brasil, Afrolatino América, Associação Casa de Arte e Cultura Afro- Brasileira, Associação Cristã Beneficente do Brasil, Jornegro, Jornal Abertura, Jornal Capoeira, Company Soul, Zimbabwe Soul. Contudo, “nas reuniões seguintes a primeira se retirou e a segunda começou a se atemorizar com a repressão.” (GONZALEZ, 1982, p.45). O caráter nacional e democrático apresentado pela nova organização é valorizado por Sergio Costa que observa:

Além do caráter popular, ausente no projeto do Teatro Experimental do Negro, o MNU se distingue do TEN por sua crítica ao discurso nacional hegemônico. Isto é, enquanto o TEN defendia a plena integração simbólica dos negros na identidade nacional “híbrida”, o MNU condena qualquer tipo de assimilação, fazendo do combate à ideologia da democracia racial uma das suas principais bandeiras de luta, visto que aos olhos do movimento, a igualdade formal assegurada pela lei entre negros e brancos e a difusão do mito de que a sociedade brasileira não é racista teria servido para sustentar ideologicamente, a opressão racial. Assim, os conceitos “consciência” e “conscientização” passam a ocupar, desde a fundação do MNU, lugar decisivo na sua formulação das estratégias do movimento (COSTA, 2006, p.144 in PERREIRA, p.98/99)

Como observado por Sergio Costa, o mito da democracia racial já não se sustentava. As condições socioeconômicas da população negra foi circunstância explorada por diversos pesquisadores e intelectuais que se preocupavam com a temática.

⁴¹ Para conhecer mais profundamente sobre o assunto, ver: CUSTODIO, Tulio Augusto Samuel. **Construindo o (auto) exílio**: trajetória de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos, 1968-1981. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

⁴² Hoje conhecido como Afro Sul/ Odomodê, localiza-se na Avenida Ipiranga, nº 3850, em Porto Alegre.

Foi visto o crescimento econômico ocorrer de fato, mas não para toda a população e nem para todas as classes. Com o “milagre” reforçando o processo de exclusão racial, este acontecimento foi fonte de crítica e de análises conjunturais. Empreende-se com esses estudos demonstrar que a democracia não se fazia ausente apenas nas questões políticas e sociais, mas historicamente sua ausência se encontrava nas questões raciais. A exclusão social e econômica neste período é apontada por Lélia Gonzalez:

E o que foi que caracterizou esse tal “milagre”? De acordo com analistas econômicos e políticos, sua caracterização se constituiu naquilo que eles chamaram de “Tríplice Aliança”, ou seja, no “casamento entre estado militar, as multinacionais e o grande empresariado nacional”. E foi graças a essas “núpcias” que se deu o processo de crescimento desse “barato” que a gente tanto discute nos dias de hoje, mas que está saindo muito caro para o trabalhador brasileiro: a dívida externa. Desnecessário dizer que as massas, pra variar, ficaram completamente excluídas da partilha do bolo do “milagre”. Muito ao contrário, os “benefícios que receberam tiveram como resultado o seu empobrecimento, determinado pela política do arrocho salarial. E quando a gente fala em massas, a gente está se referindo também, ou principalmente, ao grande contingente de negro que delas faz parte e que, desde as décadas de cinquenta e sessenta, vinha num processo de crescimento populacional. (GONZALEZ, 1982, p.12)

Assim como fará o sociólogo Clóvis Moura que explicita o quanto o racismo estrutural, e a inexistência de políticas raciais reparatórias para a população negra pós-abolição, se tornou um empecilho para a ascensão social da população negra no Brasil:

Em determinada fase da nossa história econômica houve uma coincidência entre a divisão social do trabalho e a divisão racial do trabalho. Mas, através de mecanismos repressivos ou simplesmente reguladores dessas relações ficou estabelecido que, em certos ramos, os brancos predominassem, e, em outros, os negros e os seus descendentes diretos predominassem. Tudo aquilo que representava trabalho qualificado, intelectual, nobre, era exercido pela minoria branca, ao passo que todo sub-trabalho, o trabalho não qualificado, braçal, sujo e mal remunerado era praticado pelos escravos, inicialmente, pelos negros livres após a Abolição.

Esta divisão do trabalho, reflexo de uma estrutura social rigidamente estratificada, ainda persiste em nossos dias de forma significativa. Assim como a sociedade brasileira não se democratizou nas suas relações sociais fundamentais, também não se democratizou nas suas relações raciais. Por esta razão, aquela herança negativa que vem da forma como a sociedade escravista teve início e se desenvolveu, ainda tem presença no bojo da estrutura altamente competitiva do capitalismo dependente que se formou em seguida. Por esta razão, a mobilidade social para o negro descendente do antigo escravo é muito pequena no espaço social. Ele foi praticamente imobilizado por mecanismos seletivos que a estratégia das classes dominantes estabeleceu. Para que isto funcionasse eficazmente foi criado um amplo painel ideológico para explicar e/ou justificar essa imobilização estrategicamente montada. Passado quase um século da Abolição a situação não mudou significativamente na estrutura ocupacional para a população negra e não-branca (MOURA, 1988, p.45)

Frente a essas constatações, não restou dúvidas - principalmente aos negros que ingressaram no ensino superior - de que a dita democracia racial se tornava um empecilho para suas mobilidades sociais, assim como para os demais cidadãos negros, além de

mascarar o racismo brasileiro. Convenceram-se também que a forma de combatê-la era através da denúncia e luta pela destruição desse mito que apenas servia para a manutenção do *status quo* da classe dominante. Segundo Andrews (1997)

No Brasil, o crescimento econômico do período pós-guerra havia de fato ampliado as oportunidades para a mobilidade ascensional, mas essas oportunidades eram distribuídas desproporcionalmente em prol dos brancos. Tal fato ocorreu a despeito de aumentos substanciais no número de não-brancos preparados para competir por essas vagas. O mesmo boom no ensino superior que havia ampliado o número dos cursos universitários também aumentou o número de graduados afro-brasileiros, tanto no segundo grau quanto no ensino superior. Em 1950, somente 48 mil afro-brasileiros (de uma população total de negros e pardos de 16,5 milhões) graduaram-se em escolas de ensino superior e apenas quatro mil no segundo grau. Em 1987, esses números tinham crescido para 2,7 milhões e 485 mil, respectivamente, de uma população total de não-brancos de 59,3 milhões. Era um nível de realização educacional consideravelmente menor que o da população branca; ainda assim, produzia um número absoluto significativo de competidores não-brancos para cargos de colarinho branco, como funcionários de escritório, executivos, profissionais liberais e técnicos. Como mostraram os estudos estatísticos e as evidências empíricas, contudo, quando negros e mulatos procuravam obter tais cargos, enfrentavam grandes obstáculos relativos a preconceito e discriminação. (p.103)

A consciência econômica aliada a uma consciência racial foi um dos pontos inovadores deste movimento negro contemporâneo. Assim como se tornou uma perspectiva primordial do MNU. Joel Rufino, ao falar desta movimentação de contestação surgida entre os jovens militantes negros, principalmente entre os que se inseriam em espaços universitários, chama-os de “filho do milagre econômico” (RUFINO, 1985, p.290). De forma um tanto irônica, ao utilizar esse adjetivo Rufino aponta que as condições econômicas que o “milagre econômico” prometeu a população ao se mostrar, na verdade, excludente, provocou a indignação de alguns grupos, desmascarando a realidade brasileira. Não é esquecido também a importância e influência dos movimentos estadunidenses pelos direitos civis da população negra e os processos de libertação colonial de países africanos. Rufino (1985) aponta também essa questão:

A vitalidade recente dos movimentos negros se deveria, também à influência das independências africanas. Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Samora Machel, e, menos - por razões óbvias- Nkrumah, Patrice Lumumba, Ben Bella, Mandela, Keniata, Nierore - se tornaram, nos anos setenta, fortes referências do negro brasileiro. As anti-apartheid e pela libertação da Namíbia teriam desempenhado, igualmente, seu papel. (RUFINO, p.290)

As condições internacionais e as mudanças internas eram extremamente favoráveis à ebulição e à reorganização deste movimento negro que ressurgiu. Conscientes de que não viviam uma democracia, inclusive racial, foi empreendida, além

de denúncias, a construção de uma identidade negra positiva que se baseava no fortalecimento da negritude.

Segundo Kabengele Munanga, a negritude não estava ligada a uma questão biológica, e também não se estruturava unicamente pela tomada de consciência da cor da pele percebendo-a diferente do outro, o branco. A negritude se constitui de forma mais profunda, com a ligação histórica e a quebra do processo de colonizador que abrange os grupos étnicos denominados pelo olhar branco e ocidental como negros. Logo, é a reafirmação de uma cultura que não é ocidental e nem branca, é a busca e a construção de uma visão positiva sobre sua própria história, é a busca por se entender não como um corpo estranho ou indesejado, mas como um sujeito diásporo que possui um passado e está ligado por ancestrais ao continente africano. Utilizando como exemplo prático o material escolhido para análise desta dissertação, percebe-se através da *Tição* esse objetivo em prática. Roberto dos Santos, ao analisar a revista *Tição*, em seu trabalho, conclui que a revista se constitui enquanto um dispositivo para a produção de uma pedagogia da negritude. Pensando em estratégias formadoras que constituem esse processo de construção de ser negro estão o “o resgate de uma História Negra afro-brasileira, a denúncia sobre a discriminação racial e a produção dos lugares e das coisas da comunidade negra.” (SANTOS, 2007, p. 106). Portanto, conclui o autor que a revista parece “ter contribuído para a construção de diferentes identidades negras”, assim como se preocupou em evidenciar “que as culturas diásporas do Atlântico Negro são culturas híbridas, plurais, complexas e marcadas por vários deslocamentos.” (SANTOS, 2007, p.108)

Embasados pela perspectiva da negritude e da ação de positivar o “negro” o MUCDR simplifica seu nome, além de adotar a palavra “negro” em sua titulação como forma de reafirmação de sua consciência racial frente ao Outro. Adota a designação dada por este Outro como forma de fortalecimento identitário de empoderamento étnico passando a se chamar Movimento Negro Unificado (MNU). Como afirma Domingues (2009):

Para incentivar o negro a assumir sua condição racial, o MNU resolveu não só despojar o termo “negro” de sua conotação pejorativa, mas o adotou oficialmente para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país. Assim, ele deixou de ser considerado ofensivo e passou a ser usado com orgulho pelos ativistas, o que não acontecia tempos atrás. O termo “homem de cor”, por sua vez, foi praticamente proscrito. (p.115)

Exposta as principais demandas do movimento negro ressurgido em meados da década de 1970, apresentamos na íntegra a carta de princípios que foi apresentada pelo MNU ainda em 1978:

Nós, membros da população negra brasileira – entendendo como negro todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça –, reunidos em Assembléia Nacional, CONVENCIDOS da existência de:

- discriminação racial
- marginalização racial, política, econômica, social e cultural do povo negro
- péssimas condições de vida
- desemprego
- subemprego
- discriminação na admissão em empregos e perseguição racial no trabalho
- condições subhumanas de vida dos presidiários
- permanente repressão, perseguição e violência policial
- exploração sexual, econômica e social da mulher negra
- abandono e mal tratamento dos menores, negros em sua maioria
- colonização, descaracterização, esmagamento e comercialização de nossa cultura
- mito da democracia racial

RESOLVEMOS juntas nossas forças e lutar por:

- defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais através da conquista de:
- maiores oportunidades de emprego
- melhor assistência à saúde, à educação e à habitação
- reavaliação do papel do negro na história do Brasil
- valorização da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção
- extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência a que somos submetidos
- liberdade de organização e de expressão do povo negro

E CONSIDERANDO ENFIM QUE:

- nossa luta de libertação deve ser somente dirigida por nós
- *queremos uma nova sociedade onde todos realmente participem*
- *como não estamos isolados do restante da sociedade brasileira*

NOS SOLIDARIZAMOS:

- a) *com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira que vise a real conquista de seus direitos políticos, econômicos e sociais;*
- b) com a luta internacional contra o racismo.

POR UMA AUTÊNTICA DEMOCRACIA RACIAL!

PELA LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO!

(MNU, 1978) (grifos da autora)

Portanto, o movimento negro, assim como era característico de diversos movimentos sociais, tinha como preocupação primordial as suas peculiaridades: a condição da população negra na sociedade brasileira. Contudo, isto não impedia que também compreendesse que o governo ditatorial era a manutenção de um sistema desigual e repressivo. Sua luta, apesar de muitas vezes ser considerada como “identitária”,

é vista neste trabalho também como uma luta democrática e que se posiciona contra a ditadura civil-militar brasileira. Como é afirmado pelo sociólogo Octavio Ianni, “o mito da democracia racial é uma expressão ideológica em uma sociedade que não deixa nem pode deixar avançar a democracia.” (IANNI, 1987, p.332). Esta afirmação, portanto, nos faz compreender que “o preconceito é uma barreira à difusão das normas democráticas.” (IANNI, 1987, p.332) Por isso, ao falarmos das lutas sobre as mulheres, sobre os indígenas, ou sobre os negros, não se procura provocar enfraquecimento ou disputa sobre a luta democrática. Na verdade, o fortalecimento desse sistema político o torna múltiplo e possibilita que vozes plurais possam construí-lo conjuntamente. Dessa forma, insere-se o Movimento Negro como mais um movimento reivindicatório das forças repressivas e essencialmente como um movimento democrático dentro da historiografia que trata deste tema.

2.2 Tição: o ressurgimento da imprensa negra no Rio Grande do Sul

O ano de 1974, pode ser considerado como o início de uma mudança dentro do regime de ditadura civil militar brasileira. A partir deste ano foi iniciado pelo general Ernesto Geisel, e posteriormente tendo continuidade com o general João Figueiredo, um plano de “afrouxamento político”, que seria efetuado através de uma “abertura política lenta, segura e gradual”. Não por acaso, entre a população civil (re)surgiram atores sociais e políticos que antes se encontravam desorganizados ou atuando na clandestinidade. O surgimento desses novos movimentos possibilitou que se percebesse a gama plural de reivindicações que diversos grupos possuíam. Emir Sader, ao pensar estes “novos sujeitos” que passam a estarem presentes na arena política brasileira, observa que “eles foram vistos, então, pelas suas linguagens, pelos lugares onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas.” (SADER, 1988, p.27)

O resgate do momento político da época se justifica para compreendermos que, dentre esses chamados novos movimentos sociais, o movimento negro é um deles. Ele ressurgue neste contexto, juntamente com outros movimentos sociais inéditos na história política do Brasil, e é marcado por reivindicações e pautas específicas da comunidade negra. Denuncia a discriminação racial, a opressão policial, o desemprego, o subemprego e a marginalização que acomete principalmente os trabalhadores assalariados negros e negras que se viram excluídos do processo de crescimento econômico, dito como um

período de “milagre econômico”. (DOMINGUES, 2007; GONZALEZ, 1982; JÚNIOR, 2003; RIOS 2012)

Sem abdicar do seu espaço político no campo de reivindicações, o movimento negro também é inserido quando se pensa em grupos que compuseram a produção de jornais e revistas da chamada imprensa alternativa. Contudo, mesmo dentro desse espaço alternativo e reivindicatório, que se colocava enquanto oposição política da ditadura, as especificidades raciais dos militantes negros não se viam contempladas. Logo, não tardou para que também os primeiros jornais com temática racial, assim como os de temática feminista e de temática sexual, surgissem como uma forma de expressar para a população os debates que já eram discutidos e propostos dentro das pequenas organizações negras existentes em todo o Brasil, principalmente nos estados de São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia.

Mesmo possuindo uma menor circulação e um menor número de tiragens, do que, por exemplo, a imprensa feminista (ARAÚJO, 2000), os jornais voltados para a população negra neste período eram uma realidade que, muitas vezes, é esquecida ou desconhecida mesmo no ambiente acadêmico que se dedica à temática do golpe de 1964, suas consequências e seus anos repressivos posteriores. Se a circulação desses jornais foi escassa e rodeada de dificuldades financeiras, nos tempos atuais o conhecimento sobre eles ainda é ínfimo. Em muitos casos, só é possível conhecer o material produzido na época devido ao compromisso e à dedicação daqueles que militaram em sua construção, e que mantêm em seus arquivos particulares uma diversidade de materiais como jornais, cartas, materiais de divulgação de atividades que nos possibilita, anos depois, revelar e conhecer este momento da história negra e brasileira.

É importante salientar que ao nos dedicarmos à historiografia especializada da chamada imprensa negra, e quando avançamos sobre a produção da imprensa alternativa, é possível encontrar poucos - porém notáveis - materiais que nos possibilitam compreender de forma mais ampla a reivindicação e o posicionamento das organizações negras que ressurgiram a partir da década 1970. Estão expressas em seus discursos as preocupações com a situação da população negra no pós- abolição, ainda distante do seu direito de cidadania plena, e as críticas ao período de repressão institucional vivenciado naquele momento.

A imprensa negra ressurgida em meados da década de 1970, fazia-se importante para que os debates feitos em pequenos grupos negros pudessem chegar à população e pudessem também fortalecer o momento de construção e das discussões das pautas de

reivindicações negras no país. Como é apontado por Muniz Sodré (1999) o caráter dessa imprensa modificou-se também, saindo de um discurso que anteriormente procurava “educar” o negro e enquadrá-lo dentro da sociedade a que estava inserido, para um discurso reivindicatório, revisionista e que buscava uma identidade positiva.

Publicado por dois números como uma revista, e em seu último número em formato de jornal, *Tiçã* foi um material de comunicação que esteve presente na cena da cidade de Porto Alegre, entre os anos de 1978 a 1980. Oliveira Silveira, poeta, militante e que esteve presente na produção do *Tiçã*, afirma que ele “era composto por um grupo de pessoas engajadas nas discussões sobre a questão do negro no Brasil e que participaram nas duas edições da revista, em 1978 e 1979, e na edição do jornal em 1980.” (SILVEIRA, 2005 in. SANTOS, 2007, p.42). Portanto, não diferindo dos jornais negros contemporâneos analisados anteriormente, seu conteúdo também foi construído pela necessidade de expressar para a sociedade, e principalmente para outros negros e negras, os debates que estavam ocorrendo dentro de grupos e organizações engajados com a temática racial. Como já apresentado, esses grupos e organizações viram na imprensa alternativa da época uma possibilidade de serem ouvidos e de serem percebidos dentro de um cenário de reivindicações, e de dita distensão política, que viria a dar novos rumos políticos e sociais ao Brasil.

Dessa inquietação nasce a vontade desses jovens porto alegrensenses, em sua quase maioria negros, de exporem seus protestos, suas preocupações políticas e sociais. Contudo, a publicação do *Tiçã* não foi a primeira experiência com debates raciais de muitos militantes que compuseram essa vivência. Anteriormente, alguns integrantes haviam pertencido ao Grupo Palmares. Como veremos as propostas que constituíram esse grupo, por diversas vezes, vão se encontrar com o que é discutido dentro do material jornalístico do *Tiçã*. O Grupo Palmares surgiu em 1971, também em Porto Alegre, e propôs como principal pauta de sua militância o dia 20 de novembro, data de registro da morte de Zumbi dos Palmares, como uma data histórica e de importância para a população negra em alternativa ao 13 de maio. Esta data posteriormente viria a ser pautada pelo MNU nacional, alcançando grande alcance e expressividade nas pautas negras. Deiverson Campos, que se dedicou em seu trabalho de dissertação ao Grupo Palmares, apresenta as ideias principais da organização presentes no estatuto afirmando que

[...] a proposta de ação apresentada era a de “*promover estudos sobre história, artes e outros aspectos culturais, particularmente em relação ao negro e ao mestiço de origem negra*”. A partir dos estudos, seriam realizadas apresentações

e atividades públicas para atingir maior visibilidade junto ao espaço social. (CAMPOS, 2006, p. 54)

Segundo Marques (2019), a participação das mulheres na construção dessa organização é expressiva, tendo como exemplo a coordenação Helena Vitória Machado. Se em um primeiro momento este espaço era formado por homens em sua maioria, é notável através de registros fotográficos que no ano seguinte, em 1972, as mulheres já apareciam em sua maioria. (MARQUES, 2019) Sem uma sede própria ou fixa, o grupo iniciou suas reuniões na esquina da Rua das Andradas, no Centro Histórico da capital. Explica Campos que “A Andradas havia se tornado um ponto de encontro depois que os territórios negros tradicionais foram transferidos para áreas mais distantes do centro pelo avanço da urbanização da capital gaúcha, desencadeada depois da metade do século XX” (CAMPOS, 2006, p.151). Posteriormente se reuniam nas residências dos integrantes, além de clubes negros da cidade como o Floresta Aurora e o Marcílio Dias. Espaços culturais como os clubes negros Floresta Aurora e Marcílio Dias, utilizados, muitas vezes para atividades vinculadas ao Grupo Palmares, continuaram sendo um reduto cultural para os integrantes do Grupo Tição.

O Grupo Palmares durou até o ano de 1978, mesmo ano em que a primeira edição do *Tição* é lançada. O encontro das datas de quando se finda um e se inicia o outro pode não ser considerado uma mera coincidência. Segundo Campos⁴³ a existência da revista *Tição* está entrelaçada ao fim do Grupo Palmares, pois” ...já dedicados a publicação da revista *Tição*, os integrantes decidiram encerrar as atividades do Palmares. “(CAMPOS, 2006, p.65) Porém, o fim da organização não significou o fim da sua militância e construção discursiva antirracista. Ideias apresentadas no Grupo Palmares como a pauta do 20 de novembro, a denúncia sobre a invisibilidade negra dentro da construção historiográfica do Brasil, além da valorização de uma consciência negra, estiveram também presentes nas páginas da nova revista que nascia. Nada anormal pois “o novo grupo contava em sua maioria com integrantes do Palmares, que se dividiam entre as atividades.” (CAMPOS, 2006, p.64)

Logo não era o fim do Grupo Palmares, mas o início da revista *Tição*. Como explica a jornalista Vera Daisy que fez parte dos dois primeiros números como redatora

⁴³ CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. O Grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico. 2006. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

e jornalista responsável, a ideia do nome veio do poeta Oliveira Silveira e sua escolha se deu pela sua característica perseverante:

A definição desse nome foi uma proposta do Oliveira, do poeta Oliveira Silveira e ele explica porque Tição. É uma chama, um carvão que mesmo quando está apagando, mingando o fogo, mas no momento que ele começa a amortecer e minguar, se você assoprar ele volta. Assopra o tição, carvão mesmo, vermelhinho, mas se você assoprar o fogo, ele volta. Então, por isso Tição, ou seja, essa revista tinha a intenção que desde que ela mingasse continuaria por toda vida. (Vera Daisy, 2019)

Também é possível apontar que o nome sugerido por Oliveira Silveira também estava alinhado a um posicionamento de positivar termos pejorativos associados à população negra. Assim, como a palavra “negro” sofreu esse processo pelo MNU. Carlos Chagas, um dos participantes que estavam na primeira edição da revista salienta esse ponto de vista:

O nome da revista foi do Oliveira [Silveira], se não me falha a memória. Porque a gente queria assumir tudo aquilo, chamar para nós de pejorativo, os que eram negros, mais pretos, os brancos chamavam de “tição”. Como essa coisa da “negrice”, fazer uma coisa assim, dizem: “ah, isso é “negrice”. Então, tem um movimento que é assumir inclusive essa questão da “negrice”. E a [Revista] Tição é um reflexo basicamente disso. [Dissemos]: “Ah, bom, vamos assumir, porque afinal não tem nenhum problema em ser “tição”, em ser preto mais escuro ou menos escuro”. E isso causou um grande... (CHAGAS, Emílio. Entrevista concedida a Carla Simone Rodeghero, em 13 de dezembro de 2011, em Porto Alegre, RS, para o Projeto Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil.)

A trajetória dos personagens que compuseram a revista era diversa, sendo percebido que em sua maioria possuíam o ensino superior completo, sendo possível considerá-los uma elite intelectual. Uma pluralidade de pensamentos compunha a publicação com jornalistas, como Vera Daisy, e até mesmo pessoas conscientemente ligadas à esquerda

[...] neste primeiro número nós estamos o Edilson Nabarro, ele é um sociólogo; o Emílio era jornalista e publicitário, a Janice transitava pelo Jornalismo e também pela Publicidade, Jorge Freitas jornalista, Natália Almeida - não é negra - ela é uma mulher branca que na época a gente pela proximidade e ela estava dentro do Jornal Zero Hora, então se encantou com o projeto e colaborou; Oliveira Silveira é um professor que vai ser o cara idealizador da proposta que o 20 de Novembro substituísse, celebre, Zumbi ao invés de nós estarmos celebrando a Princesa Isabel no 13 de Maio. Ele não era jornalista, mas trabalhava numa agência de publicidade. Ele trabalhava em uma agência de publicidade como redator, ele era formado em Letras; Valter Carneiro era um militante, um agitador, na época do período assim ...comunista. (Vera Daisy, 2019)

A experiência de participar da construção deste material e a possibilidade de tratar de diversas temáticas relacionadas à questão racial, ampliando assim a sua própria consciência racial, é o exercício exposto por Vera Lopes:

Na época que eu conheci o pessoal da Tição eu era uma menina negra eu tinha consciência de que era negra, sou de uma família negra que tem consciência de ser negra mas não tinha no seio da família, a gente não tinha essa discussão assim da questão racial, então a gente sabia que era negro, sabia que tinha discriminação, a minha família sempre soube, eu fui criada pelos meus avós, a minha avó sempre alertava a gente para as armadilhas do racismo, para os cuidados que a gente deveria ter, mas não se verbalizava quais eram as saídas, quais eram as possibilidades e saída. Quando eu conheci esse pessoal da Tição, o pessoal vem assim não só com a *consciência de ser negro* mas com a *consciência política* de ser negro e da nossa importância nessa sociedade, do quanto o racismo nos limitava e nos limita até hoje e também buscando estratégias de enfrentamento do racismo, naqueles anos 70, naquela época a gente tinha muito a necessidade da denúncia do racismo, de fazer uma denúncia do que acontecia, e eu acho que hoje, quanto a denúncia e as estratégias de enfrentamento, acho que a gente avançou bastante nas estratégias de enfrentamento do racismo. Então a diferença era essa assim, eu saber que era um pessoa negra, saber que eu era uma mulher negra, mas não ter essa consciência mais *política*, ser mais atuante, mais ativa na defesa de direitos nossos. Acho que isso eu aprendi com aqueles jovens daquela época que éramos todos muitos jovens na faixa dos 20, chegando aos 20, assim era uma gurizada bem legal. (Entrevista Vera Lopes. Realizada por Kelly da Silva Moraes em 19 de junho de 2011.)

O material da revista/jornal não chama atenção por sua quantidade numérica. Possuindo uma duração de circulação breve, como muitos outros jornais da imprensa alternativa, possui três tiragens que foram realizadas em três anos consecutivos: 1978, 1979 e como jornal em 1980. Mudanças no seu espaço de publicação já demonstram algumas das dificuldades encontradas para produzir a revista e o jornal. Primeiramente, sendo publicada pela Editora Paralelo 30 Ltda, no ano seguinte e no seu último número foi publicada pela Editora Meia-Cara Ltda, com um aviso na edição do jornal que a impressão foi realizada na Zera Hora Editora Jornalística S.A. Seu número de registro também ganha destaque pela dificuldade enfrentada pelo grupo para realizá-lo. Seu requerimento foi feito em 19 de janeiro de 1979 na Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), mas passados mais de sete meses e sem reposta o seu segundo número foi publicado sem registro próprio.

A pouca durabilidade da revista pode ser creditada a diversos motivos relatados pelos próprios militantes: desde a questão financeira para manter o material em circulação até as divergências entre o grupo na construção do material. Longos debates, a situação financeira e o esgotamento emocional das longas reuniões para decidirem como o conteúdo chegaria para a população são algumas das questões levantadas. Assim como acontecia com a maioria dos jornais da imprensa alternativa, os gastos para a tiragem do material eram pagos de forma independente, sem o auxílio financeiro que os jornais da

grande imprensa possuíam e quase sem receita publicitária⁴⁴. Para arcar com os custos da produção os militantes tiveram que arranjar formas de obter o dinheiro que se davam através de eventos culturais. Variando entre 10 Cr\$ a 20Cr\$ sua vendagem não se fazia autossuficiente para a sua produção. Vera Daisy, a jornalista responsável pelas duas edições da revista, comenta a dificuldade financeira enfrentada para financiar a revista:

Primeiro pela grana, para conseguir recursos. Anúncio nós não conseguíamos. É uma revista sem anúncios, o que sustenta a comunicação, as publicações, posso pegar uma revista, um jornal hoje. Uma revista comercial, Marie Claire...vamos pegar esse exemplo. O que tem de anúncio, o que sustenta uma publicação são os anúncios...E nós só conseguimos, olha só...um anúncio aqui e aquele lá. É Unificado. Aqui pode ter sido uma permuta. Só 2 em 34 páginas. Um de página inteira e aqui também pode ir para análise, né...Não chega nem a ser um quarto de página. O que significa isso? Aqui a dificuldade também de um produto gerado por nós que nos chamamos de empresários negros, aqueles que queriam ser maior que a Zero Hora só consegue um anúncio página inteira. 34 páginas, apenas um anúncio e um quadradinho que se tu medir vai ver o tamanho que tem. Então, assim aparece a dificuldade de um veículo gestado por um grupo de negros e negras nessa sociedade na época, e ainda hoje. (Vera Daisy, 2019)

Ao examinarmos a *Tição* procuramos, além da tentativa de compreender o pensamento dos intelectuais negros da época, conhecermos também as reivindicações do protesto negro contemporâneo, que ressurgia em todo o país depois de mais de uma década de abafamento político. Como já apontado, a crítica e denúncia de uma falsa democracia racial era uns dos discursos basilares do movimento negro contemporâneo. Andrews reforça que, apesar de não ter se alçado como um debate popular, a discussão não passou invisibilidade no processo de transformação social que ocorria

“apesar da falta de uma base popular forte, os ativistas negros conseguiram provocar um vigoroso debate nacional sobre a desigualdade racial e o papel da população negra na vida brasileira. O debate centrou-se no conceito de democracia racial, uma ideologia semioficial originalmente destinada a descrever e explicar a sociedade.” (ANDREWS, 2015, p. 14)

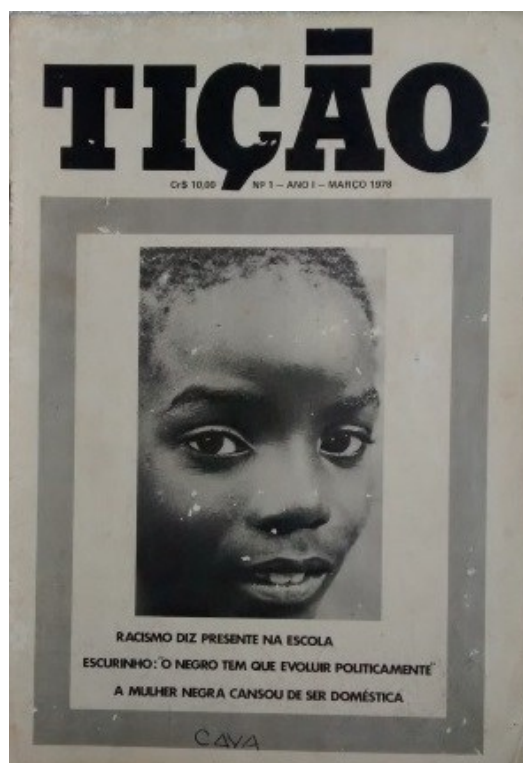
Procuraremos analisar as revistas e o jornal apontando alguns aspectos presentes nas matérias por eles publicadas. A intencionalidade é compreender como esses debates que eram propostos pelo movimento negro a partir da década de 1970 aparecem no material.

2.2.1 As revistas e a revista/jornal *Tição*

A primeira capa, de 1978, traz a imagem de um menino negro retinto e a chamada de 3 matérias que serão exploradas de forma mais extensa no interior da revista: “*Racismo diz*

⁴⁴ Na *Tição* temos apenas duas publicidades.

presente na escola”; “Escurinho: o negro tem que evoluir politicamente”; e “A mulher negra cansou de ser doméstica”.



Revista Tição, Ano I, nº1, 1978

Sem nenhum tom colorido, o material é todo produzido em preto e branco, mesmo naqueles espaços que possuem ilustrações. No total se apresenta com 13 matérias, entre elas aquelas expostas na capa. No seu expediente era composto por Vera Daisy Barcellos como jornalista responsável, e também uma das redatoras, seguida pelos redatores: Edilson Canabarro, Emílio Chagas, Jeanine Viola, Jorge Freitas, Nazaré Almeida, Oliveira Silveira e Walter Carneiro. Era creditado também os nomes dos fotógrafos, ilustradores, os responsáveis pela composição do material, pela programação e edição gráfica, e pela montagem. Possui em sua primeira página, após a capa, um espaço dedicado à editoração da revista. Neste espaço, os integrantes da Tição procuram conversar com o seu leitor e informam, de forma explícita, quais seus principais objetivos. Nada muito extenso e nem com um aprofundamento formal e teórico, apenas uma breve mensagem resumindo a intencionalidade para quem estava tendo acesso ao conteúdo. Pensando questões da população negra como o racismo, a conscientização da sua identidade dentro da sociedade e também se colocando dentro de um “conjunto de reivindicações sociais” que se apresentavam na época. A primeira edição se expõe ao

mundo, e não se restringe a ser um material somente para a comunidade negra de Porto Alegre.

EDITORIAL TIÇÃO 1978

TIÇÃO pretende falar com a comunidade negra não só de Porto Alegre, através de uma linguagem simples e buscando um trabalho de **conscientização racial, social e cultural**. Entendemos que a chamada questão negra não se esgota em si própria. Embora ela possua a sua especificidade, também faz parte de todo um **conjunto de reivindicações sociais**.

A revista se propõe a discutir a participação do negro neste âmbito e sua história, geralmente mal contada e distorcida, como exemplo mais típico sendo o Quilombo de Palmares. Achamos que é preciso retomar alguns segmentos negros que foram interrompidos desde quando o branco chegou na África até os dias de hoje quando o negro, além de estar socialmente ameaçado em sua própria sobrevivência, sofre ainda o racismo branco.

TIÇÃO está disposta a levantar tais questões.

(Revista Tição, nº1, 1978, p.1)

Já o segundo número, que demoraria mais de um ano para a publicação, sairia em agosto de 1979. No expediente, algumas pequenas mudanças com acréscimos de nomes. Novamente, Vera Daisy Barcellos como jornalista responsável e redatora, além de Edilson Nabarro⁴⁵, Irene Santos, Jeanine Viola, Jones Lopes, Jorge Freitas, Oliveira Silveira, Valter Carneiro e Vera Lúcia Lopes. Com créditos também aos fotógrafos, aos ilustradores, aos colaboradores, a composição, o planejamento gráfico e a montagem.

Neste ano, a capa estampava um Amalá de Xangô⁴⁶ fotografado em cores preto e branco. Acima a faixa que leva o título da revista leva a cor vermelha. Composição que provoca um forte impacto visual para a capa. Estampando logo acima do Amalá, em

⁴⁵ Na edição de 1978, aparecia como “Canabarro”, nesta edição se apresenta como “Nabarro”.

⁴⁶ O Amalá de Xangô presente na capa da revista Tição de 1979, é um ritual religioso devotado ao orixá Xangô. Segundo informações do Grupo de Estudos Religiosos da Unicamp este ritual se configura como

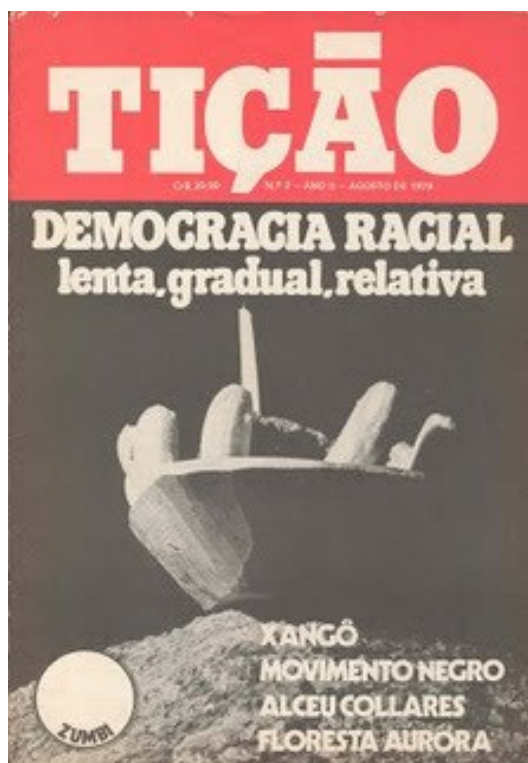
...uma celebração específica para o orixá do fogo, e a realização da ação assume um caráter festivo, no qual a divindade e os filhos de santo se confraternizam. Em 2014, a celebração do Amalá de Xangô do Terreiro de Mãe Amara foi reconhecida pelo Prêmio Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

(...)

A celebração ritual do Amalá de Xangô consiste na oferenda à divindade de duas iguarias de sua predileção que são o Beguiri e o Amalá. Beguiri: iguaria elaborada com quiabo, castanha, amendoim, camarão e carne bovina, fartamente regado com azeite de dendê e temperado com pimenta, sal, cebola e cebolinha. Amalá: consiste numa espécie de papa feita com farinha de mandioca e água. Ambos são servidos ao orixá em alta temperatura. Afinal, Xangô é o dono do fogo

Informações disponíveis em: <http://www.unicap.br/estudosreligiao/amala-de-xango-na-unicap/>.

letras brancas com um fundo preto, a frase “*DEMOCRACIA RACIAL: lenta, gradual e relativa*”.



Revista Tição, Ano II, nº2, 1979

Novamente se apresenta 13 matérias, porém nesta edição se compõe com mais seções especiais como a de “Cartas” que foi destinado para dar visibilidade à publicação de correspondência dos mais diversos lugares e pessoas que puderam ter contato e ler a primeira edição da revista, distribuída no ano anterior. Dessa vez, intitulado como “Recado”, o editorial reafirma a sua posição ideológica já exposta no primeiro número, todavia também demonstra a preocupação de ser uma revista que priorizasse o diálogo com a população negra e pobre. Por isso diz:

Recado

Desde março de 1978, quando saiu o primeiro número da revista, a ideia era procurar conservar a periodicidade que fosse capaz de marcar a presença da TIÇÃO entre a comunidade negra e leitores em geral. Mas já o número 1 foi razão suficiente para o desnorteamento de uma próxima edição. E o que se viu foram os mesmos problemas de qualquer pequena publicação, ou seja, de distribuição, circulação e vendas diretas.

Até agora isto tudo ainda não foi solucionado. Mesmo assim o número 2 consegue avançar em definições e posicionamentos com relação ao anterior. Isto fica evidente quando trata temas básicos como a **questão da discriminação e a exploração racial**. Coisa que pode ser conferida na matéria da página ao lado.

A revista mudou na apresentação, em busca do que considera o mais perto da **negritude**. E a pretensão do primeiro número continua de pé. Assim como permanece o convite ao trabalho.

(Revista Tição, Ano II, nº2, 1979, p.1) (grifos meu)

Neste editorial, é possível perceber a preocupação dos integrantes em pontuar a temática negra e a negritude como foco na construção da revista.

Em outubro de 1980, circula o último número da *Tição*. A edição não se apresenta mais em um formato de revista, mas agora vem publicada como jornal composto por quatro grandes páginas com conteúdo frente e verso. Custando 10 Cr\$, metade do valor da revista em 1979, seu expediente também apresenta grandes modificações, com ausências de nomes que se encontravam presentes desde o início da revista. Agora era composto por: Jorge Freitas como jornalista responsável, além de Carmem Marilu, Ceres Santos, Edílson Nabarro, Emílio Chagas, Helena Machado, Jones Lopes, José Vainer, Maria Lúcia, Nelcira Nascimento e Oliveira Silveira.

A mudança de revista para jornal é lembrada em entrevista por Helena Machado. A ativista relembra, que em sua concepção, a revista não atingia a camada popular e foi na tentativa de se tornar mais acessível, inspirados já pelas práticas do MNU nacional, que se propôs lançar a *Tição*, desta vez, em forma de jornal. Segundo Helena Machado:

Essa é a questão: o *Tição* não tinha uma política de fazer a revista para uma população, privilegiar uma população. O último número do *Tição*, que foi um jornal, se propunha a isso. Porque aí já tinha vindo as nuvens do MNU, tinham baixado felizmente, se transformou em jornal, que eu e o Oliveira brigamos uma reunião inteira, porque o Oliveira não queria jornal. E eu achava que o jornal, à época – e certamente estava equivocada –, poderia ser vendido mais barato, poderia ter um acesso, uma divulgação mais fácil e chegar com mais facilidade a mais gente, por ser jornal. Mas era uma coisa muito da minha cabeça. Teve gente que apoiou: “tudo bem”, se fez o jornal. (MACHADO, Helena Vitória dos Santos. Entrevista concedida a Amílcar Pereira em Porto Alegre, RS, para o Projeto História do Movimento Negro no Brasil)

Com menos matérias que buscavam uma revisão na historiografia e trazendo assuntos presentes na atualidade, trazem críticas ao censo de 1980, com a matéria “*Censo-80 esconde negros, desemprego...*” que não consultava com seriedade necessária o marcador racial da população e não era levado em conta a pluralidade multirracial brasileira. Denunciavam também a violência policial sobre a população negra, assunto de extrema relevância no debate racial contemporâneo. Com a matéria “*Chega de violência*” em letras garrafais, denuncia o Esquadrão da Morte e a o encarceramento em massa da população negra, seja no presídio ou no manicômio.

Suas palavras para com os leitores na seção editorial são posicionadas politicamente e objetivo: quer “desenvolver uma luta mais permanente contra as estruturas de dominação e marginalização do negro brasileiro.” (*Tição*, 1980, p.1)



Jornal Tição, 1980

As questões apresentadas pelas publicações estavam inseridas dentro de um debate provocador que se empenhava em construir e problematizar quais caminhos democráticos eram desejados após tantos anos de repressão. Manter como discurso o mito da democracia racial, que já era constatado ser inexistente, correspondia a manter as estruturas excludentes e oligárquicas. Já era comprovado o quanto historicamente esse discurso institucionalizado funcionava como um mecanismo de manutenção de uma exclusão que procurava esconder as dificuldades e marginalização que negros e negras encontraram após o 13 de maio de 1888. Este conceito reforçava uma perspectiva meritocrática e reforçava que esforços individuais de pretos e pardos eram regras e não exceções dentro da sociedade brasileira e que quando o indivíduo se dedicava verdadeiramente para alcançar uma ascensão social era possível independente de sua cor da pele ou feições fenotípicas. Crer nessa teoria, além de esconder as realidades vivenciadas por diversos negros e negras ao longo do século, era um método de desarticulação política e coletiva. Por isso, Andrews (2015) afirma que a luta pela falsa democracia racial se inseria também na luta pela busca de uma verdadeira democracia representativa:

A mobilização política negra esteve intimamente ligada aos esforços de promoção da democracia de modo mais geral; e os ativistas negros tenderam a justificar tal mobilização em termos de promoção de maior participação na

vida política e econômica nacional da quase maioria dos grupos raciais que tinham sido historicamente excluídos. (ANDREWS, 2015, p.23)

Inseridos nesse debate nacional os integrantes da Tição trouxeram para as suas páginas as denúncias de apagamento da participação do sujeito negro na construção da formação do cidadão brasileiro. Importante atentarmos de onde esse discurso é produzido, pois diferente do que ocorreu na Bahia ou no Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul, assim como acontecem com outros estados sulistas, teve na sua construção do imaginário social a retirada do sujeito negro de qualquer participação histórica e de representatividade.

Voltamos brevemente à construção historiográfica do Rio Grande do Sul para compreendermos este processo de exclusão. Uma das ideias expostas é que a produção historiográfica gaúcha teve início no período que circulavam fortes ideologias de branqueamento. Rosa (2014) afirma que supracitar a imigração europeia e a presença portuguesa eram formas de se diferenciar do restante do Brasil. Somente a partir da segunda metade do século XX, trabalhos aparecem reivindicando a presença negra gaúcha como sujeito histórico no sul do país. Contudo, apesar do debate dentro do meio acadêmico o que é fato abalizado é um grande apagamento negro na história do Rio Grande do Sul:

Na sala de reuniões do Palácio Piratini, sede do governo do Rio Grande do Sul, encontra-se um painel das etnias formadoras rio-grandenses, pintado nos anos 1950, pelo artista italiano Aldo Locatelli, em estilo naturalista *depassé*, a partir da visão historiográfica então dominante sobre o passado sulino. No alto do painel, à esquerda, um garboso *oficial lusitano* domina montado o conjunto como dominou historicamente aqueles territórios. No centro superior, com as ruínas das Missões como fundo, destaca-se o *nativo guarani*, de lança à mão, em repouso. Ainda no alto, no canto direito, *bandeirantes paulistas e lagunenses* penetram o Sul desconhecido. No canto inferior direito, sustentando o conjunto, *colonos-camponeses* labutam o solo enquanto *imigrante* amamenta filho nascido na nova terra. (MAESTRI, 2008, p.53) [grifos da autora]

Através da descrição deste quadro comentando por Mário Maestri é notório perceber que a população negra não era considerada como corpo constitutivo do estado. Se no restante do Brasil, a luta se configurava pelo reconhecimento do sujeito histórico além da condição de escravizado, no Rio grande do Sul a luta se configura pela exigência de existir historicamente. Diante dessa problemática, se reafirma a importância de trazermos as matérias escritas na revista onde a (re)escrita da história gaúcha resgata a presença e a participação negra. As matérias apresentadas se configuravam por serem por buscarem uma reescrita da narrativa sul rio-grandense. Sem trazer especificamente notícias da atualidade, mas falando do presente esse conteúdo se apresenta como um manifesto que procura sua identidade através de processos de pesquisa e reescrita da

narrativa histórica. Entende-se essa revisão histórica dentro da perspectiva, apresentada por Pollack, que tem a memória enquanto uma ferramenta que participa da construção de uma identidade social de um grupo dentro da sociedade. Portanto, não significava apenas inserir “novos personagens” aos processos históricos, mas de trazer “memórias subterrâneas” para o centro do debate entre os leitores da revista.

A primeira matéria está na edição de estreia de 1978 e leva o título “O negro no Rio Grande”. O conteúdo se apresenta como crítica à invisibilidade dada a negros e negras livres, alforriados ou escravizados no Rio Grande do Sul. Denuncia que o processo de abolição se demonstrou superficial na questão da cidadania à população negra, pois deu sua liberdade sem possibilitar que se tornassem plenos cidadãos. Ressalta também a participação negra em momentos de importância histórica nas vangloriadas guerras e revoltas gaúchas. Aponta espaços que compõem o imaginário rio-grandense e que a presença dos escravizados eram constantes, apesar de por muitos anos não serem sequer citados: nas estâncias e nas charqueadas. Os excertos expõem esse cotidiano:

No campo trabalhou na construção de estradas de ferro, cercas de pedras, molhes de Rio Grande, pontes como a dos Açorianos em Porto Alegre. Mas seu trabalho mais característico, no campo é nas estâncias. Sua força de trabalho também é explorada na lavoura, no pastoreio. Na cidade era escravo doméstico, artesão, escravo ganho.

Mas o ponto de maior concentração foi a charqueada e ali é que a escravidão seria mais violenta. (Tição, nº1, p.4/5)

Ambos os espaços estão no imaginário social como espaços ocupados pelo homem gaúcho, “o homem da terra, trabalhador livre”. Nesta matéria já é demonstrado a tentativa de uma “quebra” expondo que o escravizado também estava presente e era inclusive um explorado nesses ambientes.



Matéria “O negro no Rio Grande”. Revista Tição, 1978, nº1.

Na segunda edição, publicada em 1979, novamente um artigo dedicado ao negro gaúcho é apresentado. Intitulado de “O negro em armas no Sul”, este artigo também resgata a presença negra no Sul do país, mas dessa vez demonstrando a participação militar e nas guerras que muitos negros libertos e escravizados (que tinham a promessa de liberdade) tiveram nessas batalhas. Cita diversos acontecimentos militares apontando que “o negro estava presente, ajudando a definir um Rio Grande brasileiro.” Sem esquecer a mais representativa batalha do estado, cita a Revolta Farroupilha (1835 - 1845) e a participação dos lanceiros negros neste acontecimento. Reforçam a presença negra, pois como afirmam o negro “para a guerra ele nunca foi e nem será esquecido.” Este texto promove a denúncia de que apesar compor de forma ativa e efetiva a história do Rio Grande do Sul, ao negro a marginalização e a invisibilidade histórica. Mas não conduz o texto em forma de conformidade ou derrotismo, pelo contrário reafirma o compromisso de sobrevivência e resistência negra.

Mesmo depois da abolição continuou o negro a ser usado da mesma forma, na briga dos latifundiários e dos políticos. Lutou, defendeu e recebeu em troca essa marginalização que está aí. Esse direito de continuar pertencendo à classe dominada.

O máximo de positivo que conseguiu foi sobreviver, frustrando as expectativas daqueles que, como Nina Rodrigues, depositavam esperanças numa “nação branca, forte e poderosa, provavelmente de origem teutônica, que se está constituindo nos estados do sul, donde o clima e a civilização eliminarão a raça negra, ou a submeterão...”

Malgrado tudo isso, estamos aí.

(TIÇÃO, nº2, 1979, p.12)

Logo, o que estava sendo promovido no grupo Tição não era apenas uma denúncia à invisibilidade no campo das ciências sociais, mas a inserção dentro de um debate mais amplo de combate à falsa democracia racial e a busca por dispositivos de construção de uma identidade positiva para o negro na sociedade brasileira.

Tão logo o Grupo Palmares começou a se articular, segundo Campos,

[...] passaram então a pesquisar uma alternativa ao 13, pela falta de outros referenciais negros na História oficial. Chegaram a figura de Zumbi através de uma revista da Editora Abril, sobre personagens da História. As informações foram ampliadas através dos livros Quilombo dos Palmares (1966), de Edson Carneiro, e Guerra nos Palmares (1938), de Ernesto Ennes. (CAMPOS, 2009, p. 234)

A figura de Zumbi continuou sendo utilizada na Tição e a pauta do 20 de novembro seguiu aparecendo como pauta também na revista. Esta construção da data histórica iniciada pelo Grupo Palmares e os militantes gaúchos teve repercussão nacional compondo a agenda política do MNU em todo o Brasil. Contudo, como é apontado por Amorin:

Para divulgar o 20 de Novembro, o então MNUCDR divulga um manifesto no dia 4 de novembro de 1978, em que oferece a memória de Zumbi àquela data. Invertendo a lógica do que tinha sido até então difundido pelo Grupo Palmares de Porto Alegre, o enfoque sobre Zumbi ressignifica a maior referência histórica negra, ressaltada em seu fundamento coletivo, para individualizá-lo dentro de um padrão arquetípico do culto ao herói (este como imagem ou modelo dos ideais de um determinado grupo social) (AMORIN, 2011, p.110)

A ótica ressaltada pelo autor, sobre a construção da data tendo um “fundamento coletivo”, é possível de ser percebido também na redação da *Tição*. Apesar de em 1979, já ter ocorrido o primeiro 20 de Novembro promovido pelo MNU (ou justamente por este fato ter acontecido o sentido de tornar Zumbi um herói individualizado) há uma clara demonstração de preocupação sobre a imagética do líder dos Palmares e com quais grupos sociais sua representatividade serviria de inspiração “com o negro, com o povo ou devem contraditoriamente ser usados a serviço dos interesses da classe dominante?” (*Tição*, 1979, nº2, p. 11)

Então, assim, como é enfrentada a ideia de coletividade e liberdade através do quilombo pelo grupo Palmares, a *Tição* também mantém essa perspectiva. É percebida na primeira matéria de 1978, a preocupação em apresentar o espaço como um lugar onde povos historicamente explorados, negros e indígenas, encontraram-se para resistir à exploração da classe dominante. Já na matéria do segundo ano intitulada “20 de Novembro: o outro gume da faca”, como apontado, já existe uma crítica mais contundente ao processo de heroicização de Zumbi e a representação dos espaços quilombolas. Ao afirmar que “Palmares é e só tem que ser um símbolo do povo negro na sua luta por identificação histórica e cultural, reconhecimento social e condições de sobrevivência”, ao demonstrar preocupação em defender que deve ser um “símbolo do povo brasileiro em geral em sua luta por melhores condições de vida, que o sistema não oferece absolutamente à esmagadora maioria da população”, a revista pensa o lugar físico como uma ferramenta de empoderamento, não apenas para a luta racial, mas para fortalecimento da luta política do povo brasileiro em sua totalidade. Sem precisar buscar referências nas revoluções socialistas, mas que possam lutar contra a dominação e exploração praticada por uma “classe minoritária privilegiada sob o patrocínio do capitalismo” a indicação dos militantes porto-alegrenses é olhar para “soluções baseadas nas condições locais” como foi Palmares. Dessa forma, é possível constatar que a visão da *Tição* sobre o 20 de novembro seguiu uma linha muito similar à apresentada pelo Grupo Palmares. Percebe-se que posteriormente viria a embasar estudos de outros intelectuais negros, como Lélia Gonzalez que afirma, que “na verdade, Palmares foi o autêntico berço da nacionalidade

brasileira, ao se constituir como efetiva democracia racial e Zumbi, o símbolo vivo de luta contra todas as formas de exploração” (GONZALEZ, 1982, p. 53); ou no estudo de Clóvis Moura dedicado a ver nos quilombos mais do que um território de fuga de escravizados, considerando-o um espaço em que uma verdadeira democracia plural foi possível. Para o autor “o quilombo era refúgio de muitos elementos marginalizados pela sociedade escravista, independentemente da sua cor. Era o exemplo da democracia racial de que tanto se fala, mas nunca existiu no Brasil, fora das unidades quilombolas (MOURA, 1993, P.37)

Palmares: a guerra dos escravos

Morto a traição, o rei de Palmares, Zumbi, é um dos mais significativos heróis brasileiros: lutou pela liberdade dos escravos e o dia da sua morte, 20 de novembro, atualmente é festejado em todo o país, como a data máxima do negro e também por aqueles que acreditam que Liberdade se conquista, não se ganha

Matéria sobre o Quilombo de Palmares e Zumbi (Revista Tição, 1978, nº1)

Outras temáticas também construía a revista/jornal. As especificidades que atingem as mulheres negras também foram assuntos da Tição. Tanto na primeira edição da revista como no jornal, matérias complexificavam as desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras na sociedade brasileira. As duas matérias existentes, uma em 1978 e outra em 1980, possuem similaridades e se orientam a debater as mulheres negras no mercado de trabalho. Ângela Davis (2014) nos lembra que para as mulheres negras a liberdade do processo de escravidão significou, na maioria dos casos, continuar a realizar serviços domésticos e servir em trabalhos considerados subalternos, com a diferença de que agora para não apenas uma família branca, mas para várias. Os títulos “*A mulher negra cansou de ser doméstica*” e “*Negra: no palco, na cama e na cozinha*” mostram que a mulher negra ainda, assim como o homem negro, lutava para romper com representações que lhe foram forjadas pelo racismo e no período de escravidão. Olhar as opressões que atingem corpos negros levando em conta suas complexidades subjetivas foi o que motivou o movimento de mulheres negras que, segundo Santos (2009), os estudos apontam para a década de 1970. Para Santos, esse movimento social também citado por Lélia Gonzalez (1982), possibilitou que as mulheres a partir daquele momento pudessem se organizar politicamente e trouxessem como legado para o presente “a

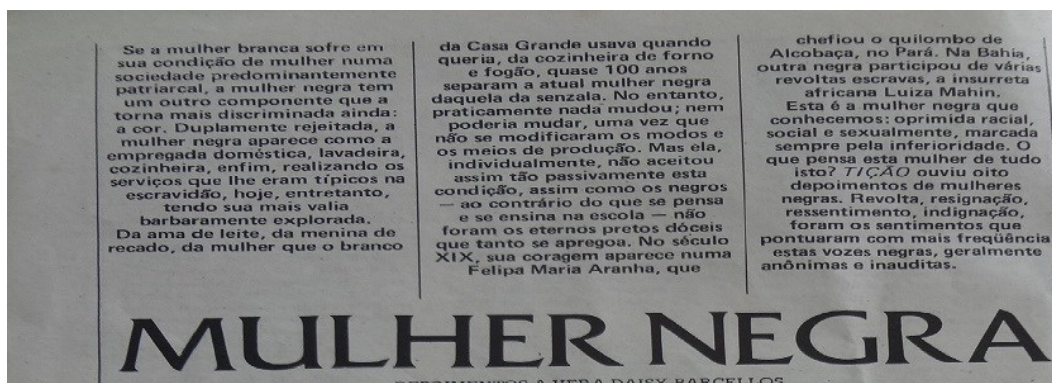
formação das organizações de mulheres negras contemporâneas...” (SANTOS, 2009, p.276)

A discussão sobre o espaço de trabalho avança também para identidade enquanto corpo negro na sociedade. As questões identitárias, que já foi demonstrada ser uma preocupação do grupo, aparecem novamente desta vez dando foco ao cabelo crespo. A problematização dos cabelos, à primeira vista, pode ser considerado um debate sobre aparências, contudo quando se vive em um contexto de racismo estrutural, as violências que atingem minorias sociais atingem diversos espaços, inclusive o mercado de trabalho. A discussão apresentada pela Tição fala sobre negros e negras, mas durante o texto percebe-se um direcionamento principalmente às mulheres negras. Isto não invalida a violência e racismo que também sofre o homem negro por suas questões de estética, contudo sempre se faz necessário olharmos como se estruturam as opressões frente aos grupos sociais. É sabido que sobre o corpo feminino se exerceu historicamente uma relação de controle social, contudo esses discursos sobre o feminino também possuem em si os recortes de raça e de classe. A citação de Joyce Silva, fruto de sua dissertação ““Nós Também Somos Belas” A Construção Social do Corpo e da Beleza em Mulheres Negras”, defendida em 2015, é extensa, porém necessária para uma compreensão convincente:

Como a 105 maioria dos periódicos femininos esteve voltada para a classe média e alta, supomos que a intenção em reafirmar a autoridade masculina sobre o corpo feminino seria também como um distintivo de classe. Afinal, mulheres pobres já ocupavam o espaço urbano, trabalhando nas ruas, em prostíbulos e cortiços, à margem e diferentes da realidade do ambiente doméstico e de submissão. Assim, a propriedade sobre o corpo pode ser encarada como "excentricidade de pessoas de uma elite mundana", onde, no excêntrico, mulheres pobres, negras e mestiças construíam sua corporeidade dentre as condutas que asseguravam a sua sobrevivência. A diferenciação entre as mulheres da elite urbana e mulheres pobres era relevante. As primeiras já recebiam educação formal, possuíam meios para lutar por seus direitos civis e autoestima positiva por serem contempladas como modelo estético nacional. Eram tolas pelos homens e por esta razão suas lutas visavam a conquista pelo espaço público seja com seus passeios, suas reuniões, periódicos, associações assistenciais ou federações. As mulheres pobres, negras ou mestiças se encontravam alijadas do mercado de trabalho formal enquanto as brancas trabalhavam nas fábricas, porém em condições diferenciadas dos homens, como a menor remuneração. O espaço público já era conhecido pelas mulheres pobres. Estas eram obrigadas a circular e sobreviver neste espaço, pois tiravam dele o seu sustento. (SILVA, 2015, p.114/115)

Os discursos sobre identidade negra perpassam por diversos campos culturais, sociais e políticos, e percebemos que através de uma multiplicidade de assuntos é possível construir a formação da identidade positivada da população negra. Com os títulos “O teu cabelo não nega” e “Higiene ou branqueamento?”, as matérias enfocam no processo de alisamento capilar. O cabelo crespo é um dos fortes marcadores na construção do corpo

negro, pois como afirma Nilma Gomes “no processo de construção da identidade, o corpo pode ser considerado como um suporte da identidade negra e o cabelo crespo como um forte ícone identitário.” (GOMES, 2003, p.171).



Reportagem “Mulher Negra – Depoimentos a Vera Daisy”. (Revista Tição, 1978, nº1)



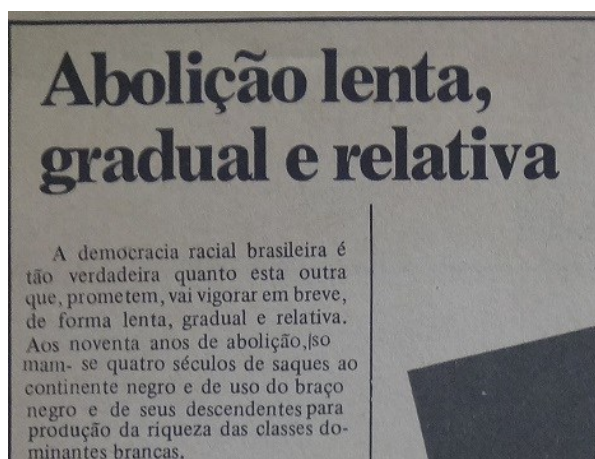
Reportagens “O teu cabelo não nega” e “Higiene ou branqueamento?” (Revista Tição, 1978, nº1)

As relações que compunham o seu associativismo também estavam presentes nas publicações e demonstravam a preocupação com os clubes negros de Porto Alegre, como demonstram as matérias dedicadas ao clube Floresta Aurora e ao Marcílio Dias. A expansão de organizações negras que surgiam aos arredores de Porto Alegre e a resistência de existir pela cultura negra da escola de samba Quilombo, no Rio de Janeiro, eram noticiadas pela revista/jornal. Logo, a Tição procurava trazer matérias que conversassem com a comunidade e que informassem por meio de seus textos os leitores sobre sua histórica condição de invisibilidade e violências contra a população negra.

Tição, apesar de suas poucas publicações e de existência não deixou de transmitir a discussão que se organizava entre jovens universitários negros em Porto Alegre. Suas páginas se posicionaram contra o racismo e apresentaram as demandas que eram compostas por diversas organizações negras no Brasil, e a partir de 1978 pelo MNU. Em

sua matéria de capa de 1979, a preocupação com os rumos que se desenhavam para a aprovação da Lei de Anistia, demonstra que a revista não estava desconectada dos acontecimentos que se faziam presentes naquele momento. Aponta, na verdade, a crítica que estes militantes possuíam aos processos políticos brasileiros que tem por cultura política se configurarem de “cima para baixo”. A matéria exposta demonstra está contundente crítica tanto ao processo de Lei da Anistia, que ocorria em 1979, quanto ao processo de Abolição, que deixou profundas marcas na população negra brasileira. A matéria intitulada “Abolição lenta, gradual e relativa” traz em seu enunciado a seguinte problematização:

A democracia racial brasileira é tão verdadeira quanto esta outra que, promete, vai vigorar em breve, de forma lenta, gradual e relativa. Aos noventa anos de abolição, somam-se quatro séculos de saques ao continente negro e de uso do braço negro e de seus descendentes para a produção da riqueza das classes dominantes brancas.



Matéria “Abolição lenta, gradual e relativa”. (Revista Tição, 1979, n°1) [grifos da autora]

Se a ideia inicial apresentada por Oliveira Silveira era utilizar o nome “tição”, pois a chama desse objeto não se apagou, estava correto. Pois, apesar do tempo transcorrido e das adversidades para que este material circulasse, seu discurso ainda é atual e pertinente para que se conheça os militantes que se opuseram ao estado autoritário, no período de ditadura brasileira, e para que se lembre que “os nossos passos vêm de longe”.

Este capítulo demonstra como o discurso produzido pela Tição, na cidade de Porto Alegre, não se encontra deslocado dos protestos produzidos no restante do Brasil. Sua especificidade mais saliente se apresenta na luta por visibilizar os sujeitos negros que constituíram o Rio Grande do Sul. Processo discriminatório que ocorre em todo o Brasil, mas como demonstrado nos estados sulinos se encontram profundamente enraizados. Construindo debates específicos e contribuindo com os debates nacionais, como foi com

a proposta do 20 de Novembro, a *Tição* deixou sua marca na imprensa negra no Brasil, e se constitui como um material extremamente importante para compreender a imprensa alternativa dos Novos Movimentos Sociais inseridos no contexto de ditadura civil-militar. Fortalecido pelos contextos apresentados, as diversas agências negras se organizavam em todo o país e se articulavam em redes de sociabilidade e saberes entre si, possibilitando inclusive a criação do MNU, uma grande frente negra nacional, que marcou o ano de 1978 e o avanço da luta negra no Brasil.

O terceiro capítulo, após a análise do material, objetiva conhecer quais os modos de repressão que o Movimento Negro, e consequentemente a *Tição*, sofreram. Através da busca pelos arquivos disponibilizados de forma online pelo Arquivo Nacional, pelo sistema SIAN, procuraremos investigar quais as considerações produzidas pelos órgãos repressivos frente ao protesto negro. As cartas de leitores na época e os depoimentos dos militantes, produzidos anos depois da existência da *Tição*, nos instrumentaliza para observar qual a recepção da revista dentro da população – mesmo que seja uma pequena porcentagem – e como foi a recepção do discurso dentro de outros espaços; os depoimentos nos possibilitam utilizar os conceitos de “memória coletiva” e “memórias subterrâneas” procurando analisar a herança deixada pela publicação e as lembranças produzidas.

3. A revista/Jornal *Tição*: o monitoramento do Estado e sua atuação organizada de resistência à ditadura e luta antirracista.

Este capítulo se constitui na visão sobre a revista/jornal *Tição*, mas dessa vez não pela análise de conteúdo e histórica de seu material. A visão que será apresentada é a representação que foi construída pelo sistema repressivo e pelos leitores que tiveram contato com a revista, e a partir dessa leitura escrevem cartas aos editores procurando construir um diálogo escrito.

Primeiramente, na tentativa de compreender como era o aparato repressivo que promovia o monitoramento dos diversos movimentos sociais e cidadãos é apresentada a construção do SNI, do SISNI e a utilização que o Estado fez do TDE na tentativa de construir uma eterna representação de um “inimigo interno”, promovendo, dessa forma, a justificativa para sua longa permanência, sua violenta repressão e alimentando uma cultura do medo que desmobilizava diversas esferas sociais na sociedade civil. Após apresentado os órgãos de repressão, é informado como foi realizado o monitoramento sobre o Movimento Negro de forma geral; através de uma documentação produzida pelo SNI é possível conhecer a concepção criada pela ditadura sobre as mobilizações políticas de negros e negras a partir dos anos 70. Posteriormente, especificamos a análise da repressão sobre o objeto principal deste trabalho: a revista/jornal *Tição*. Finalmente fazendo uso de documentos oficiais, produzidos pelas agências de informação e contrainformação conheceremos a percepção que os militares tiveram e disseminaram sobre o conteúdo apresentado na *Tição*, bem como sobre sua circulação e produção.

A correspondência dos leitores foram publicadas na sessão “Cartas”, na segunda edição da revista, em 1979, conheceremos os assuntos que foram trazidos por aqueles, os apontamentos, as críticas e os elogios que foram feitos sobre a revista. Mais que saber sobre o que falavam e debatiam os leitores, essa exposição de cartas publicadas procura conhecer a potencialidade do discurso promovido pela revista. A quem de fato alcançava? Qual era a mentalidade desses leitores que tiveram contato com o conteúdo apresentado pela revista? Até que ponto o protesto trazido pelas páginas da *Tição* estava alinhado aos debates que ocorriam fora do seu espaço de criação? Estes são alguns questionamentos norteadores para a investigação que se utilizará das cartas na tentativa de respondê-las.

Algumas cartas que não foram publicadas pela revista, mas que compõem o acervo de cartas de Vera Daisy, serão expostas para percebemos a diversidade de movimentos negros que se organizavam no Brasil, e promoviam entre si, trocas intelectuais, de matérias de comunicação, assim como a circulação de informes e convites

para a participação de eventos promovidos na tentativa de ampliar o debate sobre a questão da população negra no Brasil.

Por último, a visão daqueles que estiveram presentes na produção da Tição. As lembranças resgatadas serão as fontes que consultaremos na tentativa de revisitar a publicação pelos seus olhos. Mais importante que relembrar com exatidão o momento passado (ação impossível de ser realizada), perceberemos como a Tição se torna referência para o presente. Quem a criou quarenta anos – vinte ou trinta anos atrás – neste momento do presente trabalho terá a oportunidade de observá-la com olhos do presente e com as expectativas do futuro.

3.1 A ditadura de SN e seu aparato de informação

A onda de golpes políticos e autoritários que se disseminaram na América Latina, entre os anos de 1960 e de 1980, pertencia a um contexto internacional marcado pela Guerra Fria, pela Revolução Cubana e pelo avanço do anticomunismo no continente americano, liderado pelos Estados Unidos. Após a Revolução Cubana, em 1959, os EUA voltaram seus olhos à América Latina, pois o ato revolucionário ocorrido na ilha demonstrava que o comunismo - ideologia que naquele momento era representado pela URSS e por isso, se configurava como o maior inimigo a ser combatido - já havia atingido também o continente americano. Consequentemente, os EUA deram apoio e respaldo a golpes políticos conservadores e autoritários que pudessem impedir o crescimento da ebulição social existente em diversos países latino-americanos.

No Brasil, os primeiros anos da década de 1960 foram marcados por eventos decisivos para que o medo do comunismo ganhasse força, não somente dentro das Forças Armadas, como também dentro de alguns setores civis. Segundo apresentado pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta em seu trabalho, *Em Guarda o Perigo Vermelho* (2002, p.233), alguns acontecimentos auxiliam na compreensão do medo ao comunismo que existia em território nacional, entre eles são citados: o crescimento de organizações de esquerda e de trabalhadores assalariados, a eleição do governo de Jânio Quadros e sua rápida passagem pela presidência, fato que culminaria com João Goulart assumindo, a partir de sua condição de vice, o posto presidencial. Os pormenores desses acontecimentos não serão explorados neste trabalho devido seu marco temporal, mas são citados à devido a importância que tiveram para compreendermos o golpe de 1964 e as diretrizes norteadoras utilizadas pela repressão que com poucas variáveis, persistem até o final do período ditatorial, em 1985. Como já apresentado anteriormente, diversos

interesses permeavam os protagonistas deste golpe e o temor ao comunismo foi, como destacado por Motta, o ‘cimento’ da mobilização contra Jango e o elemento que propiciou a unificação de setores heterogêneos numa frente favorável à derrubada do Presidente. (MOTTA, 2002, p.276)

Contudo, o historiador também chama a atenção para a cultura política existente no Brasil antes da década de 1960. Para o autor, as elites brasileiras - antes mesmo de se consolidarem as políticas internacionais de Guerra Fria e o combate geopolítico ao comunismo na América - já demonstrava uma ‘forte tradição anticomunista desde 1930, configurada na existência de grupos constantemente mobilizados contra o ‘perigo vermelho’’. (MOTTA, 2002, p.232). Portanto, assim como o golpe que culminou em uma ditadura que duraria 21 anos não foi uma articulação política realizada somente pelas Forças Armadas, o contexto anticomunista que propiciou ações autoritárias e conservadoras não foram somente pela influência estadunidense e pela Guerra Fria. Esses fatos apresentaram-se como fatores agregadores para a, já existente tradição anticomunista no país. Portanto, Motta (2002) conclui e argumenta que

os líderes do golpe de 1964 não estavam usando o anticomunismo como fachada para justificar suas ações. O temor expressado por eles durante a crise era efetivo. Tal interpretação não implica desconsiderar a existência de manipulações. As representações anticomunistas mantiveram a tradição de divulgar uma imagem deformada dos revolucionários, apresentados como seres violentos e imorais, em uma palavra, malignos. (MOTTA, p.339)

Implantando a DSN como estrutura basilar e a partir dela desenvolvendo uma diretriz governamental, a ditadura brasileira definiu seus Objetivos Nacionais. Comblin os define e classifica a partir de três pontos de vista: a herança dos valores morais e espirituais da civilização ocidental, o caráter nacional e os atributos da soberania em seu sentido clássico. (COMBLIN, p.53). Chama atenção que o autor, ao definir o caráter nacional em regimes assentados sob a DSN, utiliza-se da DSN brasileira como exemplo. Definições nacionais generalizadoras, que retiram a combatividade popular são definidas como o caráter nacional a ser preservado. Nos manuais doutrinários são apresentadas palavras como: “Individualismo, adaptabilidade, improvisação, *vocação pacífica, cordialidade*, emotividade.” (COLLINS apud COMBLIN, p.53) (grifos da autora)

Os objetivos apontados pelos militares e a forma que os mesmos utilizaram para alcançá-los apenas reforçam a análise de Lélia Gonzalez, ao falar sobre a “pacificação” de 1964:

os militares determinaram que seria necessário impor a ‘*pacificação*’ da sociedade civil. E a gente sabe o que significa esse termo, *pacificação*, sobretudo na história de povos como o nosso: o silenciamento, a ferro e fogo, dos setores populares e de sua representação política. Ou seja, quando se lê ‘*pacificação*’, entenda-se *repressão*. (GONZALEZ, 1982, p.11)

Uma das formas mais bem sucedidas de “*pacificação*”, no Brasil, foi o controle social realizado através de serviços de informação que produziam inúmeros documentos e dossiês sobre cidadãos e diversas atividades da sociedade.

3.2 O sistema de informação

O sistema de informação, remodelado e modernizado por Golbery Couto e Silva, possuía grande organização e funcionalidade. Comblin (1978) aponta que “na América Latina, principalmente dois aspectos da guerra contra revolucionária foram postos em destaque: o aspecto de guerra psicológica e o papel dos serviços de informação.” O Brasil não fugiu à regra, dentro do seu sistema de informação e contra informação se destacou o Sistema Nacional de Informação (SNI). Sua confirmação se deu dentro da ditadura civil- militar, em 13 de junho de 1964, e transcendeu a existência de seu regime criador sendo extinto apenas nos anos 90, com o governo de Fernando Collor de Mello.

Após a Segunda Guerra Mundial e, principalmente, com o surgimento da Guerra Fria, os órgãos de inteligência se tornaram estruturas presentes em todo o mundo. O intuito desses órgãos era possuir o controle sobre as populações e sobre as atividades percebidas como subversão ideológica contra a pátria. A expressividade que adquiriu a disputa ideológica da Guerra Fria, no interior de cada país, que era encabeçada pelos EUA e pela URSS, e a influência deste contexto na formalização de atividades de informação está no cerne do depoimento do general Rubens Denys, um dos responsáveis pela ativação do Serviço Federal de Informação e Contra Informação (Sfci):

A criação de uma agência de informações no Brasil fazia parte de uma estratégia de fortalecimento das estruturas dos estados integrantes das OEA (Organização dos Estados Americanos) que era de extremo interesse para o governo americano. Este, além de prestigiar sua criação, teria dado todo o apoio e assistência necessários à construção da agência no Brasil. (DENYS, 1998 apud ANTUNES, 2001, p.46)

Esta foi a perspectiva apresentada para a criação do Sfci, que durou de 1958 até os primeiros dias do golpe, sendo substituído então pelo SNI. Tal mudança executada no órgão de informação se justificou pelo fato do Sfci ser considerado por alguns

militares, como uma agência ineficiente em diversos aspectos. Entre as ineficácias eram apontadas as dificuldades para armazenar e analisar informações de forma segura, além de sua estrutura não corresponder à nova base ideológica de DSN. (ANTUNES, 2001; FICO, 2001).

Logo, a partir de 1964 “o SNI incorporou todo o acervo do Sfici” e passou a atuar como a agência primordial de inteligência no Brasil, possuindo como princípio básico a função de superintendência, organização e centralização sobre as informações e contrainformações, tanto em âmbito nacional como em âmbito internacional. O processo de investigação e de coleta de informações sobre a população civil no Brasil não foi uma novidade introduzida pelo governo militar. Contudo, foi na existência deste governo que estes procedimentos alcançaram os mais altos métodos de obtenção de informação e de organização estrutural tornando, portanto, o SNI, principalmente a partir de 1968, “um órgão super prestigiado, o cabeça da grande rede em que se transformaram os serviços de informações no período militar... (ANTUNES, 2001, p.58). Inicialmente se apresentava com o “objetivo principal coletar e produzir informações, organizá-las na Agência Central, para assim torná-las disponíveis à Presidência da República e à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.” (ANTUNES, 2001, p. 57) Porém, o SNI atingiu grandes margens de autonomia e de abrangência, como por exemplo, na criação de agências regionais que estavam subordinadas diretamente à Agência e, a partir do processo de radicalização do regime, no ano de 1968, foram realizadas modificações neste sistema de informação.

Os movimentos e as atividades de resistências e as sublevação se apresentavam na dialética do cenário repressivo brasileiro. Com a atuação de grupos de luta armada, a ditadura endureceu ainda mais sua repressão e seu controle sobre a sociedade civil, assim, a partir de 1970 foi instituído o Sistema Nacional de Informação (SISNI). O SNI continuou sendo a estrutura central de informação, mas a partir do SISNI passou a contar “16 (dezesseis) órgãos especializados, estruturados em forma de malha que ia da centralização em nível federal até as atividades de coleta e busca nos setores mais específicos em nível local, espalhados pelo país.”⁴⁷ Esta complexidade organizacional se implantava juntamente com a consolidação da ideia de “guerra interna” e de “inimigo interno”, que ganhava cada vez mais força. Nessa perspectiva, o SNI, diante de tais desafios e com as informações coletadas passou a interagir, cada vez mais conjuntamente,

⁴⁷ Disponível em: <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/sni.htm>

com a polícia política, com a justificativa de combater os supostos subversivos e “inimigos internos”. Para maior integração e reforço deste sistema foram utilizados também órgãos militares de informação. O CIE e o CISA foram criados a partir do governo dos ditadores, respectivamente em 1967 e em 1970. O Cenimar já existia desde 1957, contudo teve sua funcionalidade renovada para atender à DSN em 1971. Estas três estruturas pertencentes respectivamente ao Exército, à Aeronáutica e à Marinha, possuíam “a tarefa de combater os grupos de esquerda e de zelar pela segurança nacional” (ANTUNES, 2001, p.66) e também faziam parte do SISNI. Essa sigla passou a conhecido como “complexo de informação” (FICO, 2001).

O SISNI não era, obviamente, uma estrutura simplesmente voltada para o recolhimento de informações capazes de subsidiar a tomada de decisões das autoridades brasileiras. Era, antes de tudo, um sistema de espionagem e inculpação que partia do pressuposto de que ninguém estava totalmente imune ao comunismo, à subversão ou à corrupção. (FICO, 2001, p.100)

Porém, o SISNI e os serviços de informações pertencentes aos militares - CIE, CISA e Cenimar -, não construíram sua existência apenas como coletores de informações. Apresentavam, na verdade, um caráter ambíguo pois simultaneamente realizavam ações de inteligência e de repressor (operacional). Como é advertido pelo historiador Carlos Fico,

No regime militar brasileiro, entretanto, esses órgãos não se limitaram ao recolhimento de informações estratégicas, mas integraram o sistema repressivo da Ditadura Militar, fornecendo dados desvirtuados sobre os brasileiros, julgando subjetivamente cidadãos sem direito de defesa, participando de operações que culminaram em prisões arbitrárias, tortura e assassinato político. (FICO, 2001, p.105)

A vigilância empreendida pelos órgãos de repressão se dava a qualquer segmento da sociedade. Um cidadão, uma atitude ou uma postura dúbia poderiam ser vistos como elementos “subversivos” ou suspeitos de subversão e, a partir de então, seria considerado um risco para a segurança nacional do país. Seguindo preceitos indicados na DSN - que segundo Alves (1984) se apresentava enquanto um “abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais” – a segurança interna era um dos Objetivos Nacionais primordiais para a ditadura brasileira. Ou seja,

os responsáveis por este aparato orientavam-se pela teoria de Segurança Interna, com sua ênfase no ‘inimigo interno’. Este encontrava-se potencialmente em toda parte, em todas as classes e em todos os setores da sociedade política e civil. O fato de pertencer a um grupo importante da elite já não constituía proteção. (ALVES, 1984, p. 221)

A repressão já não possuía classe ou cor, como historicamente estava marcada a sociedade brasileira. O “inimigo”, para os militares, podia surgir a qualquer momento e em qualquer cidadão. Esta mentalidade se estenderia para além dos chamados “anos de chumbo”.

O processo de liberalização política proposta pelo governo do ditador Geisel, em 1974, como já demonstrado anteriormente, possibilitou que novas práticas de resistência pudessem aparecer no campo político e social. Esse processo de mobilizações contrárias à ditadura, com a existência de novas organizações sociais e conjuntamente com fortalecimento político do MDB, que deveria cada vez mais combater a estrutura repressiva e seus mecanismos de atuação afim de desmantelá-la, não transcorreu de forma pacífica. O período é marcado por diversos momentos com ações repressivas oriundas do Estado. Apesar do discurso do regime anunciar a existência de um novo quadro político para o Brasil, as estruturas de repressão do regime não retrocederam. Para Alves (1984) o governo de Geisel demonstra suas ambiguidades neste processo dialético de abertura e de repressão:

O período do governo Geisel caracterizou-se pela contradição entre a política oficial de liberalização e a realidade da remanescente repressão política. Por um lado, a política oficial de distensão deu aos setores de oposição mais espaço para se organizar e maior possibilidade de êxito. Por outro, as pressões coordenadas por melhoria das condições de vida, fim da censura à imprensa e revogação da legislação repressiva intensificaram os temores dos setores mais estreitamente identificados com a Doutrina de Segurança Interna. A medida que se fortalecia o movimento de defesa dos direitos humanos, aumentavam no Estado de Segurança Nacional as pressões e contradições internas com respeito às políticas de repressão. (ALVES, 1984, p.221)

Outro ponto que demonstra o caráter conservador da anunciada abertura política é que após 1974, o ano da declaração do ditador Geisel, não houve revogações dos principais dispositivos da Lei de SN, da lei da imprensa, da constituição de 1969 ou de decretos-leis secretos (ALVES, 1984, p.159). A partir da vitória política do MDB na eleição de 1974, o governo implementou diversas medidas políticas que freassem o avanço dos setores democráticos. Projetos como a Lei Falcão e a criação dos senadores biônicos são demonstrações de que o governo procurava controlar e limitar o processo de abertura política no país (ALVES, 1984). Portanto, é necessário perceber que este projeto de distensão política não visava o fim imediato da ditadura e nem que a, partir dele, se alterariam as estruturas conservadoras do país.

Contrariando a retórica oportunista do governo Geisel, “a liberalização deu concessão porém as bases do Aparato Repressivo e a sua sustentação legal permaneceram

intactas” (ALVES, p. 159). Ou seja, foi promovido uma “abertura” política para a população, mas, sem efetivamente alterar ou extinguir as bases estruturais de repressão do Estado. Tal estrutura continuou sendo utilizada contra a sociedade civil após 1974. Os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do líder sindical Manoel Fiel Filho, em 1975 e 1976, respectivamente, nas dependências do CODI-DOI de São Paulo constituíram avisos à sociedade de que a repressão ainda persistia. Diversas ações foram realizadas, visando o retrocesso do processo de abertura política. Entre os casos mais destacados estão o atentado do Riocentro e as explosões das bombas nos prédios da ABI e da OAB, no Rio de Janeiro, e os atentados a bancas de jornais em diversas cidades do Brasil. Segundo por Antunes (2001), o caso do Riocentro foi de responsabilidade “dos agentes do DOI, do CIE e do SNI” (p. 95). Ainda conforme a autora “o CIE e o SNI foram uns dos principais responsáveis pelo terrorismo de direita ocorrido no país a partir do projeto de distensão. A participação dos outros serviços de informações das Forças Armadas em relação à abertura, ao que tudo indica, foi bem mais ponderada.” (ANTUNES, 2001, p.96)

Estes ataques ocorreram na tentativa de retroalimentar a ideia de que a suposta ameaça subversiva não havia se extinguido e por isso, a segurança nacional ainda estava ameaçada. Como reforça Antunes (2001), alguns setores de militares, não querendo abrir mão do poder criavam justificativas para sua permanência no governo estatal:

Eram necessários sérios motivos que justificassem a permanência dos militares no poder, uma vez que o processo de abertura já durava mais de cinco anos e não havia mais formas de dar algum tipo de legitimidade ao regime. Foi quando estes radicais voltaram a planejar atentados, desta vez com o fim de incriminar a esquerda por atos subversivos e deter o processo de abertura. (ANTUNES, p. 87)

O mecanismo de tornar qualquer cidadão um potencial inimigo interno era utilizado para a ampliação dos chamados “círculos de terror” e para a manutenção do alerta constante no regime. (PADRÓS, 2005, p.99/100) Portanto, a persistência da ameaça de um hipotético o “inimigo interno” era fundamental para poder justificar à sociedade a necessidade da continuidade da ditadura. Quer dizer, tornava essencial reforçar a representação do elemento subversivo, assim, com sua presença no imaginário cotidiano “legitima-se a manutenção do Estado de exceção, a repressão massiva e a impossibilidade de respeitar *stricto-senso* os direitos humanos.” (PADRÓS, 2005, p.101).

Nos primeiros anos do golpe os “inimigos internos” alvos da repressão tinham o perfil de partidários do PCB e PTB, de militantes do movimento estudantil e das ligas camponesas bem como os militares democráticos e os integrantes do governo Jango. A

partir do AI-5 foram visados, também, os grupos de luta armada. Deter o avanço comunista nunca foi abandonado como objetivo principal, segundo o discurso da ditadura e foi uma temática presente nos documentos produzidos pela chamada “comunidade de informação”, apontando-o sempre, como um perigo iminente infiltrado na sociedade, esperando a oportunidade de atacar a segurança e a unidade nacional. Como já apresentado anteriormente, nos primeiros anos da década de 70 a luta armada já estava dizimada. Porém, o foco no “inimigo interno” foi redirecionado atingindo outros espaços sociais. Por possuir contornos indefinidos, sua existência era constantemente atualizada e, portanto, outros ‘grupos de risco’ foram escolhidos e destinados a ocupar aquele espaço e perfil, e a desempenhar aquele o papel.” Compreendendo que o Terror de Estado esteve implantado no Brasil conjuntamente com a ideologia da SN, conclui-se que a criação deste suposto inimigo informado pela comunidade de informação se constituía enquanto uma prática de governo pois “a insistência do regime em difundir que continua tendo inimigos (reais ou imaginários) a enfrentar e que a sociedade permanece ameaçada, mesmo quando não há fundamento, cumpre funções políticas, propagandísticas e psicológicas. (PADRÓS, 2005, p.100)

A comunidade de informação, encabeçada pelo SNI, possuía grande importância dentro do quadro governamental da ditadura civil-militar. Sua percepção da realidade estava manifesta nos documentos produzidos e nos discursos de autoridades do regime, além de legitimar as ações repressivas de forma a justificar a existência e permanência da ditadura. Por isso, para o SNI e para a ditadura “mais importante do que a informação em si, era a produção da suspeita.” (NAPOLITANO, 2004, p. 104). Portanto, compreendemos que a existência do “inimigo interno” era muito mais concreta no plano da representação e nos mecanismos políticos do que na realidade objetiva. Assim “na lógica do TDE, significava dizer que, se ele inexistia, deve ser criado; e se ele for muito débil, deve ser superdimensionado.” (PADRÓS, p.100). Torna-se cada vez mais compreensível que com a eliminação dos focos da resistência armada e com o surgimento de diversos movimentos de pressão social e de resistência pacífica, estes se tornassem, sob os olhos dos militares, os novos “subversivos”, ou seja, aqueles que colocavam em risco a segurança da nação.

A partir de uma documentação produzida pela Agência Central (AC/SNI), em 30 de julho de 1979, composto por 127 páginas, carimbado como confidencial e possuindo como assunto “*A atuação das organizações subversivas no país*”, é possível perceber como as novas organizações sociais estavam sendo avaliadas pela repressão. Os espaços

sociais eram vistos como lugares de infiltração do comunismo após o fracasso da luta armada. O item “A” com o título “*A tática atual dos comunistas*” salienta que os espaços de reivindicação eram tomados pelos comunistas, tornando-os bases estratégicas de fortalecimento para futuras práticas contra o governo militar. Como consta na documentação:

Atualmente, os comunistas procuram penetrar profundamente, em todos os segmentos da sociedade, desenvolver intenso trabalho de base, tomando como ponto de partida as lutas reivindicatórias, e esperar que amadureçam as condições para estágios mais avançados que determinarão o momento propício para o desencadeamento de uma nova tática que em alguns casos, poderá ser a própria luta armada. (br_dfanbsb_v8_mic_gnc_kkk_81001308_d0001de0002. Fundo Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional)

Portanto, segundo as forças armadas, a subversão e o perigo iminente do comunismo nunca tinham um término, pois se renovavam constantemente. Como já exposto anteriormente, o Movimento Negro estava inserido no novo contexto político de novos movimentos de base e movimentos reivindicatórios e, por isso, também estava sendo notado pelo aparato repressivo, principalmente pela espionagem e pela infiltração de agentes militares ou civis ligados aos órgãos de informação.

3.3 Movimento Negro e a vigilância do SNI

O Movimento Negro, que estava inserido no contexto dos Novos Movimentos Sociais, também foi atingido pelos órgãos de informação e contrainformação. Ainda hoje, pouco se conhece sobre a forma como o movimento negro foi atingido pela repressão no período de ditadura civil-militar. Atualmente, alguns trabalhos investigam como se comportava a repressão frente a esta organização⁴⁸. Contudo, o governo não era alheio à principal questão trazida por este movimento: a raça. Já existindo, desde 1951, a Lei Afonso Arinos⁴⁹. Na ditadura brasileira a questão racial foi enquadrada como uma temática de assuntos que colocavam a segurança nacional em risco. Efetivamente a lei de Segurança Nacional, decreto-lei n 314, de 13 de março de 1967, no artigo número 33 diz que “incitar publicamente: nº VI- *ao ódio ou a discriminação racial-detenção*, de 1 a 3 anos de pena” (grifos da autora); este crime foi posteriormente renovado no decreto-lei n

⁴⁸ O principal trabalho sobre esta temática é o trabalho de tese de Karin Kossling, que investiga através da documentação do DEOPS/SP a vigilância e os discursos da repressão sobre o Movimento Negro. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01112007-142119/publico/TESE_KARIN_SANTANNA_KOSSLING.pdf

⁴⁹ Considerada primeira lei destinada à discriminação racial, a *Lei de número 1.390*, aprovada em 3 de julho de 1951, acabou por se popularizar pelo nome de seu autor, o deputado federal pela UDN, Afonso Arinos de Melo Franco.

898 (de 29 de setembro de 1969) no artigo 39, continuando presente no decreto-lei n 6.620 (17 de dezembro de 1978). O destaque a esses três decretos-leis demonstra que desde 1967 até quando o processo de liberalização já havia sido anunciado, a questão racial foi tratada, pela ditadura, como um problema de segurança interna, sujeito a punições. Também esteve presente na Lei de Imprensa (lei n 5250, de 9 de fevereiro de 1967) que em seu artigo primeiro que diz:

Art. 1º É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer.

§ 1º Não será tolerada a propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social ou de *preconceitos de raça* ou classe.

Importante ressalva tem que ser feita para o que a ditadura compreende como “preconceito de raça” e “ódio ou discriminação racial”. Debates que questionavam a democracia racial e a condição de desigualdade social da população negra eram vistos como tentativas de se “criar um problema para o país”. Abdias Nascimento, Clóvis Moura e Lélia Gonzalez, entre outros militantes negros, eram vigiados pelo SNI, pois suas militâncias enfocadas para a questão racial, sobre a população negra e sobre conscientização da negritude eram consideradas como ações subversivas. Os diversos movimentos negros regionais e o MNU foram objeto de vigilância e tema de documentos e dossiês. Produzida pelo CIE de Recife, no Pernambuco, constando a data de 24 de outubro de 1979, com carimbo que o classifica como confidencial, uma documentação que trata sobre a movimentação do MNU, principalmente na Bahia. É perceptível pelo detalhamento da informação sobre como ocorreram as reuniões, o que foi discutido e quem estava presente, que ocorreu eficiente prática de infiltração nesses espaços. Algumas passagens que compõem esse documento serão transcritas na tentativa de compreendermos como era visto o MNU pelos órgãos de informação. O surgimento do Movimento Negro Unificado não deixou de ser notado e notificado entre as agências de informação. Como breve explicação sobre o movimento o documento expõe:

A partir de 1978 apareceu um novo ponto de interesse da subversão no País, particularmente nos Estados do RJ e, com mais ênfase, na Bahia: a exploração do tema racismo, procurando demonstrar a sua existência e colocar o negro brasileiro como motivo de discriminação.

Sobre certas temáticas apresentadas em um evento na Bahia, entre 20 de setembro a 05 de outubro de 1978, os agentes as classificam como alinhadas a teoria marxista, porém também apontam na construção do discurso negro o debate que segue a lógica racial sem fazer ligação com a questão de classe:

- Toda a argumentação utiliza como premissa básica o chamado “mito da democracia racial no BRASIL”, cuja comprovação sequer é cogitada;
- a análise do “problema do negro” procura adaptar-se à crítica marxista da sociedade brasileira;
- nessa análise, notam-se duas tendências: uma, dominante, porém com argumentos pouco convincentes (pela dificuldade em justificar causas como unicamente sociológicas), que define o problema como apenas racial. A outra, minoritária, coloca-a no contexto da luta de classes, dando-lhe conotação econômica.

De fato, ambos os discursos coexistiam dentro dos movimentos negros e, por muitas vezes, foram motivos de rachas e afastamentos. O MNU, construído por muitos militantes da Convergência Socialista e por diversos outros grupos, se apresentava com um debate de luta racial mais alinhado à luta de classes. A documentação também aponta que “o método utilizado foi a infiltração em entidades dedicadas ao estudo da cultura negra, por meio de palestrar em reuniões e simpósios.” Assim como anteriormente foram acusados de infiltração os comunistas, também ativistas negros são vistos como infiltrados em espaços que deveriam ser “apenas culturais”. Marcos Napolitano (2004) em seu artigo *A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981)*, salienta que nos espaços culturais a vigilância era ainda maior, pois o medo de infiltração neste meio era um grande receio dos militares. O Movimento Negro utilizou os espaços culturais não apenas como espaços de divertimento, mas também para se conscientizar politicamente e fortalecer sua negritude. Contudo, não o fazia como uma forma de infiltração, mas porque os espaços culturais também eram vistos como espaços políticos. Os bailes chamados de Black Rio, no Rio de Janeiro, constituem um exemplo da importância de espaços culturais para a formação de mobilizações negras e de empoderamento racial. Assim, como outros movimentos surgidos em 1970, o Movimento Negro também buscava se utilizar dos limites legais para promover suas atividades. Karin Kossling (2007), em sua tese, aponta que as relações entre as autoridades policiais e as organizações negras eram complexas, pois estas, por muitas vezes, utilizavam de atividades culturais para promover debates politizados. Oliveira Silveira, em entrevista a Amílcar Pereira, pelo CPDOC, relembra quando ainda em atividade pelo grupo Palmares esta estratégia era utilizada procurando atuar dentro dos limites possíveis:

Mas a gente tinha muito cuidado em não entrar em choque com o regime. Então nós tínhamos essa preocupação. Procuramos inclusive sempre obter a liberação: fazíamos a programação e levávamos lá para o carimbo e tal. Nos respaldávamos.

A.P. – Vocês não falavam em racismo?

O.S. – Se falava sim.

A.P. – Pelo menos não nos documentos que eram apresentados. Porque com o AI-5, em 1968 não se podia falar nisso. O Brasil não era racista. Inclusive nos fóruns internacionais o Brasil era sempre apresentado pelo governo, pela ditadura, como um país de harmonia racial, a democracia racial. Falar em racismo era um problema.

O.S. – Assim de momento eu não lembro de textos nossos, mas que a questão do racismo estava presente, estava, sim. E nós tratávamos isso com uma certa habilidade, vamos dizer assim. Nós procurávamos não colocar nada assim que fosse muito provocativo, porque o que significasse uma repressão poderia atrapalhar todo o trabalho, que a gente entendia que era uma construção.

A.P. – Então essa preocupação existia, de tentar fazer um documento de acordo com o que vocês achavam que poderia ser liberado.

O.S. – É, exatamente. Mas nem tudo passava pela censura, não. Depende da atividade.

(SILVEIRA, Oliveira. Entrevista concedida a Amílcar Pereira em Porto Alegre, RS, para o Projeto História do Movimento Negro no Brasil)

O documento também traz informações sobre a 3ª Assembleia Nacional do MNU que ocorreu em Salvador, em 04 de novembro de 1978. Afirma-se que o sistema de segurança da reunião “foi rigoroso” e que “compareceram cerca de 100 pessoas” que representavam entidades filiadas de SP, RJ, MG, RS e ES. Apesar de destacar a preocupação com a segurança da reunião os agentes infiltrados conseguiram conhecer os assuntos abordados nessa Assembleia e os transmitiram a agência de informação pernambucana. Ao final do documento constam as impressões do CIE de Pernambuco sobre o MNU e sua proposta organizativa:

Durante a realização desta 3ª Assembléia do MNUCDR, ficaram patentes os seguintes aspectos:

- a incontestada liderança da entidade de SP, e, em plano pouco abaixo, a do RJ;
- a determinação dessa liderança em *engajar o movimento em uma ampla frente de contestação ao regime*;
- seu objetivo de *projetar*, no exterior, a imagem do “*mito da democracia racial brasileira*”. (grifos da autora)

Através do trabalho de Kosslig (2007) e sua detalhada busca sobre o movimento negro através da documentação produzida pelo DEOPS de São Paulo, por meio de entrevistas orais e de escritas biográficas, já nos seria possível afirmar a existência e constatação de uma repressão do Estado sobre as organizações negras. A exposição dessa documentação produzida pela Agência Central, e sabidamente difundida pela “comunidade de informação” em todo o Brasil, apenas reforça que o Movimento Negro como um todo, principalmente a organização nacional do MNU, assim como tantos outros movimentos sociais reivindicatórios, foram vítimas das estruturas repressivas da ditadura civil-militar, inclusive durante o governo dos ditadores Geisel e Figueiredo, propagandeados como os generais que “promoveram” a abertura política no Brasil.

3.4 A *Tição* sob vigilância

O sistema de informação e repressivo, como apresentado, possuía de modo geral uma organização que estava de acordo às normais, às divisões e os departamentos dos estados subordinados ao poder federal. O Rio Grande do Sul, entretanto, apresenta especificidades em relação à história da ditadura brasileira, principalmente em relação à repressão. O CODI-DOI do estado gaúcho só teve sua criação em 1974, data bastante posterior aos outros centros repressivos regionais. Sua especificidade repressiva é apontada em diversos trabalhos acadêmicos ao longo dos anos.

Conhecendo a estrutura que ampara a coleta de informações dentro da ditadura brasileira, adentraremos especificamente na vigilância que foi realizada no RS. Bauer, em sua dissertação, apresenta a estrutura repressiva, o seu funcionamento e sua organização presente na construção da repressão gaúcha. Fazendo uso de uma vasta documentação pertencente aos órgãos repressivos, Bauer (2006) desnuda como operava o DOPS/RS. Para a historiadora, o DOPS do Rio Grande do Sul passou por um processo de militarização que condizia com as diretrizes estabelecidas após o golpe de 1964. Sua pesquisa indica, ainda, que a estrutura do DOPS/RS, a partir de 1966, passou por uma reformulação, onde foi incluído o setor que seria especializado na coleta de informações no estado: o Departamento de Informações e Registros (DIR). O DIR se fez necessário para servir como uma “rede de informação e repressão” que pudesse ser útil e funcional, paralelamente às estruturas de âmbito nacional como o SNI, CODI-DOI. Na cidade de Porto Alegre se instalava o DOPS/RS, e nas regiões espalhadas pelo estado estavam as Seções de Ordem Política Social (SOPs) que funcionavam como ramificações do DOPS gaúcho.

Bauer demonstra que a mesma estrutura existente em âmbito nacional se dava no funcionamento da coleta de informações no RS. A mudança na estrutura de informação, que foi implantada pós golpe de 1964, é apontada a partir de 2 de junho de 1969, quando o Serviço Centralizado de Informações (SCI) foi substituído pela Divisão Central de Informações (DCI). O órgão de informação com nova nomenclatura assessorava a Divisão de Busca e Coleta de Informações (DBCI)⁵⁰. A autora, utilizando de um ofício produzido na época pelo major Alberto de Azevedo Gusmão, na condição de chefe do SCI, que circulou pelo sistema de informação da ditadura. Neste ofício é informada a

⁵⁰ Criado no decreto n.19.998 de 1 de dezembro de 1969 em substituição a Divisão de Ingresso e Registro (DIR).

alteração de nomenclatura de SCI para DCI e é reforçada sua funcionalidade junto aos chamados “órgãos de execução”:

“Ofício 31/DCI/SSP/RS

19/6/69

A DCI, que tem como *missão elaborar o plano de informações de segurança pública e coordenar a difusão das informações* produzidas pela Polícia Civil e Brigada Militar relacionadas com os assuntos de interesse da segurança pública, respeitando as particularidades iminentes da Brigada Militar, decorrentes da legislação federal, continuará funcionando no mesmo local do SCI (3º andar do Palácio da Polícia, Avenida João Pessoa n. 2050).

Solicito, em consequência, que todo assunto atinente a segurança interna, antecedentes e etc, seja endereçado diretamente a esta Divisão, *a quem caberá acionar seus órgãos de execução*, que são o DOPS/RS e BM/RS (2ª secção).”

(Ofício 31/DCI/SSP/RS datado de 19 de junho de 1969. Dossiê DOPS/RS n. 0887, topografia 109, p. 149 – Arquivo Público do Estado do Paraná apud. BAUER, 2006. P.87) (grifos meus)

Portanto, o DCI se configurou como mais um órgão de informação, mas que possuía estreitas relações junto aos seus “órgãos de execução”, os quais efetivamente executam a repressão física sobre os perseguidos políticos. Assim como ocorria com o SNI em âmbito nacional, o DCI trabalhava com a coleta de informações que, por sua vez, alimentava e embasava a ação dos “órgãos de execução”.

A documentação do DOPS do Rio Grande do Sul teve um destino singular, o que dificulta até hoje, o trabalho dos profissionais que vasculham arquivos produzidos pela repressão, para conhecer como operava e se estruturava a ditadura em solo gaúcho. Novamente recorreremos ao trabalho de Bauer (2006) que expõe como, após a extinção do DOPS/RS, em 1982, foi realizada a queima dos documentos repressivos oficiais sob o comando do Secretário da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, João Oswaldo Leiva Job:

No dia 25 de maio de 1982, o Secretário da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, João Oswaldo Leivas Job, comunicou a um grupo de jornalistas que o DOPS/RS fora extinto.

Meses antes, Job encaminhara uma minuta de projeto ao governador Amaral de Souza sugerindo a extinção do órgão, já que mudanças legislativas haviam passado a repressão aos crimes contra a segurança nacional à competência da Polícia Federal. Assim, Job afirmou que a decisão tomada em conjunto com o governador não se tratava de um “ato político”, mas uma decisão “puramente administrativa e de lei.” (*Zero Hora*, Porto Alegre, 26 mai 1982. p. 36. apud BAUER, 2006, p.110/111)

[...]

Dois dias depois de anunciada a extinção, dia 27, os arquivos do DOPS/RS foram incinerados em uma olaria da Brigada Militar em Gravataí. Um largo aparato de segurança foi montado para proteger a documentação – aproximadamente dez toneladas de papéis – que lotou dois caminhões. (*Zero Hora*, Porto Alegre, 28 mai. 1982. p. 42. apud BAUER, 2006, p.111)

Contudo, a possibilidade de consultar a documentação referente ao RS não se perdeu por completo. Espaços como o Arquivo Público do RS (com o fundo Acervo da Luta contra a Ditadura⁵¹) e também o Arquivo Nacional nos possibilitam encontrar parte da documentação que circulava entre as agências tanto regionais como pela Agência Central. Foi através da documentação disponível pelo Arquivo Nacional e pelo acervo privado de Vera Daisy que tivemos a possibilidade de conhecer que a *Tição* não havia passado despercebida pelos olhos da repressão no Rio Grande do Sul.

Não diferindo da prática de vigilância que foi utilizada sobre outros movimentos negros pelo país, a *Tição* sofreu com o monitoramento e com a infiltração de informantes da repressão. Na busca empreendida no acervo digital do Arquivo Nacional, em seu fundo Sistema Nacional de Informações, foram encontrados oito documentos em que ocorrem, não somente a menção da revista, como uma clara vigilância sobre o material escrito e sobre seus editores. Duas menções sobre a revista se encontram em um robusto dossiê criado pela AC/SNI que contém em torno de 375 páginas. Este dossiê reuniu as diversas informações relacionadas aos movimentos negros espalhados em território nacional e que foram reportados pelas agências regionais até o ano de 1978. Além deste dossiê, foram encontrados quatro documentos que datam de 1978, um realizado em 1979 e dois que datam de 1980. Esses seis documentos, que não foram elaborados pela AC/SNI são produto criado em agências de informação em Porto Alegre, entre elas é a CI/DPF, a DCI/SSP/RS e a APA/SNI.

Após a primeira circulação do primeiro número, em março de 1978, dois documentos foram produzidos sobre o surgimento da *Tição*. Um documento feito pela APA (20 de abril de 1978), outro produzido pelo DCI (04 de maio de 1978). Ambos documentos demonstram certa preocupação com o lançamento da revista. A APA produz um breve relato do que se propõe a revista concluindo que ela visa a “conscientização sociocultural do negro brasileiro” associando como “idênticos objetivos” os da revista aos apresentados anteriormente pelo Grupo Palmares. Para a agência, a edição da revista *Tição* “contém matéria que incita à segregação racial e relata a participação do negro na história do Brasil” (p.2). Além disso, “A revista procura sempre descaracterizar, nas entrelinhas, o fato histórico da Abolição da Escravatura.” (p.3) Neste documento são destacadas diversas matérias presentes na edição como: as datas de insurreições escravas, a crítica a História e o Ensino Oficial Brasileiro, a exaltação da cultura e o modo de vida

⁵¹ Este fundo é composto por documentos dos SOPs no Rio Grande do Sul, assim como acervos de luta pelo processo de Anistia no Brasil.

de países negros que conquistaram suas independências através de guerrilhas e a condenação dos regimes ocidentais. Aponta que são salientadas na revista as figuras de Samora Machel e Agostinho Neto, conhecidos combatentes pela luta de libertação colonial. (br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_82005567_d0001de0001).

O segundo documento produzido em 04 de maio de 1978, pela DCI, também está preocupado em informar o lançamento da revista. Assim como o documento anterior faz um breve resumo dos assuntos trazidos pelo material e considera que “fazendo um apanhado das linhas políticas da revista, observa-se neste primeiro número uma certa moderação no editorial quando trata de assuntos dessa natureza” (p.1). Observa que “assuntos dessa natureza” referem-se a assuntos políticos e apresenta de forma mais explícita a preocupação com o surgimento do material. Devido ao seu corpo editorial composto por diversas pessoas que segundo o documento já registravam “antecedentes negativos neste O.I”, recomendava-se que permanecesse “a necessidade de acompanhamento das próximas edições da referida série...” (p.1). Em seguida apresenta uma lista com nomes e antecedentes dos militantes, e conclui afirmando que, “através dos antecedentes dos elementos do item anterior, que a *referida revista é de linha esquerdista*, a qual, certamente, será um *meio utilizado para a penetração e divulgação de ideologias à população negra do RGS.*” (p. 2) (grifos da autora)

Com data de 27 de junho de 1978 e assunto que trata sobre “Tendências dos principais órgãos da Imprensa no RS”, o documento com o carimbo que o classifica como “confidencial”, faz um breve apanhado dos periódicos que circulam no estado do RS, analisa como se comportavam em relação ao regime e qual as suas potencialidades de atuação. O documento ao se referir sobre a imprensa “nânica” ou “alternativa” cita o jornal *CooJornal* e a Revista *Tição*. Utiliza da própria explicação do editorial da revista para apresentá-la como um “veículo de difusão da Comunidade Negra Gaúcha”. Sobre o conteúdo proposto pela revista se refere como um material que “transcreve matéria que prega a Discriminação Racial de forma inconsequente.” Em seguida traz a listagem dos jornalistas e intelectuais negros que compõem a revista, sem adentrar em dados biográficos dos participantes, apenas listando-os nominalmente.

Outra documentação produzida pelo CI/DPF com difusão para a APA/SNI, com data de 22 de agosto de 1978, traz o assunto “Movimento Nacional dos Blacks”. Em seu segundo tópico destaca o lançamento da revista *Tição* em março de 1978. Lembra que a editora responsável pela revista já possuía antecedentes anteriores com o lançamento, em 1977, da “revista PARALELO, que abordava temas sobre discriminação racial no RIO

GRANDE DO SUL e deixou de circular em março do mesmo ano.”(p.2). Percebe-se, mais umavez, que existe o cuidado de se fazer um breve resumo dos principais assuntos tratados pela revista, salientando aqueles que consideram de alguma forma como “polêmicos”. Seu terceiro tópico chama atenção por se apresentar bem mais crítico e informar sobre o lançamento do jornal *Sinba*, em julho de 1977, na cidade de Niterói no Rio de Janeiro. Em relação a este último, aponta-se que “todas as matérias vinculadas no referido periódico apresentam tópicos que incentivam o antagonismo racial, razão pela qual tal publicação configura-se contrária aos interesses nacionais”. (p.3). Em conclusão ao documento que apresenta esses dois jornais da imprensa negra diz que:

Esses movimentos revelam o incremento das tentativas subversivas de exploração de antagonismos raciais em nosso País, merecendo uma observação acurada das infiltrações no Movimento “black”, tendo em vista que se por ventura houver incitação de ódio ou racismo entre o povo, caberá Lei de Segurança Nacional. (p.4)

Portanto, após a circulação de seu primeiro número a *Tição* já ganhou a atenção e vigilância das agências de informação pelo seu conteúdo, que poderia vir a tornar-se um problema para a Segurança Nacional. O segundo número da revista só saiu no ano seguinte, em 1979. Neste ano já temos a existência do MNU e a campanha pela Anistia entra em reta final. Sobre a circulação da desse número consta-se, em um documento produzido pela APA, em 30 de outubro de 1979. Cujo o assunto central são os “Fatores que influem na formação da moral social e da opinião pública brasileira”. Este documento constituído por 12 páginas lista seis fatores de influência na população rio-grandense. São citados:

1. FATORES ADVERSOS AO DESENVOLVIMENTO DOS VALORES ESPIRITUAIS E MORAIS DA NACIONALIDADE. INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA, DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E DOS INTELECTUAIS NA FORMAÇÃO CÍVICA DO HOMEM BRASILEIRO, EM PARTICULAR DA JUVENTUDE;
2. FALHAS NA PREVENÇÃO E REPRESSÃO À INOBERSEVÂNCIA DOS PRECEITOS MORAIS E QUE CONTRIBUEM PARA O DESCENSO GRADUAL DOS PRÍNCIPIOS MORAIS;
3. PRECONCEITOS RACIAL E RELIGIOSO. ENTIDADES E/OU PESSOAS ENVOLVIDAS;
4. GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO POVO NA LUTA PELO DESENVOLVIMENTO. REPERCUSSÃO NA OPINIÃO PÚBLICA, NACIONAL E OU REGIONAL, DOS PLANOS GOVERNAMENTAIS EM EXECUÇÃO;
5. INFLUÊNCIAS NA OPINIÃO PÚBLICA. PAPEL EXERCIDO PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, EM PARTICULAR, PELA IMPRENSA, PELO RÁDIO E PELA TELEVISÃO EM OPOSIÇÃO OU APOIO AOS PLANOS GOVERNAMENTAIS. INFLUÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA ORIENTAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA;
6. MOVIMENTOS CONTESTATÓRIOS AO REGIME E AO GOVERNO. ATUAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE DIRIGENTES.

PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES PELOS NÚCLEOS DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPERCUSSÃO JUNTO À OPINIÃO
PÚBLICA;

Ao tratar do terceiro tópico, “Preconceitos racial e religioso. Entidades e/ou pessoas envolvidas”, considera que “houve uma considerável evolução no Estado” destacando certos acontecimentos observados pela repressão. Primeiramente, um evento que se realizou de 02 a 09 de junho de 1979, no Auditório do Instituto de Previdência do Estado do RS (IPERGS), em que foram debatidas questões relacionadas ao “problema racial na atualidade brasileira”. Descreve brevemente que estiveram presentes como palestrantes “intelectuais de cor de grande projeção no País” e destaca a mensagem cívica deixada pelo deputado federal do MDB/RS, Carlos Santos. Aponta também a existência da Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora e acusa sua atual diretoria de ser formada por “elementos com tendências a realização de promoções que visam dar surgimento a posições radicais quanto aos problemas de Discriminação Racial no Estado.” (p. 4) Acusa também o espaço cultural de “abrigar em seu meio o MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL (MNUCDR), que tenta se estruturar em PORTO ALEGRE...” (p.4). Por fim, destaca a Revista *Tição* e o seu retorno às bancas em agosto de 1979. Acusa “os responsáveis pela citada revista” de possuírem “tendência esquerdista”. Destaca que a publicação “apresenta para a solução do problema racial medidas de caráter socializantes e radicais; critica o Governo e o Regime do País; e incita de forma clara a discriminação racial.”. Atribui, dessa forma, a volta da circulação da revista *Tição* como “um dos maiores fatores para o agravamento do Preconceito Racial no Estado, por parte do elemento de cor.” (p .5)

Em outros dois documentos datados à 1980, pelo SNI, ano em que o grupo lançou apenas mais uma edição (desta vez em formato de jornal) são percebidos apenas breves menções ressaltando participações de algum dos editores em eventos relacionados à questão racial e (que estavam sendo monitorados). A existência desses documentos comprova que, apesar de sua efêmera existência, a circulação da revista *Tição* e a exposição do protesto negro em suas páginas, assim como o ativismo dos editores envolvidos com a sua produção foram observados e monitorados pelos órgãos de informação tanto regionais, quanto nacionais que compunham a estrutura repressiva na ditadura civil-militar.

3.5 A recepção da comunidade através do material epistolar

As cartas se constituem como um gênero textual e um modo de comunicação que pode ser utilizado para diversos propósitos. Neste trabalho, as cartas serão utilizadas para conhecermos a receptividade que a revista *Tição* teve entre seus leitores. Aqueles que não participaram da construção da revista, talvez não estivessem presente nas longas reuniões em que eram debatidos assuntos que serão trazidos pelo material; que muitas vezes, estavam tendo pela primeira vez a oportunidade de ler em uma revista, ou em periódico, sobre um debate mais aprofundado que tivesse a questão racial como foco principal.

A circulação da revista *Tição* é constatada através de relatos dos ativistas que dela participaram. Porém, a existência desse material epistolar nos possibilita perceber até onde essa circulação alcançou. Vera Daisy, jornalista responsável das duas primeiras edições, gentilmente cedeu algumas cópias de cartas que o grupo *Tição* recebeu após a circulação da primeira edição em 1978. Na primeira edição não há cartas de leitores. Mas o corpo de cartas recebido data a partir dessa primeira publicação. Já na segunda edição, em 1979, dedica-se uma sessão dentro da revista designado para exposição dessas cartas. O material exposto nesse espaço foi recebido ao longo dos anos de 1978 até o ano de 1979. O material se constitui em 45 correspondências, sendo 39 cartas destinadas ao grupo *Tição*, e 6 cartas a *Tição* sendo o emissor, todas enviadas com a assinatura da jornalista Vera Daisy. Além disso, compõem o arquivo dois documentos referentes à divulgação de atividades culturais que foram promovidas pelo grupo. Um documento é composto por um cronograma que informava a ocorrência em três dias sobre uma “Mostra do Cinema Negro”, e na parte de baixo do documento nota-se que se direcionava a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCPC).

O segundo documento é composto apenas pela cópia de diversos ingressos sobre o evento “Música Negra do Sul” que ocorreria no Clube Náutico Marcílio Dias e também era promovido pela Revista *Tição*.

COOJORNAL		Nome	Endereço
Assinatura	Assinatura	Assinatura	Assinatura
Assinatura	Assinatura	Assinatura	Assinatura
123456789*123456789*123456789*123456789*123456789*123456789*123456789*123456789*			
1	MOSTRA DE CINEMA NEGRO		
2	DIAS 3, 4 e 5 - 17 horas - CINE DALL'JO		
3	PROMOÇÃO: REVISTA TIÇÃO		
4	DIA 3 - MINHA DIADA, de Antonio Carlos Fontoura		
5	Partida Alta, Heitor das Prazeres (curtas de Rubem Confete)		
6	DIA 4 - COMPASSO DE ESPERA, de Antunes Filho		
7	Alma no Olho - documentário de Zélio Dubul		
8	Sei dessa Coisa - documentário - Rubem Confete		
9	Gefiêra - documentário - Rubem Confete		
10	DIA 5 - Ganga Zumba, de Cacá Diegues		
11	Neste Israel, Condeblé, Despertar de Ruenteira, Chico Rei,		
12	documentários de Rubem Confete		
13			
14			
15			
16			
17	Diversos de Cinema de		
18	Diversos Públicos (DCDP)		
19	Setor de Antarquias Sul		
20	Unidade 6 - Projetos 3 e 10		
	Fone - 24.78.06		

Documento sobre a “Mostra Cinema Negro”

LOCAL: CLUBE NAUTICO MARCILIO DIAS	Nº 644	Música Negra do Sul
PROMOÇÃO: REVISTA TIÇÃO	CIS 10,00	5ª FEIRA - 20/7 - 21 hs.

Ingresso para o evento “Música Negra do Sul

3.5.1 Do privado ao público: cartas do leitor na Revista Tição

As Cartas do Leitor se caracterizam pelo seu gênero textual incluído dentro do contexto jornalístico. (PINTON; GONÇALVES) Esse material é escrito por leitores que

podem ter diversas finalidades ao se dirigir aos editores. Críticas, elogios, correções, questionamentos, uma série de ações marcadas pelas subjetividades daquele que lê se apresentam nestes textos. As cartas do leitor expostas na *Tição* se constituem como cartas pessoais à revista, não necessariamente os textos enviados tinham a expectativa de representarem a opinião pública dentro da revista. Apresentamos concordância com o linguista Valfrido da Silva Nunes pela similaridade em que as condições do nosso material também foram construídas. Logo, estas cartas, algumas que serão apresentadas como cartas do leitor, se inserem no campo histórico como um material de gênero epistolar.

...as cartas são um gênero plural, que pode servir a inúmeros propósitos comunicativos. Todavia, agora, estamos diante de uma ramificação desse gênero. Dito de outra forma, acreditamos que a carta do leitor, conforme sua própria designação explícita, mantém traços “genéticos” com os chamados gêneros epistolares. Aliás, no veículo de comunicação que nos serviu de suporte para a pesquisa, toda carta do leitor parte, em sua concepção, de uma carta fechada ou de um e-mail. Entretanto, é somente no layout do jornal, depois de editada, que ela ganha identidade de carta do leitor. (NUNES, p. 169)

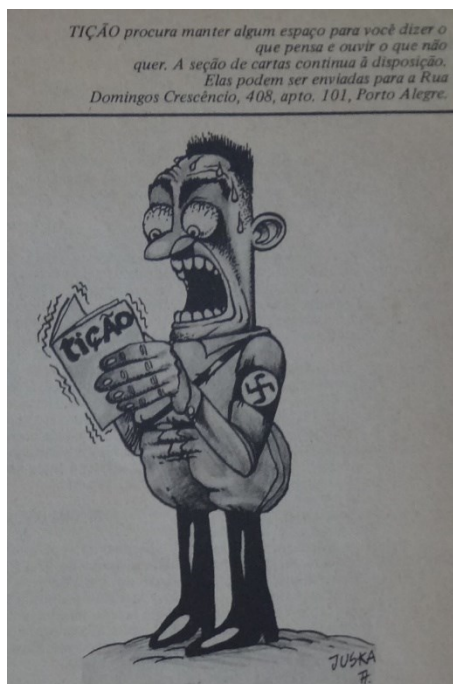
Não é datado quando essa oportunidade de exercer a opinião pública do leitor se iniciou na imprensa brasileira. Contudo, estas cartas se demonstram com um “importante função social na medida em que possibilita o intercâmbio de informações, ideias, opiniões entre diferentes pessoas de um determinado grupo” (PASSOS, 2007, p. 81 apud. PINTON; GONÇALVES).

Assim como a própria existência da revista e jornal, a sessão de cartas do leitor foi efêmera. Fazendo-se presente em apenas um número, o segundo de circulação em 1979, no jornal do ano seguinte já não consta mais este espaço. Porém, no número esteve presente se apresentou como um “espaço para você dizer o que pensa e ouvir o que não quer.” (*Tição*, 1979).

A Revista demonstra já possuir a compreensão que seu discurso se apresentava como um “problema” para as forças conservadoras. A charge de um soldado com uma suástica no braço demonstrando estar escandalizado com as temáticas trazidas pela revista comprova algo que é perceptível - principalmente se nos voltarmos para a revista utilizando os olhos do momento atual - a produção dos conteúdos não foram construídos de forma ingênua politicamente.



Sessão “Cartas” na Revista Tição de 1979



Charge da sessão “Cartas” na revista Tição

Esta sessão foi composta por 15 títulos que enunciam qual assunto seria tratado, de forma breve e simplificada, nas linhas seguintes. Com exceção do enunciado “Assinaturas”, que apresentava diversos recados breves de leitores solicitando que fosse possível realizar essa modalidade de assinatura para ter acesso a revista, todos os outros

títulos são compostos por apenas um texto de uma carta. Algumas cartas são respondidas e outras não. Ao analisarmos percebemos que as não respondidas são encaradas pelos editores como recados mais informativos, enquanto as restantes possuíam uma condição mais subjetiva e comunicativa, portanto, eram respondidas pelos editores.

Algumas cartas demonstram o acolhimento e a receptividade positiva que a revista teve entre as pessoas que possuíam o mesmo alinhamento de conscientização sobre a negritude brasileira. Desde oferecimento de espaço e de equipe, como é visto no recado “Kilombo”, até cartas de cunho mais pessoal como a intitulada “Chegaremos lá”, que traz a escrita de uma mulher que se considera negra, e através de seu relato percebemos como se desenvolveu seu processo de conscientização racial e a importância dessa conscientização em sua vida pessoal. Assim diz:

Gente, eu sou negra, vinda de raízes familiares, já sofri na pele e na alma o problema preconceito, mas sempre tive alguma coisa dentro de mim que gritava que mesmo “preta” eu tinha o meu valor. Graças a Deus, há algum tempo atrás esse grito transformou-se em “plena consciência de ser e valer”. De lá pra cá foi muita luta mas tem valido; não tenho cultura, mas leio, vejo, ouço tudo o que está ao meu alcance e sei que aos poucos chegarei lá, ou melhor, “chegaremos lá”.

É notável, pelas cartas selecionadas, que a temática sobre as questões do negro no Brasil se encontrava em circulação em espaços heterogêneos. Isto nos possibilitou perceber trocas entre outras agências raciais que também eram marcadas, por um associativismo político sobre a negritude brasileira.

Duas cartas mandadas por leitores que se encontravam no exterior são mostradas nessa sessão. Uma carta com remetente da Venezuela e outra da Espanha parabenizavam a existência da revista e desejavam que através dela fosse possível ampliar o debate sobre o protesto negro no Brasil. A carta de Pedro e Marcelino da Sociedade Cultural Beneficente Rui Barbosa, na cidade de Canoas, parabeniza o lançamento da revista e percebe neste no ambiente de comunicação social criado pela *Tiçã* uma oportunidade de ampliação sobre os debates raciais para além de seus espaços e companheiros negros. Por isso escrevem:

Aproveitamos a oportunidade para aplaudir, apoiar tão feliz e oportuno lançamento, pois temos a certeza que esta será um elo de ligação entre o nosso grupo étnico e os demais; através dela serão trazidos à tona para um debate sadio, sério, eloquente, a problemática do negro, cuja meta é a sua promoção, integração nas atividades econômicas, sociais e políticas aspirando através do diálogo, receber e proporcionar um tratamento equânime.

Também através das cartas sabemos que se ambicionava construir novos espaços reivindicatórios sobre a questão do negro brasileiro. Estabelecendo uma rede de sociabilidade Luiz Orlando, que escreve da cidade de Salvador na Bahia, escreve aos editores relatando a formação de um novo grupo para pensar sobre a população negra:

Aqui em Salvador eu e outras pessoas negras começamos a formar um grupo que tentará aglutinar todas as pessoas interessadas na problemática do negro brasileiro, e depois partir para uma prática de trabalho em todos os níveis possíveis. Sendo assim, estamos interessados não só em divulgar e manter um contato com o grupo que dirige a referida revista.

Ainda falando da existência de diversos grupos que, através das cartas demonstraram seu associativismo, temos a carta de Dulce Aves, remetente do Rio de Janeiro, ela se apresenta e apresenta o Grêmio Recreativo de Arte Negra Escola de Samba Quilombo. Percebemos nesta carta mais uma vez a complexidade e a interseccionalidade que permeia diversas organizações negras sobre as questões do político e do cultural. Por muitas vezes, como já citado em outros momentos, é possível politizar a cultura e também tornar cultural o político. Os movimentos negros demonstram na *práxis* essa teoria, assim como é exposto na carta:

Sou jornalista e relações públicas do Grêmio Recreativo de Arte Negra Escola de Samba Quilombo. O nosso Quilombo conta com as mais ferrenhas críticas, muitas vezes a favor e muitas contra. O que quero, no entanto ressaltar, é que o Quilombo não é apenas mais uma Escola de Samba. É um reduto onde se pode encontrar grupos, formados por moradores do local, de maracatu, lundu, jongo, capoeira, afoxé, que se acrescentam nas nossas festas apenas pelo prazer da dança e da união em torno das nossas coisas.

Esta carta também pode ser considerada como uma resposta, pois, na edição anterior, de 1978, a Tição reservou suas últimas duas páginas da revista para apresentar essa escola de samba. Reproduzindo parcialmente a entrevista dada pelo compositor Candeia a Revista José, a matéria inicia com uma crítica produzida pelos editores sobre como o carnaval se afastava do povo para se caracterizar cada vez mais como uma festa luxuosa e para “impressionar turista”.

Na chamada da matéria:

Carnaval é a festa do brasileiro. Ou melhor, de alguns brasileiros, porque atualmente só aproveita os quatro dias de folia quem tem muito dinheiro. Ou então, quem está disposto a vestir a fantasia luxuosa para impressionar turistas que superlotam as avenidas e os clubes das grandes capitais brasileiras. O carnaval já não é uma festa popular. Justamente por este motivo, os bambas Paulinho da Viola, Elton Medeiros, Martinho da Vila e Candeias fundaram o Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo, no Rio de

Janeiro. Sem compromisso de ganhar prêmio ou apresentar fantasias luxuosas, o Quilombo desfilou pelos subúrbios cariocas no ano passado.



Matéria apresentada na edição da Tição em 1978

Porém, não apenas de elogios e fortalecimento de laços se constituiu na sessão de Cartas. Algumas cartas mandadas aos redatores demonstravam certa insatisfação no conteúdo apresentado pela revista. A carta de Luiz Fernando, por exemplo, foi uma clara demonstração da defesa e fortalecimento da “democracia racial” brasileira. Sem, aparentemente não estar promovendo o confronto, pelo contrário, procurar uma vivência que consideraria como harmoniosa, o leitor menospreza a importância do fator racial

...nós todos necessitamos de encorajamento recíproco. O fato de existirem as palavras branco, negro, amarelo, vermelho... não muda em nada nossas condições naturais e sociais.

...todos nós somos pessoas legais e simples. E nos envolvendo, somos globalmente comuns.

Outra carta apresentada que também nos demonstra certa tensão foi a intitulada a “Africano Equivocado”. Será apresentada como foi editada pelos jornalistas da revista, pois nos possibilita nesta edição percebermos o que os editores queriam transmitir aos demais leitores ao expor a carta. A resposta da revista *Tição* também consta na integra logo abaixo. A carta se inicia com:

Sou africano, mas de raça branca. Nasci na República do Zaire e fui criado em Angola, sendo por opção e por motivos revolucionários de inscrição portuguesa. (...) Eis agora em minha mão a revista, estou muito triste e decepcionado. Ela está nascendo errada. Está nascendo facciosa, está nascendo racista. Está nascendo complexada, (...) Não é isto que se pretende que o negro diga, nem tampouco hajam mais monólogos como o exibido na peça de teatro “Escuta, Zé” – ferem profundamente, porque só servem para mostrar a fraqueza de quem não se sabe defender. Não é este o caminho, nem o tipo de luta válida para que o negro tenha jus ao seu lugar na sociedade universal.

Para esse leitor, apesar de ser estrangeiro e se afirmar “africano, mas de raça branca”, percebe-se a reprodução de um discurso considerado como racismo às avessas. Mesmo branco, talvez por ser africano, o leitor se sentiu legitimado para contestar uma condição não vivenciada por ele. Os dizeres “não é isto que se pretende que o negro diga”, “não é este o caminho, nem o tipo de luta válida para o negro tenha jus ao seu lugar...” apenas demonstram e reforçam a mentalidade racista exposta pelo leitor. Demonstra que a ele existe um discurso e um comportamento que o negro “deve” seguir, renegando assim a complexidade e multiplicidade inerente aos humanos de forma geral, independentemente da cor da pele.

A resposta dada pela revista a essa manifestação se posiciona buscando reafirmar a sua condição de sujeito ativo em suas próprias manifestações, defendendo sua posição de defender suas demandas e suas especificidades. Problematisa também a questão de “ser racista”, apontando que o negro só percebido dessa forma quando consciente da sua desigualdade de cidadania passa a protestá-la, incomodando o “status quo” dos privilégios construídos pela branquitude. Dessa forma, assim responde a revista:

O negro tem o direito de dizer o que pensa, seja em depoimentos ou em monólogos teatrais, mesmo exibindo fraquezas. Porque ele tem que dizer o que outros entendem, em vez do que ele próprio deseja dizer? Quanto à pecha de racista, surge sempre que há uma iniciativa negra, visando conscientização.

Como foram registradas as cartas que promoviam o silenciamento político e manifestações racistas, também será registrado uma carta que apresenta um o teor machista. Infelizmente, a luta racial não instrumentaliza por completo o sujeito para a percepção e o combate a todas as outras opressões que atingem a sociedade, como as de gênero e classe. Não é à toa, que o movimento de mulheres negras ganha força, a partir dos anos 80, e hoje se configura como um dos movimentos sociais mais transformadores, prezando pela interseccionalidade que alia o gênero e a raça (muitas vezes unindo-se a classe também). O leitor, não identificado na revista, assim se dirige aos editores e

editoras: “Gostaria que houvesse mais fotos *de negras bonitas* e publicassem. Entrevistem negros que trabalham e estudam.” (grifos da autora). A revista que visava à conscientização da população negra, além de sua politização racial, e, inclusive era composta por diversas mulheres, apenas se limitou a responder que aquele espaço não se configuraria como divulgação de “fotos de negras bonitas” e que o leitor poderia “encontrá-las em publicações com objetivos diferentes dos de *TIÇÃO*.”

Este espaço aberto pela revista para o diálogo com o leitor se mostrou - nessa edição única de sua existência - como um espaço de pluralidade e com abertura para a possibilidade de opiniões diversas. Seguindo ao recado transmitido pelos próprios editores, o leitor era livre para mandar o que desejasse – vide a leitura de algumas cartas que nem sempre se mostram com opiniões positivas -, porém, assim como o leitor enviou suas cartas com opinião própria e a revista divulgou, ela também colocasse no direito de dar a resposta que considerava mais adequada. Apesar de nem sempre agradar, o espaço de cartas da revista *TiçãO* refletia a ambição política do grupo: um espaço plural, diversificado e democrático, onde diversas vozes puderam ser ouvidas.

Como foi visto uma rede de sociabilidade se constrói através de cartas publicadas. Outras cartas – que acabaram por não serem publicadas – nos demonstram como essa troca de ideias, de materiais e de dificuldades era a realidade de muitas organizações e jornais da imprensa negra. Entre as cartas que foram disponibilizadas pelo acervo pessoal de Vera Daisy encontramos uma carta que tem como emissário a Federação das Entidades Afro- Brasileiras do Estado de São Paulo (FEABESP), entidade responsável pela produção e circulação do jornal *Jornegro*, já apresentado anteriormente neste trabalho. A carta que se dirige à Revista *TiçãO* e logo depois inicia com “Irmão Valter” retrata em breves palavras as dificuldades que os jornais da imprensa negra enfrentavam para conseguir realizar suas publicações. A carta enviada em 03 de novembro de 1978, já inicia apontando que “infelizmente conhecemos as razões que nos expõe para essa lacuna na tiragem da *TiçãO*.” Salienta-se que o primeiro número saiu em março de 1978 e só voltaria a circular um ano depois, já em 1979. Acrescenta que essa dificuldade é enfrentada por “toda a imprensa negra, e mesmo toda a comunidade em quaisquer empreendimentos.” Em seguida, segue-se o fortalecimento dos laços sociais e de troca de ideias entre os jornais da imprensa negra. O *Jornegro*, assim como dispõe de exemplares para a equipe da *TiçãO*, solicita que ao sair o novo número sejam enviados cinco exemplares colocando-se a disposição para colaborar na comercialização da revista em São Paulo, na capital e no interior.

Outras duas cartas que acabaram ficando no âmbito pessoal, pois não foram publicadas na revista, mas que também demonstram o tão presente associativismo nas organizações negras, como era extensa e existente a rede de sociabilidade entre as organizações. A primeira a ser exposta data de 23 de outubro de 1978. Foi escrita em na cidade de Santos, em São Paulo, por Cosme e se dirige ao “companheiro Valter Carneiro Rosa”. Inicia reafirmando as trocas intelectuais que “possam favorecer ainda mais a problemática negra em todo o país.” Exalta o crescimento vertiginoso de organizações negras em São Paulo afirmando que “cada cidade possui um representante para levar ao negro uma esperança para o amanhã.” Informa sobre a produção de um evento que procurava “levar uma semana com propostas aos negros da Baixada Santista em geral”. É feito o convite para que se tenha um representante gaúcho no evento pois “o problema tem que atingir toda a Nação”. A segunda carta apresentada é do Instituto Superior Afro Brasileiro de Umbanda, com endereço fixado no Rio de Janeiro, foi escrita em outubro de 1979. Dirige-se a Vera Daisy e é percebido pelo teor formal da correspondência que não há um certo grau de intimidade entre essas organizações. Escreve, novamente, solicitando os dois números disponíveis da Revista *Tição*. A importância deste breve recado se justifica, não por demonstrar algum tipo de relação entre organizações regionais ou reforço de uma rede de trocas, mas por mostrar que os assuntos sobre as condições da população negra não estavam alienados dentro de espaços religiosos. Muitas vezes percebidos enquanto espaços despolitizados e que não promovem conscientização para a população, uma carta como esta demonstra que diversas congregações religiosas, além das entidades católicas, estavam interessadas nas problemáticas apresentados pelos brasileiros, e neste caso em específico, na condição de desigualdade e no processo de conscientização da negritude da população negra.

3.6 Os editores marcados pela *Tição*

Este último subcapítulo se encerra observando a publicação da *Tição* através dos olhares de quem produziu o material: os editores da revista/ jornal. Infelizmente, não foi possível reunir os depoimentos de todos os personagens presentes na construção do material. Devido o passar do tempo, mais de quarenta anos transcorridos, entre a criação da revista/jornal e a existência deste trabalho, algumas pessoas já não se encontram vivas para relatar suas experiências. Outros participantes não foram entrevistados por diversos motivos que atravessaram também essa pesquisa neste ano de 2020. Vera Daisy Barcellos e Jones Lopes são dois jornalistas que tive a oportunidade de entrevistar pessoalmente no

ano de 2019 e 2020, respectivamente. Janice Ramos e Edilson Nabarro também foram participantes da revista/ jornal, porém infelizmente por questões de completa responsabilidade desta que escreve os relatos, não foram possíveis de serem utilizados neste trabalho. A eles peço desculpas e agradeço pela disponibilidade oferecida a uma jovem desconhecida que os procurou com perguntas que remontam mais de quarenta anos de história política, mas também pessoal. Emílio Chagas e Oliveira Silveira, também importantes figuras para a construção da Tição, aparecem através de relatos disponibilizados por projetos de história oral que felizmente possuem os documentos transcritos disponibilizados de forma online. O contato pessoal não se estabeleceu com nenhum deles. Com Emílio Chagas não estabeleci contato por já estar apresentando dificuldades de desenvolvimento necessárias para se produzir uma história oral com seriedade e compromisso, imprescindível ao trabalho histórico. E seguindo os conselhos da historiadora Verena Alberti que diz:

Uma das principais vantagens da história oral deriva justamente do fascínio do vivido. A experiência histórica do entrevistado torna o passado mais concreto, sendo, por isso, atraente na divulgação do conhecimento. *Quando bem aproveitada, a história oral tem, pois, um elevado potencial de ensinamento do passado, porque fascina com a experiência do outro. Esse mérito reforça a responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta e divulga entrevistas.*” (ALBERTI, 2004, p.22)

Optamos por não expandir mais o número de entrevistados, produzindo com os relatos já coletados os objetivos dessa pesquisa.

Oliveira Silveira, infelizmente já falecido em 2009, deixou um enorme legado de sua vida e obra, por onde conheci mais deste enorme militante e intelectual “afro-gaúcho”. Acreditamos ser importante este breve parágrafo de explicação sobre as condições como se obtiveram, ou não, os relatos orais, pois diferentemente ao que ocorrem as fontes escritas, para que se possa obter essa fonte oral existe a aproximação de quem decide por relatar suas memórias individuais - ou contribuir para uma memória coletiva - e o historiador (neste caso, a historiadora). Este trabalho lida com memórias e relatos de pessoas. Portanto, não são apenas relatos que se tornarão fontes históricas, mas como afirma Alberti “É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro; aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes.” P. 14

Esses depoimentos auxiliaram a trabalhar o que Halbwachs denominou de “memória coletiva”. Ao utilizarmos as palavras dos militantes não se intencionou

reconstruir o passado, nem a exatidão dos sentimentos e pensamentos da época. Até porque essa ação seria impossível, o que se tentou foi desvelar o pensamento coletivo que rondava corações e mentes de jovens negros universitários nos anos de 1970 e 1980, que se dispuseram a criar um grupo político, em um contexto de ditadura civil-militar, para discutir a questão racial.

A esta pesquisa se estabeleceu que não bastava a busca por uma memória histórica do que foi a ditadura no Brasil. Os processos racistas de invisibilização sofridos durante e após este período, tanto física quanto epistemológica, trazem a necessidade de avançarmos nessa temática e na forma como a historiografia lida com ela. Como afirmado por Halbwachs, muitas vezes não será pela memória histórica que teremos a dimensão da memória coletiva de um período; neste caso - ao tratarmos de negros militantes da ditadura que apresentavam preocupação primordial sobre a questão racial - não será também pela memória histórica ou por uma bibliografia dedicada a história geral da ditadura, sem maior preocupação com minorias silenciadas e apagadas, que conheceremos a memória coletiva construída por esses grupos.

Importante estarmos preparados para desencontros de discursos, de datas e de lembranças, afinal “muitos quadros do passado comum não coincidem e nenhum deles é verdadeiramente exato. Realmente, a partir do momento em que se separaram, nenhum deles pode reproduzir todo o teor do pensamento antigo.” (HALBWACHS, p.40) Como afirmado anteriormente, a intencionalidade não é a reprodução exata do passado. Por isso, também se colocou a Tição no presente com a questão “Como percebe a Tição hoje?”. A questão se tornou extremamente importante para documentar como se configurou para o entrevistado esse passado que não, na verdade, não passou. Não passou porque ao folharmos a revista/jornal muitas matérias se apresentam com temas ainda debatidos na atualidade e que ainda aparecem sem uma solução clara apesar da passagem do tempo. Como demonstra a fala de Jones Lopes:

Como se vê, mais de 40 anos depois os temas estão bem atuais, e não à toa uma grande insatisfação foi expressada no resultado das eleições municipais deste ano pandêmico de 2020.

É verdade que inexistia problema social dos anos 70 que não esteja vivíssimo - e muitos deles se agravaram, como o extermínio generalizado da população negra por balas perdidas, pelo aparato policial, com a complacência do Estado. (JONES, 2020)

Pela memória aprendemos, reconstruímos, compreendemos (HALBWACHS, 1945; POLLACK, 1989). Aprender com o passado, tentar compreender o presente com acontecimentos que aparentemente são passados. Os relatos apresentados se configuram

também como “memórias subterrâneas” (POLLACK, 1989). Denominadas subterrâneas por possibilitar mais que revisar o passado, realizá-lo de forma (auto) crítica, subvertendo ou desvelando, muitas vezes, narrativas desconhecidas. Michael Pollack observa como essa denominada memória subterrânea se constrói ao reconstituir as memórias de grupos ou pessoas marginalizadas frente à construção de uma “história oficial”:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. (POLLACK, 1997, p. 2)

Portanto, mais que memórias coletivas, compreendemos esses relatos, pela perspectiva de Pollack, como memórias subterrâneas que (re)constroem a história da publicação *Tição* através de seus participantes, trazendo e desvelando memórias “guardadas em estruturas de comunicação informais e despercebidas pela sociedade englobante”. (POLLACK, 1997, p. 8)

Ao todo conheceremos a perspectiva de quatro participantes da publicação *Tição*. Vera Daisy, jornalista responsável pelas duas edições da revista e também redatora, após a segunda edição se retira do grupo. Jornalista de formação, hoje é presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul (Sindjors). Jones Lopes, jornalista de formação, editor da *Tição* participou da revista, em seu segundo número, e do jornal, no último ano. Ambos gentilmente cederam entrevistas a esse trabalho. Jones escreveu também um texto e inspirado pela sua profissão, nos apresentou palavras que juntaram suas memórias e os acontecimentos do presente. Emílio Chagas também jornalista, participou cedendo uma entrevista ao projeto *Coleção Marcas da Memória*⁵². Na entrevista transcrita entre dezoito páginas, Emílio Chagas detalha um pouco de sua vida

⁵² Fruto do Projeto *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*, vinculado à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, realizada em parceria com as Universidades federais de Pernambuco, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, entre 2010 e 2012. O projeto em questão visou à realização de “entrevistas gravadas, filmadas e transcritas de pessoas que vivenciaram histórias atreladas à resistência nos períodos de ditadura e contemplados pela Lei n.º 10.559/2002”, com recursos provenientes do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos – CFDD (2009-2010). Do projeto também resultou a publicação de um livro, no qual os coordenadores e membros das três equipes envolvidas desenvolvem reflexões consideradas relevantes para a apresentação dos resultados projeto. Informações retiradas do site: <https://www.ufrgs.br/nph/acervo/fundo-marcas-da-memoria/>

peçoal, e principalmente, como adentrou e como viu a militância no período de ditadura. Narra desde sua experiência no movimento estudantil até suas impressões pós ditadura e as consequências das lutas sociais na constituição de 1988. A entrevista de Oliveira Silveira faz parte de um grande projeto de entrevistas intitulado de “História do Movimento Negro no Brasil”⁵³, composto por diversas personalidades da militância negra no Brasil e que constituíram o Movimento Negro contemporâneo. Nesta entrevista é lembrada sua vida pessoal, a vida política produzida principalmente na cidade de Porto Alegre.

Como afirma Nilma Lino Gomes “o Movimento Negro é um educador”. Logo, nada mais justo que utilizar das memórias individuais através da história oral para aprendermos com as recordações daqueles que compuseram o Movimento Negro nos anos 70. As entrevistas primeiramente nos posicionam no contexto vivenciado pelos militantes: o processo de liberalização política no Brasil, o surgimento de organizações marcadas por um debate racial crítico e politizado, o ressurgimento dos partidos políticos e a luta inclusiva do Movimento Negro dentro do processo de luta democrática. Nesse cenário que a Tição surge e circula entre leitores e militantes. Oliveira Silveira traz a contextualização de forma mais geral, sem especificar a Tição, observando que os últimos anos da ditadura civil militar no Brasil, juntamente com os primeiros anos democráticos foram espaços de organização do Movimento Negro para ações de políticas institucionais:

...de 1978 a 1988, é uma fase assim de organização do movimento, surgem novas entidades, tem os protestos, as denúncias, surge uma divisão também, que é a divisão assim: corrente partidária, a corrente confessional cristã (APNs, Grucon...) e o movimento propriamente dito, que segue aquele fluxo histórico, e que não é vinculado a nenhuma... não é que não seja vinculado, não é dependente nem de partidos nem de confissão religiosa cristã. E se identifica, em termos religiosos, com a religiosidade de matriz negro-africana. Então essas divisões surgem, ao mesmo tempo há o trabalho, por exemplo, na Constituinte, que vai resultar depois na inclusão do negro no texto constitucional, que é uma obra do movimento, que sensibilizou os partidos ou se valeu do 30 oportunismo dos partidos. Então se pode dizer que houve uma “sensibilidade” dos partidos para isso. (SILVEIRA, Oliveira. Entrevista concedida a Amílcar Pereira em Porto Alegre, RS, para o Projeto História do Movimento Negro no Brasil)

⁵³ "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

Nos demais relatos percebemos uma contextualização mais detalhada. Tensões dos movimentos políticos tradicionais com a nova política dos novos movimentos sociais, as mudanças que propiciaram a reorganização dos movimentos negros e que estavam presentes na criação da revista/jornal *Tição*. Para Emílio Chagas, a *Tição* foi uma resposta de que a forma de organização política até aquele momento não bastava para se compreender as necessidades e especificidades da população negra:

Num primeiro momento, a gente foi visto assim, com uma certa desconfiança pelos movimentos políticos, porque achavam, os movimentos políticos naquela época que todas as questões seriam resolvidas através da questão política, não é? Tanto a questão das mulheres, dos negros, dos índios, da ecologia, todos estariam resolvidos dentro do movimento político, que *não contemplava, na verdade, nenhuma dessas questões, porque vinha de décadas e décadas e décadas...* Tinha historiadores [que diziam] que a questão da mulher era colocada lá em [19]17 pelo Lênin, de uma certa maneira não muito científica, não muito aprofundada, existiam as mulheres, a [Alexandra] Kollontai, a Krupskaya [Companheira de Lênin], mas ainda não estava colocada essa questão de gênero que vai ser colocada bem mais tarde. *Então, eu acho que a questão da Tição também ela começa, ela tem um certo pioneirismo nessa questão de levantar a autonomia da questão negra como uma questão específica descolada só do movimento político, embora a visão da gente fosse política também.*

Este relato também nos enriquece na especificação de como eram percebidos estes novos movimentos sociais que se fortaleceram nos anos finais da ditadura. Como já explicitado, lutavam e se caracterizavam por suas especificidades, contudo não deixavam de ter perspectiva política, que traziam novas possibilidades de existir subvertendo a ordem repressiva imposta desde o golpe de 1964.

Jones também aponta a publicação como uma “mensagem política” do Movimento Negro na luta por um regime democrático e o fim da ditadura:

A primeira capa da revista *Tição* anunciava reportagens e ensaios como "Racismo diz presente na escola" e "A mulher negra cansou de ser doméstica" e apresentava longa entrevista com o então jogador de futebol Escurinho, que declarava: "O negro tem que evoluir politicamente".

Isso em março de 1978 - o ano em que o então presidente general Ernesto Geisel proibiria greves em setores públicos e passaria a presidência ao general João Batista Figueiredo em eleição indireta.

(...)

A revista *Tição* participou com seu quinhão. *Foi marcante como mensagem política e contribuiu ao movimento negro que se firmava na virada dos anos 1970 para os 1980.* No momento de maior alavanca política de nossa história recente, as manifestações contra a discriminação racial engrossaram o caldo da contestação ao regime militar, apontou rumo à sociedade e fincou a identidade negra. A ideia das eleições diretas nasceram neste ambiente em que o fôlego da ditadura começava a se exaurir.

Cada publicação negra de então tem o direito de se orgulhar pela contribuição que desagua nos dias de hoje.

Vera Daisy enquanto jornalista responsável, não deixa de trazer também as lembranças de se publicar um material da imprensa alternativa ainda em período da ditadura. Apesar do processo de liberalização as estruturas repressivas não haviam se extinguido:

E enfim, foi uma experiência muito rica para mim e ao mesmo tempo que ela tem toda uma riqueza no processo de discussão ela também me traz o peso de ser a jornalista responsável pela publicação. A gente dividia nessa história a edição de texto, revisão de tudo pelo exercício mas também assumir esse produto por duas edições demandava na época, quando nós estávamos e ainda em pleno regime militar, já em um processo de distensão. *Mas ainda com muitos resquícios daquele forte ditadura, da perseguição militar e o ser responsável pela revista em 77,78,79 demandava nós nos apresentarmos ao DOPS, ou seja, havia censura.* (BARCELLOS, Vera; 2019)

A estética da negritude também aparece como uma marca nas lembranças. As lutas negras civis que denunciavam o racismo estadounidense, o discurso empoderador “*Black is beautiful*” marcaram também os jovens negros no Brasil. Encontrava no discurso contra o racismo da “maior democracia ocidental”, inspiração para lutar contra o racismo da “maior democracia racial ocidental”, que se reafirmava mesmo em período onde não existia democracia no Brasil. Jones percebe como foi inspirador para o ressurgimento do Movimento Negro brasileiro, ver o amadurecimento do debate racial acontecendo no continente americano:

Mas os anos de chumbo encarceraram a sociedade e provocaram refluxo na política negra. Pelo senso militar, não havia racismo no Brasil e se difundia a ideia de uma democracia racial que só existia na cabeça do político conservador, no governo de generais e na sociedade de privilégios. Ao mesmo tempo a identidade negra tomou forma na América do Norte. Eclodiram a luta pelos direitos civis, com Rosa Parks e Martin Luther King, o ativismo marxista dos Black Panthers, a incursão negra na bolha da indústria cultural americana e a força rebelde do Black is Beautiful. A inquietude desembarcaria no Brasil nos anos 1970 - ainda que a repressão "levasse livre" nas ruas apenas o cabelo black power. Mesmo assim ressurgiu uma imprensa e nasceram o Centro de Cultura de Arte Negra (Cecan) e o Instituto de Pesquisas Negras (IPCN), ambos de São Paulo, e o Grupo Palmares, de 1971, de Porto Alegre. Foi no Palmares que o poeta Oliveira Silveira concebeu a troca do oficialista 13 de Maio pelo progressista 20 de Novembro, em homenagem a Zumbi. (LOPES, Jones, 2020)

Emílio Chagas e Vera Daisy relembram como a questão estética se tornou importante no debate político expondo espaço de discussão dentro da Tição:

Em [19]78, a gente começa a entrar na questão da estética, não é? A questão do cabelo, a questão de se assumir como negro, assumir a sua negritude, não ter vergonha de ser negro, a discriminação. Então, a estética era um ponto, eu pessoalmente achava fundamental, já tinha aquela coisa dos cabelos grandes, os Panteras [Negras] trouxeram, as mulheres tinha aquela questão do alisamento, do ferro quente, que era uma estupidez, uma violência. Então, essa questão da estética para mim foi muito importante, e que hoje está aí

plenamente assumida pela juventude principalmente com os dreads, com o movimento do afro-reggae, com reggae etc., que até é uma certa folclorização disso, o negro, desse ponto de vista estético, é menos perigoso para o sistema do que o negro de gravata, vestindo o poder, que está dentro, está disputando o mercado de trabalho, que essa é a grande questão hoje. (CHAGAS, Emílio. Entrevista concedida a Carla Simone Rodeghero, em 13 de dezembro de 2011, em Porto Alegre, RS, para o Projeto Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil.)

Mas é foi uma vivência muito... para mim foi uma vivência muito boa, foi um exercício. [...] Eu acho que hoje se a gente fizer uma análise, as pautas, as chamadas elas estão a semelhança, elas são atuais... imagina em 1978 a gente “tava” falando do racismo nas escolas. E hoje a gente sabe o que está acontecendo e mesmo nesse governo que está aí a 6 meses. Aqui a gente fala da questão do futebol que ele já lembrava o preconceito e o racismo dentro do futebol, se tu pegar a revista e ler tu vai ver. E aqui, nós e a mulher negra e o lugar que nos ocupamos tão atual quanto hoje, tão atual quanto 1978. Embora fruto da luta a gente já tenha carteira assinada, que é um fato muito recente que vai acontecer nesse século. Mas a gente fala. A questão do cabelo que hoje é super atualizada, estética também a gente coloca isso aqui. A gente questiona a questão dos cabelos alisados e aqui a gente também teve muita discussão porque a gente colocava que a estética você não deixa de ser negra, mas a discussão passava por isso, você não deixa de ser negra pelo fato de estar alisando que era uma questão de estética. Já na época se estava colocando a questão de se afirmar como negro, e aí tem muita influência na época dos negros americanos. Os negros americanos na época tanto andavam de black como alisavam o cabelo. (BARCELLOS, Vera. 2019)

Abaixo expomos o texto escrito por Jones Lopes. Refletindo sobre o passado e vivenciando acontecimentos do presente, o jornalista mais que demonstrar que, infelizmente diversas pautas do Movimento Negro não foram alcançadas, elas permanecem vivas. A *Tição* antecede uma imprensa negra gaúcha, mais conhecida pelo jornal *O Exemplo*, é seu debate é sucessor de protestos e textos, na atualidade mais produzidos de forma online e através de redes sociais.

[...]

O aumento de candidatus e eleitxs negrxs no país revela a inconformidade de hoje e mostra a força de avanços superados época a época entre idas e vindas em quatro décadas.

Exige-se hoje uma escola desinfetada de discurso oficial, ocupa-se mais bancos da universidade e representa-se em maior número a comunidade nos parlamentos. Claro que longe do ideal.

A revista *Tição* participou com seu quinhão. Foi marcante como mensagem política e contribuiu ao movimento negro que se firmava na virada dos anos 1970 para os 1980. No momento de maior alavanca política de nossa história recente, as manifestações contra a discriminação racial engrossaram o caldo da contestação ao regime militar, apontou rumo à sociedade e fincou a identidade negra. A ideia das eleições diretas nasceram neste ambiente em que o fôlego da ditadura começava a se exaurir.

Cada publicação negra de então tem o direito de se orgulhar pela contribuição que desagua nos dias de hoje. Há muito se desenha traços negros. Exemplo grandioso é o Teatro Negro Experimental criado em 1944 por Abdias Nascimento em luta por direitos civis e lei antidiscriminação.

Outras frentes e associações surgiram antes do final da Segunda Guerra, como

O Comitê Democrático Afro-Brasileiro, em defesa da Assembleia Constituinte e o fim do preconceito racial. Não era fácil propor tamanho avanço numa sociedade predominante discriminatória do pós-guerra.

A imprensa negra também floresceu a esta época. Em seguida nasceu a Lei Afonso Arinos, de 1951, a primeira deliberação contra a discriminação - apesar de só aprovada depois que um hotel em São Paulo negou hospedagem à bailarina negra americana Katherine Dunham. Um escândalo internacional, embora nada diferente da segregação racial que assolava os Estados Unidos à época.

[...]

O Black Rio corria solto no Rio com bailes de levadas soul - e em paralelo a ideologia começava a percorrer um curso próprio. Da organização política Convergência Socialista, irromperam líderes negros que criaram o Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978. Até hoje é a mais expressiva manifestação anti-racista do país.

Pela primeira vez, a esquerda brasileira considerava o racismo parte central da exploração social.

Este sentimento fluiu em meio ao movimento estudantil dos anos 1970 - que era quem se atrevia a tomar as ruas com certa largueza e autonomia. A revista *Tição* nasceu ao ocupar seu quinhão neste espaço alargado

Quando o MNU foi lançado em julho daquele 1978, a edição de estreia da revista *Tição* recém circulara desde abril. Apresentava um padrão jornalístico que se destacava entre as centenas de publicações alternativas culturais e políticas da época no país, a chamada imprensa nanica.

O número 2 da revista, de agosto de 1979, trazia a manchete "Democracia Racial", com o subtítulo "Lenta, gradual e relativa" - ironia em alusão às promessas do general Geisel de "conceder" a volta da democracia exatamente assim, de forma lenta, gradual e relativa.

As eleições diretas chegaram em 1985. Já a ironia do título sobre a democracia racial ainda está de pé. Cruelmente de pé.

A terceira edição da *Tição* já não saiu em revista. Chegou às ruas como jornal. Em outubro de 1980, a manchete era "Chega de Violência", em referência à brutalidade policial.

Quarenta anos depois, com a máscara no rosto contra a pandemia, o movimento negro voltou às ruas em um 20 de novembro, agora em protesto contra o espancamento até a morte de João Alberto Freitas por seguranças do supermercado Carrefour, na zona norte de Porto Alegre.

As cenas do assassinato bárbaro no vídeo do celular correram o mundo, manifestações irromperam no país, as hashtags 'justiça por João Alberto' e 'vidas negras importam' estouraram nas redes e a imprensa se viu obrigada a discutir o racismo e abrir espaços até então eventuais.

De novo o modelo de protesto viera dos Estados Unidos. Em maio, a imagem do policial ajoelhado sobre o pescoço de George Floyd, morto ali mesmo, na rua de Minneapolis, implodiu o país, reacendeu o movimento Black Lives Matter e detonou em novembro a reeleição do presidente Donald Trump.

Aquele "Chega de Violência" das páginas amareladas da *Tição* se transformou hoje em posts viralizados nas redes sociais.

Jones finaliza seu texto nos lembrando da permanência atual que as temáticas trazidas pela publicação traziam a quarenta anos atrás. Lembrando de um passado que ainda se faz tão presente na sobrevivência da população brasileira, principalmente nas pessoas que levam na pele e nos fenótipos a marca da negritude.

Para os repressores vista como potencial material de subversão. Para leitores desde um material importante para a luta negra até um espaço que promovia o racismo. Para

seus editores uma resposta do Movimento Negro à velha política, uma resposta dos negros brasileiros aos protestos que ganhavam força nos Estados Unidos. A Tição deixou diversos olhares sobre si. Essas visões não a definem, pelo contrário. Possibilitam que possamos perceber a publicação em uma perspectiva mais ampla. Um material que suscitou o debate racial na sociedade, que incomodou a repressão com a sua existência e que marcou e ensina militantes negros até os dias atuais.

Conclusão

Esse trabalho se propôs a conhecer mais sobre formas de resistência na ditadura civil-militar. Buscamos compreender um movimento político e reivindicatório que, muitas vezes, é silenciado e relegado em seu grau de importância: o Movimento Negro. Devido às dimensões continentais do país e também, na tentativa de valorizar uma população constantemente invisibilizada, escolhemos falar sobre o Movimento Negro contemporâneo realizado no Rio Grande do Sul, especificamente a partir da década de 1970. Que além de sofrer o racismo estrutural que atinge a população negra no Brasil, ainda sofre com um processo histórico de invisibilização do corpo e do sujeito negro em terras sulinas. A intenção era mostrar que, além de existir preto no Sul, é uma negrada combativa. Ter elegido cinco vereadores negros no ano de 2020 não foi um acaso. A luta negra no Rio Grande do Sul se constitui há séculos.

Descobrir, através de indicações de queridos colegas, a existência de um material de comunicação que se constituiu por um grupo majoritariamente formado por negros e negras na cidade de Porto Alegre, ainda em período de ditadura civil-militar, foi a força motriz necessária para que essa dissertação pudesse ser realizada. Esse trabalho, dentro de suas limitações, ambiciona ajudar a reverter o processo de apagamento, silenciamento e desconhecimento de tantas lutas negras no Brasil. Como exposto na introdução deste trabalho, espero que esse material seja útil para que possamos definitivamente ampliar a perspectiva do político, para além das teorias historiográficas clássicas. No Brasil, ao falarmos de lutas políticas, de movimentos populares, de processos por luta democrática sem mencionarmos ou problematizarmos a questão racial, que atinge principalmente a população negra e indígena, estamos construindo um debate incompleto.

No primeiro capítulo conhecemos o contexto em que a *Tição* está inserida historicamente. Pensando o material da *Tição* como pertencente à Imprensa Alternativa e também pertencente à Imprensa Negra inserimos breves conhecimentos sobre ambas. A *Tição* se mostra extremamente rica para observarmos o amadurecimento intelectual que avança dentro do Movimento Negro. Na falta de uma documentação oficial, os jornais se apresentam como um material auxiliar na investigação da representação e do debate intelectual proposto por negros e negras e pensado para atingir outros negros e negras. Também se demonstrou como uma importante publicação para pensarmos a Imprensa Alternativa nos anos finais da ditadura. Em diversos textos se posicionam explicitamente contra o governo ditatorial, em outros colocam questões que possibilitam ampliar os debates democráticos propostos pelos grupos que lutavam por democracia. Por isso, a

Tição se configura como um material fundamental para conhecermos a imprensa alternativa do Movimento Negro dos anos 70 e 80 no Brasil.

O racismo é estrutural. Assim como o gênero e a classe é um marcador de hierarquização e de dominação. Por isso, a interseccionalização desses marcos é que possibilita construir um verdadeiro debate plural e democrático. Para compreender como, e se foi possível, produzir uma verdadeira pluralidade de pensamentos entre os novos movimentos sociais o material da *Tição*, apesar de seu reduzido número, se tornou um importante documento histórico que possibilitou complexificar e “colorir memórias” (PIRES, 2015).

No segundo capítulo é apresentado o Movimento Negro. A importância do ressurgimento desse movimento perpassa o próprio período ditatorial. Foi a partir das organizações negras e do MNU fundado nos anos 70 que se amadureceram as ideias e a construção política de militantes que contribuíram com a construção da Constituição de 1988, e também avançaram em lutas institucionais junto ao Estado brasileiro alcançando políticas afirmativas e com propósito antirracistas como a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino de História e da cultura afro-brasileira em escolas de todo o país, a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, ambas se referindo a ações afirmativas, a primeira pelo acesso à universidades públicas federais e a segundo referindo-se a concursos públicos federais. Ou seja, institucionalizou demandas historicamente buscadas por tantos movimentos negros ao longo da história do Brasil. Para além do conhecimento das demandas do Movimento Negro, o segundo capítulo também traz a análise do material da *Tição* que demonstra como o material apresenta em suas páginas, além das questões raciais da região do Sul, como um discurso que também englobava questões propostas pelo Movimento Negro em todo o Brasil. Seguindo o que já era apresentado no Grupo Palmares, e depois englobado nas pautas nacionais do MNU, o discurso que valorizava a existência do líder negro Zumbi e a importância do Quilombo dos Palmares também foram assuntos frequentes no material.

No terceiro capítulo apresentamos as visões produzidas pelos órgãos repressivos através dos arquivos produzidos pelo SNI, as cartas dos leitores da revista e dos próprios militantes anos depois. O movimento negro contemporâneo ao expor o racismo estrutural questionou mais que a condição precária da população, questionou a própria política do Brasil. Questionar a política no período de ditadura era sempre um ato que demandaria muita coragem. O debate racial foi ceifado não apenas no campo social com a

impossibilidade de se construir organizações políticas, mas também nos campos da pesquisa usaram mecanismos de TDE contra intelectuais negros ou brancos que se dedicassem a explorar a questão de raça. Portanto, mais que perpetuar estruturas racistas, a ditadura agiu de forma efetiva para que não se construísse e se produzisse debates que pudessem racializar a política e complexificar as consequências na sociedade. As propostas do Movimento Negro eram parte da constituição de um espaço democrático e plural. A partir do desmantelamento da luta armada, novos inimigos foram criados para a permanência do regime. Os novos movimentos sociais foram vigiados e monitorados sempre como um forte expoente que poderia fortalecer o comunismo e culminar em uma nova luta armada. O Movimento Negro não esteve distante dessa classificação. Nos documentos utilizados para esta pesquisa nota-se que mais do que uma vigilância sobre as atividades e sobre o conteúdo da revista, havia um monitoramento sobre os militantes que dela participavam. Práticas que atingiram não apenas a *Tição* como a diversos outros materiais reivindicatórios da imprensa alternativa assim como a seus militantes. As perspectivas trazidas pelos leitores demonstram como muitas pessoas negras sentiam a necessidade de ver debates que ocorriam em pequenos grupos podendo circular em diversos espaços, através das cartas percebemos a rede de sociabilidade e de saberes que também ocorria entre militantes negros. Assim, como é percebido que nem todos que tiveram acesso à revista tinham reverberação com o debate trazido pela revista. Nos militantes é percebido o orgulho de se ter produzido um material como a *Tição* e o quanto o debate proposto a mais de quarenta anos atrás ainda é extremamente atual.

Este movimento racializado, apesar da grande importância que possui cenário político de 1970, ainda assim não atingiu a massa populacional que não se configurava como intelectuais e que não tinham a oportunidade de participar de espaços universitários ou espaços considerados como elitizados. Se os partidos de esquerda notaram a importância do debate proposto pelos militantes negros e quando extinguido o bipartidarismo recrutaram essas forças para suas organizações, o mesmo não pode ser dito sobre a relação do Movimento Negro com a sociedade em geral. Se pudermos apontar uma frustração desse movimento a esse fato recorreremos. Não apenas escritos de intelectuais da época, como a fala dos militantes que construíram a *Tição* demonstram esse “erro”. Não se pretende com este trabalho chegar a uma resposta e nem acho que a conseguiremos descobrir facilmente. Apontamos esse “erro” e assim o chamamos entre aspas por justamente não possuir uma resposta que possa justificá-lo. Contudo, o

salientamos, não como uma ação crítica, mas como resultado de uma pesquisa que nem sempre retorna com todas as respostas respondidas de forma satisfatória.

“Nossos passos vêm de longe” poderia ser apenas mais uma frase de efeito. Contudo, ao tratarmos do Movimento Negro e a constituição de sua história estamos contando como as construções de reivindicações e de lutas por uma cidadania plena nos atravessa historicamente. O combate contra o 13 de maio, que se configurou como uma data de silenciamento a toda a luta negra no período anterior a Abolição, a luta pela instituição do 20 de novembro (iniciado em Porto Alegre, ainda em 1971), a preocupação com a educação que já surge desde as primeiras organizações negras ainda no século XX, demonstram a continuidade de lutas que realmente vêm de longe. Assim, se os militantes negros da década de 1970 demonstraram ter aprendido com a luta dos mais velhos, também foram influenciados por condições externas. A luta pelos Direitos Civis nos Estados Unidos, as lutas de libertação colonial nos países africanos e o nascimento do Movimento de Negritude foram primordiais para o fortalecimento do Movimento Negro no Brasil. Quebrar os paradigmas racistas que estratificavam e marginalizavam o negro na sociedade brasileira se tornou a preocupação primordial desse movimento. O Movimento Negro contemporâneo, principalmente nos discursos do MNU, compreendeu que o racismo era estrutural e apenas mudando as estruturas essa opressão teria fim.

Referências

- AGUIAR, Flávio. Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e em tempo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. (versão digital)
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, A. Araújo (Orgs.). **Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro :Pallas/CPDOC-FGV, 2007.
- ALBERTI, Verena. O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: **Ouvir Contar: Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p.13-32.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: (1964-1985)**.4ª. ed Petrópolis: Vozes, 1987.
- AMORIM, Alessandro Moura de. **MNU representa Zumbi (1970-2005): cultura histórica, movimento negro e ensino de história**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p.213, 2011.
Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5956>
- ANDREWS, George R. Mobilização política negra no Brasil, 1975-1990. **História: Questões & Debates**, Editora UFPR. Curitiba, volume 63, n.2, p. 13-39, jul./dez. 2015.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/his.v63i2.46701>
- ANDREWS, George Reid . Protesto político negro em São Paulo, 1888-1988 , **Estudos Afro-Asiáticos**. Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, n. 21, p.27-48. 1992.
Disponível em: <http://d-scholarship.pitt.edu/id/eprint/21324>
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- ARAÚJO, Maria Paula do Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. IN: REIS FILHO, Daniel Aarão & FERREIRA, Jorge. **As esquerdas no Brasil. Vol. 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- AZEVEDO, Ana Celia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco; o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- BARCELOS, L.C. Mobilização Racial no Brasil. Uma Revisão Crítica. **Afro-Ásia**. Centro de Estudos Afro-Orientais. UFBA, Salvador, nº 17, p.187-210. 1996
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/aa.v0i17.20864>
- BORGES, Nilson de. "A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares", in FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A.N. (orgs.). **O Brasil Republicano Vol 4: O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. **O Grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e**

simbólico. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.196, 2006.

Disponível em: <https://hdl.handle.net/10923/3984>

_____. A ressignificação de Palmares: uma história de resistência. In.: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (orgs.). In.: **RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento [recurso eletrônico]**. 2. ed. Revisada e ampliada – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 131-245

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Candiani, Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 2016

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, UFF, Niterói, vol 12, nº 23, p.100-122, 2007.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. In: **Revista Dimensões**. UFES, Vitória, Vol. 21, p. 101-124, 2008.

Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/2485>

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe**. 4ª Ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1986.

ESCOBAR, Geanine Vargas. **Memória da Militância Negra durante a Ditadura Militar no Brasil e a Luta Antirracista através do Acervo Fotográfico de Oliveira Silveira (1971-1988)**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, p.141, 2014

Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5387>

FANON, Frantz. Racismo e cultura. **Revista Convergência Crítica - Dossiê: Questão ambiental na atualidade**. NEPETES - Núcleo de Pesquisa e Estudos em Teoria Social, UFF. n 13, p. 78-90, 2018.

Disponível em: <https://periodicos.uff.br/convergenciacritica/article/view/38512/22083>

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FICO, C. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, C. "Prezada Censura". Cartas ao regime militar. **Revista Topoi**, UFRJ, Rio de Janeiro, n.5, p.251-86, set. 2002.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X003005011>

FIGUEIRÊDO, Andersen Kubnhavn. **Ativismo negro em Salvador no período da ditadura militar (1970-1980)**. (Dissertação Mestrado Profissional em História da África da diáspora e dos Povos Indígenas). Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Bahia, 2016.

Disponível em:

https://www.ufrb.edu.br/mphistoria/images/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Turma_2014/Andersen_Kubnhavn_Figueiredo.pdf

GILROY, P. **O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla consciência** - Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34. 432 p. 2001

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Editora Loyola, 1997, p. 121-207.

GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. “Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito”. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, nº61, p.147-162. 2001.

Disponível em: <http://novosestudios.com.br/produto/edicao-61/>

HALL, Stuart. Que “negro” é esse na cultura negra? In: HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. p. 317-330.

HOBSBAWN, Eric. Da história social à história da sociedade. In: HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 83-105.

_____. A história de baixo para cima. In: HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 216-231.

JANNUZZI, P.M. A importância da informação estatística para as políticas sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Belo Horizonte – MG, v. 35, n.1, p.1-10, 2018.

Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0055>

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 2. edição. São Paulo: EDUSP, 2003.

KOSSLING, **As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP**. (Dissertação de Mestrado). USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Pós-graduação em História Social. p.314, 2007.

Disponível

em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01112007-142119/>

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: INSKY, Carla

Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2ªed. 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2008.

MAESTRI, Mário. História e historiografia do trabalhador escravizado no RS: 1819-2006. IN: LECHINI, G. **Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina : herencia, presencia y visiones del outro**. Programa de Estudios Africanos. CLASCO - Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales, 2008, p. 53-88. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/coediciones/20100823031132/06mae.pdf>

MORAES, Kelly da Silva. **Política cultural: uma análise sobre a cultura política do movimento negro em Porto Alegre**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. **A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Introdução. IN: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2014.

MOURA, Clóvis. **Imprensa negra**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1984.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

_____. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos**. 2 ed. São Paulo, Editora Ática, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PEDRETTI, Lucas. **Bailes soul, ditadura e violência nos subúrbios cariocas na década de 1970**. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 149, 2018.

Disponível em:

http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1613012_2018_completo.pdf

PEREIRA, Amaury M; Silva, Joselina da (orgs.). **O Movimento Negro Brasileiro - escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

PEREIRA, Amílcar A. **O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, p.268, 2010.
Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1254.pdf>

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura à tinta preta: a imprensa negra no século XIX (1833-1899)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, p. 197, 2006.

Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6432>

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista de Estudos históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 3, v. 2, 1989, p. 3-15.

RIOS, Flávia M. **Institucionalização do Movimento Negro no Brasil contemporâneo**. Dissertação (Mestrado). Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 175, 2008.

Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-29102009-170307/>

_____. O protesto negro no Brasil contemporâneo. IN: **Revista Lua Nova**, CEDEC, São Paulo, nº 85, p. 41-79, 2012.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n85/a03n85.pdf>

_____. **Elite Negra no Brasil: A influência dos EUA na política antirracista do Brasil**. Tese (Doutorado). Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 247, 2014.

Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-04022015-124000/publico/2014_FlaviaMateusRios_VOrig.pdf

Rodeghero, C. S. (2009). Para uma História da Luta pela Anistia: o caso do Rio Grande do Sul (1974 – 1979). **Revista Tempo E Argumento**, UDESC, Florianópolis, vol. 1(1), p. 99-122. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/2175180301012009099>

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 312, 2014.

Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281205>

ROSA, Susel Oliveira da. **Exemplar, Pato Macho e Coojornal: trajetórias alternativas...** Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre. 2002.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição 2001. (Cap.1 e Cap.4)

SALES JÚNIOR, R. L. Democracia racial: o não-dito racista. **Revista Tempo Social - revista de sociologia da USP**, USP, São Paulo, v. 18, n. 2. p.229-258, 2006.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000200012>

SANTOS, Joel Rufino dos. O Movimento Negro e a crise brasileira. **Política e Administração**, v. 2, p. 287-307, jul./set. 1985.

Disponível em: <http://www.joelrufinodossantos.com.br/paginas/artigos/o-movimento-negro-e-a-crise-brasileira.asp>

SANTOS, José Antônio. **Prisioneiros da história: Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 281, 2011.

Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2400>

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974- 1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano Vol 4: O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Gilberto Ferreira da, SANTOS, José Antônio dos.; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (Orgs.). **RS Negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento**. 1. ed. Porto Alegre - RS: EdUPUCRS, 2008

SODRÉ, Muniz. Sobre imprensa negra. In: **Revista Lumina**. FACOM, UFJF. vol. 1, n. 1, p. 23-32, dez./jul. de 1998.

Disponível em: https://leccufrj.files.wordpress.com/2008/10/sodre-muniz_sobre-a-imprensa-negra.pdf

SODRÉ, Nelson. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: editora Mauad, 1999.

Entrevistas

CHAGAS, Emílio. Entrevista concedida a Carla Simone Rodeghero, em 13 de dezembro de 2011, em Porto Alegre, RS, para o Projeto Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil.

LOPES, Vera. Entrevista concedida a Kelly da Silva Moraes, em 19 de julho de 2011.

MACHADO, Helena Vitória dos Santos. Helena Vitória dos Santos Machado (depoimento, 2006). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 0min).

SILVEIRA, Oliveira Ferreira da. Oliveira Ferreira da Silveira (depoimento, 2006). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 6min).

Jornais consultados

JORNAL TIÇÃO. Porto Alegre, n.1, ano I, out. 1980.

JORNEGRO. São Paulo, nº6, ano II, 1979.

REVISTA TIÇÃO. Porto Alegre, n. 1, ano I, mar. 1978.

REVISTA TIÇÃO. Porto Alegre, n. 2, ano II, ago. 1979.

SINBA. Rio de Janeiro, ano I, n.1, Jul. 1977.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br